



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE E COMUNIDADE**



IZABELA CRISTINA PEREIRA

PRÁTICAS EDUCATIVAS DOS NUTRICIONISTAS NO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA

Teresina

2021

IZABELA CRISTINA PEREIRA

PRÁTICAS EDUCATIVAS DOS NUTRICIONISTAS NO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde e Comunidade, da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde e Comunidade.

Orientadora: Prof.^a Dra. Hilda Maria Martins
Bandeira

Área de Concentração: Saúde Pública

Linha de Pesquisa: Saúde na Escola

Teresina

2021

Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do CCS
Serviço de Processamento Técnico

P436p Pereira, Izabela Cristina.
Práticas educativas dos nutricionistas no programa saúde na escola /
Izabela Cristina Pereira. -- Teresina, 2021.
119 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Programa de
Pós-Graduação em Saúde e Comunidade, 2021.
Orientação: Prof.^a Dra. Hilda Maria Martins Bandeira.
Bibliografia

1. Educação em Saúde. 2. Promoção da Saúde. 3. Pesquisa
Qualitativa. 4. Nutrição. 5. Saúde Escolar. I. Bandeira, Hilda Maria Martins.
II. Título.

CDD 613

IZABELA CRISTINA PEREIRA

PRÁTICAS EDUCATIVAS DOS NUTRICIONISTAS NO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde e Comunidade, da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde e Comunidade.

Aprovada em 11 de maio de 2021.

Banca Examinadora

Presidente/Orientadora: Prof^a Dr^a. Hilda Maria Martins Bandeira
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

1^o examinador: Prof^a Dr^a. Maria do Socorro Leal Lopes
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

2^o examinador: Prof^a Dr^a. Malvina Thais Pacheco Rodrigues
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Examinador Suplente: Prof^a Dr^a. Ivana Maria Lopes de Melo Ibiapina
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

À minha mãe, Virgínia.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ter me dado forças para o término desta pesquisa, por guiar meus passos em todos os momentos da minha vida;

Em especial a minha mãe Virgínia, que não mede esforços para que eu realize meus sonhos. Está sempre ao meu lado em todos os momentos;

Aos familiares, pela torcida pelo meu sucesso profissional;

Ao Vicente, pela compreensão das ausências e pelo apoio;

À minha orientadora, Prof^a Dr^a. Hilda Maria Martins Bandeira, pela paciência, pelos ensinamentos, por não me deixar desistir em nenhum momento, pela confiança e oportunidade a mim depositada. Sem dúvidas, a melhor orientadora que eu poderia ter tido, pelo seu comprometimento e atenção.

Às professoras, membros da banca de defesa, Prof^a Dr^a. Maria do Socorro Leal Lopes, Prof^a Dr^a. Malvina Thais Pacheco Rodrigues e Prof^a Dr^a. Ivana Maria Lopes de Melo Ibiapina pela disponibilidade e atenção.

Aos amigos, que torceram para que eu pudesse concluir;

Aos professores e coordenadores do Programa de Pós-graduação em Saúde e Comunidade, pelos conhecimentos repassados;

Aos colegas de turma do mestrado, pela troca de experiência e companheirismo;

Aos municípios, que autorizaram a coleta de dados.

Ninguém caminha sem aprender a caminhar,
sem aprender a fazer o caminho caminhando,
sem aprender a refazer, a retocar o sonho por
causa do qual a gente se pôs a caminhar.

Paulo Freire

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Mapa das regiões de saúde do Estado do Piauí.....	31
Figura 2 - Delineamento de pesquisa. Teresina – PI, 2020	42
Figura 3 - Nuvem de palavras referente a pergunta “o que você entende por práticas educativas?” Teresina – PI, 2020	57
Figura 4 - Análise de similitude referente ao eixo “práticas educativas no contexto do PSE”. Teresina – PI, 2020	58
Figura 5 - Nuvem de palavras referente ao eixo “planejamento”. Teresina – PI, 2020	66
Figura 6 - Análise de similitude referente ao eixo “planejamento”. Teresina – PI, 2020	67
Figura 7 - Nuvem de palavras referente ao eixo “necessidades pontuais de promoção da saúde”. Teresina – PI, 2020	72
Figura 8 - Análise de similitude referente ao eixo “necessidades pontuais de promoção da saúde”. Teresina – PI, 2020	73
Figura 9 - Nuvem de palavras referente ao eixo “intersetorialidade”. Teresina – PI, 2020	77
Figura 10 - Análise de similitude referente ao eixo “intersetorialidade. Teresina – PI, 2020	78

LISTA DE QUADROS E FLUXOGRAMA

Quadro 1 – Ações que constam na portaria de redefinição de regras do PSE	22
Quadro 2 - Distribuição de quantidade de nutricionistas que realizavam ações no PSE por município sede de Regiões de Saúde. Teresina – PI, 2020	32
Quadro - 3 Indicadores de necessidades extraídos das entrevistas e utilizadas para as oficinas formativas. Teresina-PI, 2020	35
Fluxograma 01 - Descrição das etapas da pesquisa e sua relação com os objetivos. Teresina - PI, 2020	41
Quadro 4- Questionamentos baseados nos objetivos específicos do estudo. Teresina - PI, 2020	44
Quadro 5 - Concepções pedagógicas, perspectivas educativas e os atributos relacionados à prática educativa no contexto do PSE. Teresina-PI, 2020	46
Quadro 5 - Eixos temáticos e atributos a partir dos dados. Teresina – PI, 2020	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CFN – Conselho Federal do Nutricionistas

EAN - Educação Alimentar e Nutricional

ESF - Estratégia de Saúde da Família

FORMAR - Formação de Professores na Perspectiva Histórico-Cultural

GTI - Grupo de Trabalho Intersetoriais

NASF-AB - Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica

PNAB - Política Nacional de Atenção Básica

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PSE - Programa Saúde na Escola

PNSE - Programa Nacional Saúde do Escolar

SUS - Sistema Único de Saúde

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UBS - Unidade Básica de Saúde

UFPI – Universidade Federal do Piauí

RESUMO

PEREIRA, I. C. **Práticas educativas dos nutricionistas no Programa Saúde na Escola**. 2021. 119 f. Dissertação (Mestrado em Saúde e Comunidade) – Centro Ciências da Saúde, da Universidade Federal do Piauí, Teresina-PI, 2021.

Introdução: A educação em saúde constitui processo de produção do conhecimento, mediado por práticas educativas intencionais que ampliam a consciência crítica e reflexiva dos partícipes nutricionistas. **Objetivo:** Analisar a relação das práticas educativas de nutricionistas do Programa Saúde na Escola (PSE) com estratégias de nutrição. **Métodos:** Estudo qualitativo, do tipo explicativo, com nutricionistas que desenvolvem práticas educativas no Programa Saúde na Escola em 10 municípios-sede de regiões de saúde do estado do Piauí. Na primeira etapa do estudo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 22 nutricionistas, no período de março a maio de 2020. A segunda etapa foi constituída de oficinas formativas, que ocorreram em julho do mesmo ano e tiveram a participação de duas nutricionistas participantes da primeira etapa. Os dados obtidos foram transcritos e analisados, segundo Bardin (1977), e, após essa análise, foram submetidas ao *software* Iramuteq e apresentados em nuvens de palavras e análise de similitude. **Resultados:** Foram evidenciados quatro eixos temáticos: práticas educativas no contexto do PSE; planejamento de ações; necessidades pontuais de promoção da saúde para atender às escolas; e intersectorialidade. A prática educativa, na realidade dos nutricionistas, é vista como orientação, repasse e intervenção. O planejamento de ações, o diagnóstico situacional, o tempo e os recursos devem ser considerados para execução das práticas. Quanto ao atendimento às condições de saúde, no sentido escolar, nem sempre as escolas levam as demandas aos profissionais, ficando a cargo do nutricionista realizar o diagnóstico. Para os partícipes, a Saúde é protagonista no enfrentamento das ações do Programa Saúde na Escola, e há ausência da intersectorialidade. **Conclusão:** As estratégias utilizadas pelos partícipes, de modo geral, acontecem esporadicamente e são pautadas no ensino tradicional, ou seja, na transmissão do conhecimento. Geralmente, essas práticas educativas, para mudanças de comportamentos, são de cunho autoritário. O estudo sugere outra perspectiva de educação em saúde, com a participação da sociedade, centrada na autonomia do sujeito. O uso das oficinas para discussão das práticas educativas criou possibilidades para os partícipes refletirem sobre o modo como estão desenvolvendo e de como é o funcionamento do Programa, assim como possibilitar práticas educativas mais dialógicas.

Palavras-chave: Educação em Saúde. Promoção da Saúde. Pesquisa Qualitativa. Nutrição. Saúde Escolar.

ABSTRACT

PEREIRA, I. C. **Educational practices of nutritionists in the Health at School Program.** 2021. 119f. Dissertação (Mestrado em Saúde e Comunidade) – Centro Ciências da Saúde, da Universidade Federal do Piauí, Teresina-PI, 2021.

Introduction: Health education is a knowledge production process, mediated by intentional educational practices that increase the critical and reflective awareness of nutritionists. **Objective:** To analyze the relationship between the educational practices of nutritionists in the Health at School Program (PSE) and nutrition strategies. **Methods:** Qualitative, explanatory type study with nutritionists who develop educational practices in the Health at School Program in 10 host cities in health regions in the state of Piauí. In the first stage of the study, semi-structured interviews were carried out with 22 nutritionists, from March to May 2020. The second stage consisted of training workshops, which took place in July of the same year and had the participation of two nutritionists participating in the first stage. The data obtained were transcribed and analyzed, according to Bardin (1977), and, after this analysis, they were submitted to the Iramuteq software and presented in word clouds and similarity analysis. **Results:** Four thematic axes were highlighted: educational practices in the context of the PSE; action planning; specific health promotion needs to serve schools; and intersectoriality. The educational practice, in the reality of nutritionists, is seen as guidance, transfer and intervention. Action planning, situational diagnosis, time and resources must be considered for the implementation of practices. As for meeting health conditions, in the school sense, schools do not always take demands on professionals, leaving the nutritionist in charge of making the diagnosis. For the participants, Health is a protagonist in coping with the actions of the Health at School Program, and there is an absence of intersectoriality. **Conclusion:** The strategies used by the participants, in general, happen sporadically and are based on traditional teaching, that is, on the transmission of knowledge. Generally, these educational practices, for behavioral changes, are of an authoritarian nature. The study suggests another perspective of health education, with the participation of society, centered on the subject's autonomy. The use of workshops to discuss educational practices created possibilities for participants to reflect on how they are developing and how the Program works, as well as enabling more dialogical educational practices.

Keywords: Health Education. Health Promotion. Qualitative Research. Nutrition. School Health.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 OBJETIVOS.....	17
2.1 Geral.....	17
2.2 Específicos.....	17
3 REVISÃO DE LITERATURA.....	18
3.1 Práticas educativas na interface educação em saúde.....	18
3.2 Programa Saúde na Escola	20
3.3 O nutricionista como educador	25
3.4 A perspectiva educativa: relação necessária com a saúde	27
4 MÉTODO	30
4.1 Tipo de estudo.....	30
4.2 Cenário.....	30
4.3 Partícipes da pesquisa.....	31
4.4 Instrumento e produção de dados	32
4.4.1 Entrevistas presenciais e entrevistas por videoconferência.....	33
4.4.2 Diários de campo	35
4.4.3 Oficinas formativas	36
4.5 Análise dos dados	41
4.5.1 Plano geral de análise dos dados	44
4.6 Aspectos éticos	47
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	49
5.1 Caracterização dos partícipes da pesquisa	50
5.2 Práticas educativas no contexto do PSE	50
5.3 Planejamento de ações	59
5.4 Necessidades pontuais de promoção da saúde para atender às escolas	68
5.5 Intersetorialidade	74
6 CONCLUSÃO	80

REFERÊNCIAS.....	83
APÊNDICE(S).....	97
APÊNDICE A - Questões norteadora para entrevista	97
APÊNDICE B - Termo de consentimento livre e esclarecido - exclusivo para Teresina	98
APÊNDICE C - Termo de consentimento livre e esclarecido – outros municípios	101
ANEXOS	104
ANEXO A - Parecer consubstanciado do CEP	104
ANEXO B - Autorizações institucionais	109

1 INTRODUÇÃO

A educação em saúde constitui processo de produção do conhecimento e, mediada por práticas educativas intencionais, amplia a consciência crítica e reflexiva das pessoas. A intrínseca relação educação e saúde é condição necessária para promover qualidade de vida (PEREIRA *et al.*, 2015).

Nesse sentido, a prática educativa é o fenômeno social, histórico e cultural. Conforme Bandeira e Ibiapina (2014), ela é multidimensional e tem como modalidades: a prática pedagógica, a prática docente e a práxis, que têm como característica predominante a intencionalidade – ação propositada, que faz parte da vida, do crescimento e da sociedade.

De modo geral, há relação entre a prática educativa nas ciências humanas e nas ciências da saúde, todavia existem singularidades. Para as humanas, prática educativa é remetida ao contexto escolar, ao ensino, ao professor, embora possa ocorrer fora da escola. No campo da saúde, práticas educativas estão intimamente relacionadas com o conceito de saúde e acontecem, com maior frequência, fora do contexto escolar (MENEZES; MORGADO; MALDONADO, 2019). Apesar dos diferentes contextos em que ela é aplicada, a prática educativa cria possibilidades de promoção da saúde. Nesse contexto, Freire (2019a) pontua que a natureza da prática educativa é política. Desse modo, ela não é neutra, portanto, produzir práticas educativas na interface educação e saúde requer diálogo, dinamismo e engajamento político, entre outros atributos.

No contexto histórico da saúde, a prática educativa era centrada no individualismo e no modelo biomédico (SANTOS *et al.*, 2015), conseqüentemente, era baseada em saúde e doença e não tinha influência psicológica, ambiental e social o que constitui um problema visto que os determinantes, sejam eles sociais, econômicos, ambientais ou biológicos influenciam na saúde (CARRAPATO; CORREIA; GARCIA, 2017). Dentre eles, a alimentação configura-se como um dos determinantes e condicionantes da saúde, além de ser direito essencial dos indivíduos (ALVES; JAIME, 2014).

Dessa forma, parcerias intersetoriais, por meio de articulação entre esferas do Governo, trabalham a promoção da saúde com responsabilidades múltiplas (BUSS *et al.*, 2020; BRASIL, 2009). Uma política intersetorial que relaciona a promoção da saúde com educação é o Programa Saúde na Escola (PSE) uma vez que a escola

tem distintas atribuições, além da transmissão de conhecimento científico, também se constitui em espaço para o convívio social, com disciplina, compreensão e regras, valores, desenvolvimento de hábitos, reflexões, ética e saúde (SANTOS *et al.*, 2015). Assim, o PSE pode promover melhorias na qualidade de vida não só dos alunos, mas de toda a comunidade.

Dentre as ações de saúde contempladas no PSE, há a promoção da segurança alimentar e nutricional, alimentação saudável e prevenção da obesidade infantil que devem ser abordadas nas ações de promoção da saúde (FROIS; DOURADO; PINHO, 2016). Cabe destacar que o Brasil vive uma transição nutricional, principalmente entre adolescentes, com aumento significativo do excesso de peso e da obesidade o que gera repercussões negativas a curto, médio e longo prazos (BARRETO NETO *et al.*, 2015). Diante dessa situação, são necessárias estratégias de promoção da alimentação saudável e nutrição nos ambientes escolares de forma a provocar mudanças e transformar esse contexto social.

A finalidade do estudo surgiu do interesse da pesquisadora de entender como vinham sendo trabalhadas as práticas educativas no PSE em relação à promoção da saúde e nutrição, por estar inserida nesse contexto. O primeiro contato com o PSE foi na graduação, momento propiciador para descobertas das áreas de conhecimento que desejava exercer. Em seguida, como nutricionista, em sua prática profissional, presenciou diversas situações que a levaram a refletir sobre as ações de nutrição no referido programa.

Melo e Oliveira (2017) ressaltam o despreparo pedagógico de alguns profissionais, bem como a falta de interesse para produzir práticas educativas planejadas. Ademais, o não planejamento pode repercutir em ações pouco eficazes e de cunho autoritário, tornando-se reprodutoras da educação tradicional, conseqüentemente limita a produção de novos conhecimentos.

Não podemos deixar de mencionar que, em sua realização, as práticas educativas podem surgir a partir das necessidades, sejam elas internas, ocorridas dentro das próprias escolas; ou externas, oriundas de anseios da sociedade. Portanto, é importante, ao campo científico, notadamente, o dialético, conhecer as necessidades, pois, ao inteirar-se das múltiplas facetas que regem determinado fenômeno, as necessidades mudam ou se desenvolvem, e as condições precisam ser favoráveis para que ocorram (AFANASIEV, 1968).

Nesse sentido, mapeamos estudos relacionados ao tema para que pudesse ser delineada esta pesquisa. Encontramos 29 estudos na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com período delimitado de 2014 a 2019, tendo como palavras-chave: práticas educativas, Programa Saúde na Escola, e nutrição.

Dentre esses estudos pesquisados, três eram de intervenção, relacionados à saúde do escolar, com foco no aluno; outros seis estudos envolviam merendeiras e professores. Embora existam pesquisas com a temática práticas educativas, escassos estudos relacionam estas com a nutrição, o que denota a necessidade de pesquisas sobre o objeto de estudo desta dissertação. Dessa forma, esta investigação teve como pergunta norteadora: qual a relação das práticas educativas dos nutricionistas do Programa Saúde na Escola com as estratégias de nutrição?

Estratégias e táticas são termos evidenciados com frequência no campo da saúde. Sánchez Vázquez (2007), ao fazer uma discussão dialética, define estratégia como objeto central de luta, porém, para que possa ocorrer, talvez seja preciso o uso de táticas, que constituem meios para realizar as estratégias.

Dentro dessa complexidade da lógica dialética, é explicitado o que é relação. Apesar do termo ser familiar, pois implica ação de listar, descrever, comparar, assemelhar, associação entre causa e efeito, Prado Junior (1973) define o termo “relação” como não apenas para averiguar os elementos exteriormente ligados e, sim, a totalidade de todos os elementos que irão mostrar a realidade.

No movimento dialético que explicita a compreensão de relação, é importante considerar também o significado de categoria. Cheptulim (2004) aborda que a natureza das categorias diz respeito a produções de relações atreladas à definição do problema e correlacionando ao que é geral com as particularidades e as singularidades. Conforme Bandeira, Soares e Carvalho (2019, p. 22) apontam, [...] “à medida que estabelecemos relação e ligação desenvolvemos comparações, buscamos afinidades, sintetizamos, situamos nas causas e efeitos”.

A relevância de pesquisar a prática educativa dos profissionais de nutrição que participam do PSE, está pautada na possibilidade de estabelecer relação entre o profissional e a comunidade escolar para desenvolver visão crítica sobre a prática educativa que desenvolve, e possíveis mudanças na forma como são executadas as práticas educativas.

Destacamos que a Saúde Coletiva é uma das áreas de atuação do profissional nutricionista no tocante às ações de alimentação e nutrição no âmbito de Sistema Único de Saúde (SUS), tanto individual, quanto coletiva. Dessa forma, ações de promoção, atenção, manutenção, recuperação e prevenção de doenças são essenciais para qualidade de vida da população. Portanto, a opção por trabalhar prática educativa é justificada por ela ser social e por ocorrer durante toda a vida, em todos os espaços e que pode trazer conhecimento e capacidade de reflexão crítica às pessoas.

A contribuição para construção do processo de escrita presente neste estudo, a partir da dialética, veio do Grupo de Pesquisa-Formação de Professores na Perspectiva Histórico-Cultural, da Universidade Federal do Piauí (FORMAR/UFPI)¹, que ajudou na compreensão da abordagem qualitativa, na discussão das temáticas que envolveram esta pesquisa, bem como nos processos de análise de dados. Em seguida delimitamos os objetivos geral e específicos desta pesquisa, prosseguindo com a seção de revisão de literatura.

¹ Consultar: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/8330817418466151>

2 OBJETIVOS

2.1 Geral

Analisar a relação das práticas educativas de nutricionistas no Programa Saúde na Escola com estratégias de nutrição.

2.2 Específicos

- Identificar as práticas educativas de nutricionistas;
- Analisar as estratégias das ações de promoção à saúde relacionados à nutrição;
- Discutir as práticas educativas dos nutricionistas com as ações de nutrição.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção, apresentamos o contexto de educação em saúde, bem como as práticas educativas no PSE e sua articulação com a promoção da saúde e da nutrição; e a perspectiva educativa, que se configura como relação necessária à saúde.

3.1 Práticas educativas na interface educação em saúde

A educação constitui tema complexo, pois pode acontecer em diversos lugares, sendo que o espaço escolar não é o único local de aprendizagem e não há uma única forma de educar. Além disso, o professor não é o único praticante: “[...] a educação participa do processo de produção de crenças e ideias, de qualificações e especialidades, que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades.” (BRANDÃO, 2007, p. 11)

Esses aspectos direcionam para o entendimento de que as práticas educativas podem ajudar na transformação das pessoas. Dessa forma, dialogar sobre ela proporciona ressaltar a intersectorialidade entre educação e saúde. Para o desenvolvimento das sociedades, muitas vezes é necessário o enfrentamento de vulnerabilidades, e saúde e educação fazem parte desse processo. A questão intersectorial, defendida pelas políticas sociais, traz esperança para melhor qualidade de vida das pessoas (SOUSA; ESPERIDIÃO; MEDINA, 2017).

A abordagem sobre questões de educação e promoção da saúde tem a intenção de fortalecer os princípios destes dois campos e de defender que as práticas de saúde não se resumem a identificar efeitos negativos de determinados comportamentos, costumes e hábitos. Dessa forma, ao atuar sobre sociedades mais expostas aos riscos, normatizam seus estilos de vida (AZEVEDO; PEZZATO; MENDES, 2017). Carvalho (2015) enfatiza que saúde e educação são constantemente discutidas no que diz respeito à condição de vida.

Então, relacionar educação e saúde é condição necessária para a existência humana, que se desenvolve sobre os fundamentos do processo econômico da sociedade e objetiva produzir qualidade de vida. Portanto, a educação em saúde é ação intrínseca a todas as práticas de saúde, tanto na promoção quanto na prevenção e na terapêutica dos agravos. Destarte, educação em saúde deve estar intrínseca no processo de conscientização individual e coletiva da sociedade (RAMOS *et al.*, 2017).

A trajetória da educação em saúde, ou práticas educativas, teve influência higienista, situada no sanitarismo, na segunda metade do século XIX, ou seja, as doenças eram consideradas como características de pessoas menos favorecidas em decorrência da vivência em ambientes insalubres (SILVA, 2007). Essa concepção estendeu-se até meados de 1970, quando os determinantes sociais foram vistos também como causa do adoecimento (MENEZES; MORGADO; MALDONADO, 2019).

No entanto, a partir da reforma sanitária, em 1980, as práticas educativas, apoiadas no diálogo, tornaram-se evidentes para a resolução de problemas da população. Dessa maneira, os profissionais de saúde, junto com a comunidade, podem compartilhar saberes para melhorias na qualidade de vida dos indivíduos (OLIVEIRA; WENDHAUSEN, 2014).

A educação em saúde entrou no cenário de discussões nacionais e internacionais a partir das conferências de Alma-Ata, em 1978, e de Ottawa, em 1986, que destacaram a promoção da saúde. A partir de meados de 1984, tornou-se uma proposta de políticas públicas mundial, difundida pela Organização Mundial de Saúde (RABELLO, 2010), e de atenção primária, tendo seu marco teórico definido. Nesse mesmo ano, foi criado, no Brasil, o Programa Nacional de Saúde do Escolar (PNSE), que tinha como objetivo garantir aos alunos consultas médicas (BRASIL, 2005).

O Programa PNSE visava a promoção à saúde no ensino fundamental da rede pública, por meio de ações educativas, curativas e preventivas (MIRANDA; MARCH; KOIFMAN, 2019). Entretanto, fazia uso apenas da transmissão do conhecimento como maneira de impor aos escolares hábitos saudáveis.

A educação em saúde, portanto, é uma das ferramentas da promoção da saúde e de autocuidado (JANINI; BESSLER; VARGAS, 2015). Um dos seus desafios é modificar o sistema para compor ações que valorizem a vida e a saúde, responsabilizando tanto os profissionais quanto os usuários (SILVA-ARIOLI *et al.*, 2013). Assim, a promoção da saúde é uma das estratégias no âmbito da saúde para melhorar a qualidade de vida das pessoas (BRASIL, 2012a).

As práticas de saúde, ao privilegiarem as estratégias que valorizem o ser humano e o seu contexto sociocultural, propiciam o amplo conhecimento de si e os cuidados indispensáveis à saúde (SANTOS *et al.*, 2015). Todos os cidadãos detêm direitos garantidos, previstos na Constituição Federal de 1988. Do ponto de vista social, esta apresenta que são direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, dentre outros. Desse modo, a Carta Magna atribui ao Estado o dever de os garantir,

e uma das políticas que pode ser transformadora é a prática de educação em saúde (FERREIRA *et al.*, 2014).

Nessa perspectiva, a formação dos profissionais, assim como a concepção de saúde podem implicar em práticas educativas conservadoras e inovadoras (SILVA; MATOS; FRANÇA, 2017). Tavares *et al.* (2016, p. 1800) destacam

[...] a necessidade de criação de capacidades para a ação, com foco na geração de aprendizados a fim de contribuir para novos processos decisórios, enfatizando a importância de compreender a dimensão cultural e os processos locais para o desenvolvimento de programas e ações de promoção da saúde o que requer compreensão da identidade, história e memória para sentido de pertencimento e compreensão dos processos locais.

Vale salientar a importância de capacitações² para profissionais que atuam no Programa Saúde na Escola, tanto para que as práticas educativas sejam realizadas em consonância com os objetivos do programa, quanto para que esses profissionais sejam conhecedores do processo de trabalho. Pesquisas apontam a ausência de capacitações como um aspecto que dificulta a implementação de ações no PSE (MEDEIROS *et al.*, 2018; CAVALCANTI; LUCENA; LUCENA, 2015).

3.2 Programa Saúde na Escola (PSE)

O PSE é uma política pública intersetorial, instituída pelo Decreto Nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Tem a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica, por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde (BRASIL, 2007a), prevenir doenças e a melhorar da qualidade de vida de escolares (crianças e adolescentes). (CHRISTMANN; PAVÃO, 2015).

Para que possam ser realizadas essas ações, há necessidade da articulação da Estratégia de Saúde da Família (ESF) com o setor Educação. Desse modo, convém dialogar sobre essas equipes, para melhor entendimento sobre o programa. A consolidação da Atenção Primária à Saúde é realizada por meio da ESF. Nesse sentido, a Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, aprovou a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da atenção básica e para a ESF (BRASIL, 2011a).

² Ação de capacitar, tornar apto. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/capacitacao/>

Cada equipe da ESF tem sua territorialização e área adstrita como forma de permitir o planejamento e o desenvolvimento de ações setoriais e intersetoriais. O território é a unidade geográfica única, de construção descentralizada do Sistema Único de Saúde (SUS), para a execução das ações estratégicas destinadas à vigilância, promoção, prevenção, proteção e recuperação da saúde, segundo explica a Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, que estabelece diretrizes da Atenção Básica (BRASIL, 2012c, 2017a).

Apesar de cada ESF ter seu território, a partir do Ciclo 2019/2020 do PSE, todas as Equipes da Atenção Básica podem desenvolver ações nas escolas que foram pactuadas no momento de adesão do município ao Programa. Profissionais do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), a partir da revogação da Portaria nº 2.436 e da instituição da Nota Técnica nº 3/2020, do Ministério da Saúde, foram vinculados ao Programa Previne Brasil e podem colaborar no desenvolvimento das ações de promoção da saúde no PSE (BRASIL, 2020a; BRASIL 2020d).

A gestão do PSE é composta por práticas compartilhadas e corresponsáveis, desenvolvidas por meio dos Grupos de Trabalho Intersetoriais (GTI), em escala Federal, Estadual e Municipal, tanto para planejamento quanto para implementação das ações, do monitoramento e da avaliação do Programa (BRASIL, 2011b). O PSE prevê ações que consideram a atenção, promoção, prevenção e assistência em consonância com os princípios e as diretrizes do SUS, dentre elas: avaliação clínica, nutricional, oftalmológica, auditiva, psicossocial, prevenção do uso de drogas, saúde reprodutiva, dentre outras (BRASIL, 2007a).

Quanto aos objetivos do Programa, estes estão apresentados no artigo 2º do Decreto que o instituiu:

- I - promover a saúde e a cultura da paz, reforçando a prevenção de agravos à saúde, bem como fortalecer a relação entre as redes públicas de saúde e de educação;
- II - articular as ações do Sistema Único de Saúde - SUS às ações das redes de educação básica pública, de forma a ampliar o alcance e o impacto de suas ações relativas aos estudantes e suas famílias, otimizando a utilização dos espaços, equipamentos e recursos disponíveis;
- III - contribuir para a constituição de condições para a formação integral de educandos;
- IV - contribuir para a construção de sistema de atenção social, com foco na promoção da cidadania e nos direitos humanos;
- V - fortalecer o enfrentamento das vulnerabilidades, no campo da saúde, que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar;

VI - promover a comunicação entre escolas e unidades de saúde, assegurando a troca de informações sobre as condições de saúde dos estudantes; e

VII - fortalecer a participação comunitária nas políticas de educação básica e saúde, nos três níveis de governo. (BRASIL, 2007).

O Programa era composto por três componentes – avaliação clínica e psicossocial, promoção e prevenção à saúde e formação (BRASIL, 2011b, 2011c) – que foram substituídos por 12 ações, conforme a Portaria Interministerial 1.055, de 25 de abril de 2017, que redefiniu as regras e os critérios para adesão ao Programa (BRASIL, 2017b). O Quadro 1 apresenta as ações preconizadas pelo PSE.

Quadro 1 – Ações que constam na Portaria de redefinição de regras do PSE

I.	Ações de combate ao mosquito <i>Aedes aegypti</i> ;
II.	Promoção das práticas corporais, da atividade física e do lazer nas escolas;
III.	Prevenção ao uso de álcool, tabaco, crack e outras drogas;
IV.	Promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos;
V.	Prevenção das violências e dos acidentes;
VI.	Identificação de educandos com possíveis sinais de agravos de doenças em eliminação;
VII.	Promoção e avaliação de saúde bucal e aplicação tópica de flúor;
VIII.	Verificação e atualização da situação vacinal;
IX.	Promoção da alimentação saudável e prevenção da obesidade infantil;
X.	Promoção da saúde auditiva e identificação de educandos com possíveis sinais de alteração.
XI.	Direito sexual e reprodutivo e prevenção de DST/AIDS;
XII.	Promoção da saúde ocular e identificação de educandos com possíveis sinais de alteração

Fonte: Brasil (2017b).

O PSE envolve não apenas as condições clínicas de saúde dos escolares, mas o desenvolvimento de ferramentas que contribuam para gerar conhecimento e possibilitar o cuidado com a própria saúde, sendo fundamental o envolvimento de profissionais de educação e de saúde (JACÓE *et al.*, 2014). As ESF realizam visitas constantes e regulares às escolas que participam do Programa, para que possam identificar as vulnerabilidades e as condicionantes sociais e, em decorrência, criar condições para promover qualidade de vida (BRASIL, 2009).

Para o alcance da promoção da saúde e o progresso de concretização do SUS, é necessário articular ações de saúde com as de educação, desmistificando a

compreensão de que a educação está atrelada apenas à escola, e a saúde exclusivamente aos serviços de saúde. A inter-relação educação e saúde possibilita vínculo entre esses setores à medida que condições são criadas por meio do trabalho intersetorial (COUTO *et al.*, 2016). Neste contexto, é necessário possibilitar práticas educativas significativas.

Dessa forma, desenvolver práticas educativas constitui atividade complexa, pois, de modo geral, ao focalizarmos no século XIX, verificamos que as ações de educação e saúde para estudantes surgiram a partir de 1889, na Primeira República, e eram centradas no ensino de condutas e hábitos saudáveis. Essas atividades eram baseadas na concepção higienista-eugenista, que, no início do século XX, tinha como propósito da educação em saúde desenvolver as pessoas a partir da observação, de exames e disciplina na infância (CARVALHO, 2015). Nesse sentido, eram situadas apenas no individualismo, desconsiderando o meio social.

Algumas ações de promoção de articulação entre educação e saúde antecederam o PSE, como a Iniciativa das Escolas Promotoras de Saúde e o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (VIEIRA; SAPORETTI; BELISÁRIO, 2016). Foi a partir da década de 1980 que houve fortalecimento pelo trabalho educativo em saúde na escola (SILVA *et al.*, 2019).

Novas ações foram disseminadas dentro das unidades de ensino, possibilitando a incorporação de práticas educativas em saúde: inclusão de temas transversais, ampliação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e produção de materiais informativos sobre saúde para alunos, professores. A partir do ano de 1995, a Organização Pan-Americana da Saúde lançou oficialmente a Iniciativa Regional de Escolas Promotoras de Saúde, com o intuito de abrir espaços para a participação dos pais, das famílias e da comunidade (BRASIL, 2007b).

A escola tem papel fundamental para dialogar com setores sociais, com a responsabilidade de cuidar do indivíduo (CHRISTMANN; PAVÃO, 2015). Por conseguinte, a promoção da saúde na escola com perspectiva de trabalho intersetorial entre educação e saúde é uma ação necessária (MACHADO *et al.*, 2015).

A exemplo disso, temas como alimentação saudável criam possibilidades concretas de saúde para todos os atores do cenário escolar, visto que tais práticas educativas podem ser de caráter intersetorial e compor temas transversais do projeto político-pedagógico da escola (CAMOZZI, 2015). Dessa forma, concretizar a promoção da alimentação saudável na escola serve para formação e discussão de

hábitos alimentares, contribuindo para prevenção da obesidade na infância e na adolescência. (SILVA *et al.*, 2018; BORTOLINI *et al.*, 2020). Essa formação de hábitos, que principia na família, e, na escola, de modo gradual, constitui processo contínuo e duradouro (COSTA *et al.*, 2016).

Com base no exposto, o estímulo à adoção de hábitos alimentares saudáveis deve ser ajustado à cultura, às crenças e aos valores, às especificidades e à possibilidade de cada pessoa, conforme o contexto da realidade vivenciada (SOUZA *et al.*, 2015; BORTOLINI *et al.*, 2020).

Assim, a promoção da saúde configura-se como estratégia para problemas relacionados à tríade saúde-doença-cuidado, de caráter preventivo, destacando-se as ações em Educação Alimentar e Nutricional (EAN), que são realizadas nas escolas e repercutem de forma significativa no comportamento alimentar dos escolares (KROTH, 2018). Alimentação adequada e saudável de crianças e adolescentes em idade escolar é essencial, visto que colabora para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar, além de auxiliar na concepção de hábitos alimentares benéficos (RAPHAELLI *et al.*, 2017).

Além do PSE, outro programa financiado pela União que contribui para inclusão da promoção da alimentação saudável e adequada é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que tem o objetivo de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, o rendimento escolar, a aprendizagem e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio da realização de ações de educação alimentar e nutricional (CASEMIRO *et al.*, 2015; SILVA *et al.*, 2018).

No contexto do PNAE, a Resolução CD/FNDE nº 26/2013 define EAN como o conjunto de ações formativas, de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que objetiva estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo (BRASIL, 2013).

A Resolução Nº 06/2020 desse Programa foi publicada reforçando as práticas de educação nutricional, e considerando a relevância de ações como a inclusão da educação alimentar e nutricional como tema transversal do currículo escolar, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pela Lei nº 13.666/ 2018, e em consonância com o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (BRASIL, 2020b; 2012b).

Outro Programa que merece destaque é o Crescer Saudável, instituído pela Portaria nº 2.706, de 18 de outubro de 2017, que, em parceria com Programa Saúde na Escola contribui para o enfrentamento da obesidade infantil em crianças menores de 10 anos de idade, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I (BRASIL, 2019a; 2019b; 2017c). Dessa maneira, tanto o PSE quando o Crescer Saudável promovem orientações sobre alimentação saudável e atividade física para crianças que estejam com obesidade.

3.3 O nutricionista como educador

As questões centrais desta pesquisa envolvem atuação dos profissionais de nutrição e suas estratégias em relação ao PSE. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, os nutricionistas têm formação generalista, humanista e crítica e são capacitados para atuar com vistas à segurança alimentar e à atenção dietética, que são aspectos fundamentais, para promoção, manutenção e recuperação da saúde e para a prevenção de doenças de indivíduos ou grupos populacionais (BRASIL, 2001).

A Resolução, do Conselho Federal de Nutrição, nº 600, de 25 de fevereiro de 2018, dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, dentre elas, a nutrição em Saúde Coletiva, com subárea na Atenção Primária à Saúde, e seguimento de gestão das Ações de Alimentação e Nutrição, além do cuidado nutricional (CFN, 2018).

Desse modo, durante seu processo de formação, o nutricionista tem a disciplina Educação Nutricional e Didática na composição curricular que favorece a intrínseca relação com a educação. Com essas disciplinas, o profissional em formação tem possibilidade de relacionar os contextos social, histórico e cultural com a teoria e a prática (FRANCO; BOOG, 2007).

O Conselho Federal de Nutricionistas estabelece a Educação Alimentar e Nutricional:

[...] é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. No contexto que envolva indivíduos ou grupos com alguma doença ou agravo, as ações de EAN são responsabilidade de profissionais com conhecimento técnico e habilitação em EAN. (CFN, 2018).

De acordo com o “Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas”, publicado em 2012 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a

Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar. (BRASIL, 2012b, p. 23)

Assumir o papel de nutricionista no campo da Educação Alimentar e Nutricional exige que os profissionais considerem as perspectivas pedagógicas do ensino e da aprendizagem nas práticas educativas que desenvolvem (MACEDO; AQUINO, 2018). Nessa lógica, de acordo com Freire (2019a, p. 67), é “[...] preciso conhecer diferentes dimensões que caracterizam a essência da prática educativa [...]”, para que a aprendizagem e o desenvolvimento aconteçam de modo intencional e crítico de forma a evitar que os educandos sejam apenas depósitos de informação.

Na atuação do profissional na saúde coletiva, o PSE constitui um importante campo de atuação, na qual o nutricionista tem como atividades a avaliação nutricional e a promoção da alimentação saudável, o que inclui atividades de educação alimentar e nutricional. Para Souza *et al.* (2015), o nutricionista, do ponto de vista social, é considerado essencial para formação de hábitos alimentares saudáveis, uma vez que pode estimular a autonomia das pessoas para refletir sobre as práticas de saúde pertinentes à alimentação e à nutrição.

Para atuar como educador, há habilidades necessárias a serem desenvolvidas: aprimorar relações interpessoais, por meio do diálogo, para efetivar trocas de conhecimento e experiências; exercitar a criatividade e a ousadia para execução de ações, priorizando as metodologias de cunho participativo que integrem os indivíduos; atuar com compromisso ético, agindo com competência e postura crítica; atuar em rede, parcerias com outros setores e profissionais; investigar para diagnosticar a realidade para agir (MENEZES; MORGADO; MALDONADO, 2019).

Além disso, as ações de educação nutricional devem ser pautadas em princípios estruturantes, como: sustentabilidade social, ambiental e econômica;

abordagem do sistema alimentar na sua integralidade; valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas; a comida e o alimento como referências; valorização da culinária como prática emancipatória; a promoção do autocuidado e da autonomia; educação como processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos; a diversidade nos cenários de prática; intersetorialidade; planejamento, avaliação e monitoramento das ações (BRASIL, 2012b).

3.4 A perspectiva educativa: relação necessária com a saúde

É necessário dialogar com algumas perspectivas educativas e suas aplicações no campo da educação associadas à saúde, com a finalidade de evidenciar as práticas educativas adequadas para cada contexto. Embora alguns autores denominem de modelos, tendências e teorias, para classificar práticas de educação, neste estudo, optamos por adotar o termo perspectiva, na visão de Pérez Gómez (1998) e Behrens (2010).

De modo geral, as práticas educativas realizadas pelos profissionais de saúde são representadas em duas concepções pedagógicas que revelam o modo como é o entendimento sobre educação (GAZZINELLI *et al.*, 2015). As concepções hegemônicas (pedagogia tradicional) são marcadas pelo ensino tradicional, pautado na transmissão do conhecimento, e consideram o profissional que realiza prática educativa como o detentor do conhecimento. Já a prática contra-hegemônica é situada na construção do conhecimento, de forma que tanto o profissional que desenvolve a prática educativa quanto o escolar socializam o conhecimento, e assim, ajudam na transformação da sociedade (CARVALHO, 2015; SAVIANI, 2008).

Pérez Gómez (1998) classifica as diferentes perspectivas para o ensino em: acadêmica (tradicional); técnica; prática; e de reflexão social. As três primeiras relacionam-se com a concepção hegemônica e a quarta com a contra-hegemônica. Há semelhanças na classificação por Behrens (2010), pois, ao estudar os paradigmas na prática pedagógica, relaciona os conservadores com as perspectivas tradicional, técnica e prática; e os inovadores com a perspectiva sistêmica, progressista, ensino com pesquisa, considerado nesta pesquisa como perspectiva dialógica.

A perspectiva acadêmica (tradicional) pode ser associada à educação bancária, destacada por Freire (2019b) como aquela em que os escolares recebem a informação, como depósitos do conteúdo transmitido pelo educador. Quando comparamos às práticas de nutricionistas, é destacado que, no campo da alimentação e nutrição, do ponto de vista conservador, com o ensino meramente teórico, o profissional dotado de razão expõe os conteúdos a alguém, que os recebe passivamente (CRUZ, 2018).

De acordo com Freire (2019a, p. 24-25). “[...] ensinar não é apenas transferir conhecimentos [...]”, pois quem ensina aprende e quem aprende está apto a ensinar. As práticas educativas significativas são aquelas que promovem no ensino a aprendizagem e o desenvolvimento social. Essas práticas tornam os momentos das ações educativas prazerosas, transmitem alegria, satisfação, interação entre o educando e o educador e nos remete à noção de que, nesta pesquisa, os partícipes engajados irão continuar buscando o conhecimento sobre promoção da saúde e estratégia.

De modo geral, na educação em saúde, os profissionais de saúde restringem as ações apenas à transmissão dos conhecimentos ou informações, por meio de palestras (MENDONÇA; NUNES, 2014). É evidenciado que, para alcançar o protagonismo no planejamento e no desenvolvimento do PSE, notadamente, e para o avanço da promoção da saúde, é necessária a superação do modelo setorial (LOPES; NOGUEIRA; ROCHA, 2018).

Na perspectiva técnica, Behrens (2010, p. 48) pontua que a educação é “fragmentada e mecânica”, com ênfase na transmissão e na reprodução do conhecimento. Dessa maneira, o nutricionista, que trabalha com base nessa perspectiva, domina a aplicação do conhecimento científico. Em outras palavras, tenta mudar o comportamento alimentar do escolar de forma repetitiva e mecânica, por meio da reiteração de medidas meramente prescritivas e universais.

Na perspectiva prática, o educador é visto como um artesão, pois, ao desenvolver atividades de ensino e, na ocorrência de resultados diferentes do planejado, utiliza sua sabedoria, experiência e criatividade para o enfrentamento de situações conflitantes da, para e a partir da prática. Nesse modo, ao relacionar com o profissional de nutrição, esse deve superar o ensino técnico e mecânico, fundamentar-se na própria experiência e refletir sobre sua prática para enfrentar situações de

aprendizagem de educação nutricional a partir dos saberes experienciais da própria prática (PÉREZ GÓMEZ, 1998).

Na perspectiva dialógica, o nutricionista provoca no aluno a reflexão dentro de seu contexto histórico, propiciando a problematização, a liberdade crítica sem imposições a determinados hábitos alimentares, mas alicerçado no diálogo para caminhos reflexivos e críticos (BEHRENS, 2010). Partindo desse princípio, o que se pretende é superar as práticas educativas que se distanciam dos modelos higienista, repetitivo ou conservador e se aproximar das contra-hegemônicas, em que os indivíduos sejam transformados em sujeitos do saber que intencionam a curiosidade e o diálogo com perspectiva crítica (FREIRE, 2019a).

A educação permanente ou a contínua, para os profissionais que desenvolvem práticas educativas, constituem alternativas para modificação do contexto das práticas educativas verticalizadas³. Sá *et al.* (2019) abordam a importância da educação permanente para os profissionais, como exemplo, a utilização das oficinas como estratégias de formação que possibilitam mudanças significativas no pensar e no agir dos profissionais.

Dessa forma, devemos considerar que essas mudanças na forma de agir e pensar em saúde, principalmente nas práticas educativas no PSE em relação à nutrição, requerem articulação entre setores distintos e engajamento.

³ Práticas verticais de caráter informativo com a intenção de transformar hábitos de vida, considerando o indivíduo corresponsável pela sua saúde (FALKENBERG *et al.*, 2014).

4 MÉTODO

Nesta seção, descrevemos o método que conduziu a pesquisa. Ao tecermos os caminhos metodológicos, esclarecemos os procedimentos que foram necessários para atingir os objetivos da pesquisa.

4.1 Tipo de estudo

Este estudo se fundamenta na abordagem qualitativa, do tipo explicativa. Tem intencionalidade não apenas de descrição, mas de explicação e compreensão das práticas educativas, no modo como elas são pensadas e realizadas, buscando analisar as causas, as relações e as consequências do fenômeno (RICHARDSON, 2011). Desse modo, a pesquisa qualitativa explica os acontecimentos por meio dos conceitos existentes ou emergentes (YIN, 2016). Richardson (2011) enfatiza que a pesquisa qualitativa tem como característica a concepção detalhada de significados e propriedades situacionais expostos pelos partícipes, ao invés de ter como produto medidas quantitativas de características ou comportamentos. Para Minayo (2002), pesquisa qualitativa trabalha com universos de significados.

Além disso, a pesquisa contém metodologia que considera os princípios da pesquisa-formação⁴, por meio de oficinas formativas que mediaram o processo de reflexão para discussão das práticas educativas, assim, criamos possibilidades para a discussão sobre as práticas educativas de nutricionistas no PSE. Dessa forma, as subjetividades do pesquisador e dos partícipes tornam-se parte do processo de pesquisa (FLICK, 2009).

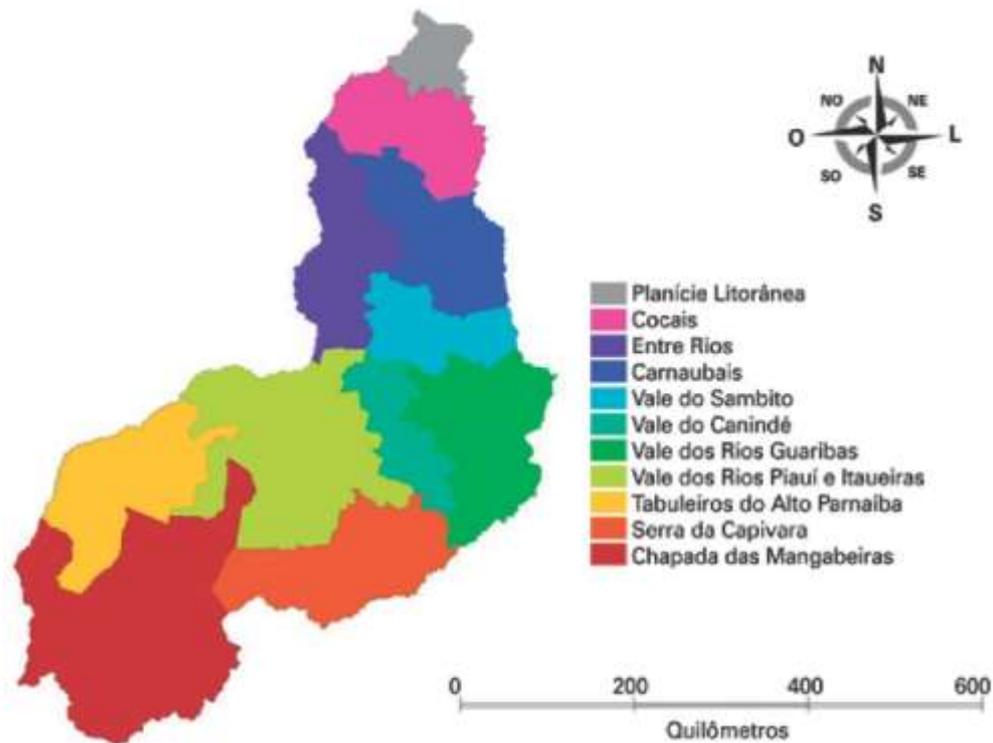
4.2 Cenário

O estado do Piauí conta com 224 municípios, divididos em 11 regiões de saúde. Realizamos as entrevistas em 10 municípios-sedes dessas regiões, contemplando os seguintes municípios e suas regiões, respectivamente: Piripiri (Cocais); Campo Maior (Carnaubais); Teresina (Entre Rios); Valença (Vale do Sambito); Picos (Vale do Rio

⁴ Princípios da pesquisa-formação: pesquisar-formar, em que pesquisador e pesquisado produzem conhecimento de modo compartilhado. Negociação das necessidades e reflexão crítica. (BANDEIRA, 2021, p. 74).

Guaribas); Oeiras (Vale do Canindé); Floriano (Vale dos Rios Piauí e Itaueiras); Uruçuí (Tabuleiros do Alto Parnaíba); Bom Jesus (Chapada das Mangabeiras); e São Raimundo Nonato (Serra da Capivara), conforme apresentadas na Figura 1.

Figura 1 – Mapa das regiões de saúde do Estado do Piauí



Fonte: Reis *et al.* (2018).

Selecionamos os municípios com base nos seguintes critérios: ser município-sede das de uma das Regiões de Saúde do Estado do Piauí; desenvolver ações de nutrição no PSE.

Cabe destacar que apenas um município-sede das 11 Regiões de Saúde não entrou no estudo, por não ter respondido à autorização institucional da pesquisa.

4.3 Partícipes da pesquisa

Os partícipes são nutricionistas que desenvolvem práticas educativas no PSE. Aderiram à pesquisa e participaram da entrevista 22 nutricionistas dos 10 municípios em que aplicamos a entrevista semiestruturada (Quadro 2). Na seção terciária 4.4.1 será detalhado o procedimento de entrevista.

A seleção da amostra dos partícipes da pesquisa foi com base nos seguintes critérios: profissionais de nutrição que desenvolvessem atividades de Educação Alimentar e Nutricional e/ou ações de promoção da saúde na escola, no PSE, antes do início da pesquisa. Utilizamos a saturação teórica, ou seja, a partir do momento que os dados começaram a se repetir, fechamos o número amostral. Conforme Flick (2009), a saturação de dados é um dos princípios de pesquisas qualitativas.

Quadro 2 – Distribuição de quantidade de nutricionistas que realizavam ações no PSE por município-sede de Regiões de Saúde. Teresina – PI, 2020

Município sede e Região de Saúde	Quantidade de entrevistados
Piripiri (Cocais)	04
Campo Maior (Carnaubais)	03
Teresina (Entre Rios)	03
Valença (Vale do Sambito)	01
Picos (Vale do Rio Guaribas)	05
Oeiras (Vale do Canindé)	02
Floriano (Vale dos Rios Piauí e Itaueiras)	01
Uruçuí (Tabuleiros do Alto Parnaíba)	01
Bom Jesus (Chapada das Mangabeiras)	01
São Raimundo Nonato (Serra da Capivara)	01
Total	22

Fonte: Dados da pesquisa.

4.4 Instrumentos e produção de dados

Para a produção de dados, utilizamos: entrevista semiestruturada (Apêndice A); oficinas formativas; e diários de campo. A entrevista é uma forma de procedimento usual na pesquisa qualitativa para obtenção dos dados dos partícipes, não sendo uma “conversa desprestenciosa” (MINAYO, 2002, p. 57). O propósito da entrevista foi dialogar sobre as práticas educativas, a metodologia utilizada, o planejamento de ações, os profissionais envolvidos, as necessidades de realização das ações nas escolas e a participação da comunidade escolar.

A partir desses conteúdos dialogados, geramos questionamentos, que compuseram o segundo momento da pesquisa, as oficinas formativas, que, na visão

de Ferreira (2001), referem-se à reflexão e às trocas de experiências pautadas na produção coletiva, sendo, portanto, mediadoras da transformação da realidade. Desenvolvemos as oficinas formativas por meio de um curso de extensão, de 40 horas, oferecido à comunidade, que permitiu a participação dos partícipes nutricionistas e de alunos de graduação do curso de Nutrição. O uso de diários de campo na pesquisa qualitativa torna possível ao pesquisador perceber aspectos da realidade estudada (KROEFF; GAVILLON; RAMM, 2020). As entrevistas, as oficinas e os diários de campo serviram como propostas de discussão das práticas educativas e para extração de dados.

4.4.1 Entrevistas presenciais e entrevistas por videoconferência

Realizamos a entrevista para garantir confiabilidade e qualidade. Antes da produção de dados, fizemos um teste-piloto com a mesma categoria de profissionais, em três cidades diferentes das que iriam ser pesquisadas, para conhecer a aplicabilidade e a validação das perguntas que constituíram o roteiro das entrevistas.

Houve contato prévio, por meio de telefone e pelo aplicativo *WhatsApp*®, com os partícipes para combinar data, local e horário das entrevistas, bem como o contato com alguns coordenadores do PSE dos municípios para mediar nessa interlocução.

As entrevistas ocorreram de forma individual com os partícipes. Realizamos a primeira entrevista no dia 4 de março de 2020 e as concluímos em 2 de maio do mesmo ano, gravadas com auxílio de um celular. Quanto ao local de produção de dados, foi determinado, pelo próprio profissional entrevistado ou pelo chefe imediato, que autorizou a realização da pesquisa. Desse modo, realizamos as entrevistas em locais reservados: consultórios em Unidades Básicas de Saúde (UBS), auditório, biblioteca, sala de reuniões. Esses espaços eram localizados em Secretarias de Saúde ou em UBS.

Iniciamos as entrevistas pelo município de Piripiri (04/03/2020) e, posteriormente, seguiram pelos municípios de Campo Maior (05/03/2020), Teresina (12/03/2020 e 02/06/2020), Valença (16/03/2020), Picos (16/03/2020), Oeiras (16/03/2020), Floriano (24/03/2020) e Uruçuí (19/03/2020).

Após serem realizadas 19 entrevistas presenciais, nesses oito municípios, houve o impacto da pandemia, em virtude da disseminação do coronavírus (SARS-CoV-2), a Covid-19, e, diante dessa situação, foi recomendado o isolamento social,

preconizado pela Organização Mundial de Saúde e pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2020c). Nesse contexto, para concluir a estratégia inicial de obtenção dos dados, que seriam as entrevistas presenciais, foi necessária a mudança, ou seja, utilizar a tática de realizar três entrevistas restantes por videoconferência, a fim de concluir a obtenção desses dados, e seguir com as oficinas, próxima etapa da pesquisa.

Destacamos que, antes da realização das três entrevistas *online*, enviamos, por e-mail, o TCLE. Após a assinatura, ele foi devolvido por e-mail, para ser arquivado junto aos demais termos assinados pelos 19 profissionais que fizeram entrevistas presenciais. Outra consideração é que, em nenhum momento, os profissionais tiveram contato prévio com as questões norteadoras utilizadas na entrevista.

Assim, a partir do dia 20 de março de 2020, iniciamos o diálogo com três partícipes que faltavam para a conclusão das entrevistas, realizadas por videoconferência, via *Skype*®, nos dias 01 e 02 de maio de 2020. Continuamos a obtenção de dados com os seguintes municípios: Bom Jesus e Teresina (01/05/2020); e São Raimundo Nonato (02/05/2020).

A duração das entrevistas variou de 6 a 21 minutos, totalizando 4 horas e 49 minutos. Posteriormente, transcrevemos as entrevistas e, após as anotações, realizamos a compilação dos dados a fim de nortearmos o desenvolvimento das oficinas formativas. Cabe destacar que esse primeiro momento gerou resultados parciais, os quais utilizamos para produzir relações com o objeto de estudo, pois o propósito da pesquisa não era apenas constatar dados, mas criar condições de formação aos partícipes.

Desse modo, após a transcrição e a leitura exaustiva das entrevistas, elencamos indicadores de necessidades para as oficinas formativas (Quadro 3), dentre eles: Prática educativa (Teoria e prática); Planejamento, tempo e recursos; e Relação Educação e Saúde. Utilizamos os indicadores de necessidade produzidos nas entrevistas para nortear oficinas formativas com intencionalidade pedagógica⁵, destinadas aos partícipes que renovaram o compromisso de participar da segunda etapa – a ideia que eles têm sobre prática educativa; o discurso, no que diz respeito ao tempo de planejamento, atrelado a recursos; e a relação intersetorial de educação e saúde.

⁵ Relacionada ao processo educativo teórico-prático que atende às necessidades práticas do meio social.

Quadro 3 - Indicadores de necessidades extraídos das entrevistas e utilizadas para as oficinas formativas. Teresina-PI, 2020

Indicadores de necessidades	Trechos indicativos das entrevistas
Prática educativa: teoria e prática	Acho que a prática educativa é você mostrar para eles, através das ações , como eles podem estar desenvolvendo a teoria , como eles podem estar desenvolvendo. [...] A prática em si é colocar os alunos que eles aprendam . Então, prática é isso, é tá conversando e ele estar praticando o que é certo .
Planejamento: tempo e recursos	Então, uma coisa que a gente tem muita dificuldade é o planejamento , né, porque a nossa carga horária , ela é muito extensa [...] O planejamento demora muito mais e exige mais que a própria execução e falta de material .
Relação: educação e saúde	É muito difícil trabalhar com a escola e com a comunidade nesse ⁶ planejamento , porque muitas vezes ele ainda tem um olhar que nós estamos invadindo o espaço deles, porque, para realização das atividades, a gente precisa de interromper algum horário de aula, não tem como fazer só no horário de intervalo. [...] Então, a relação saúde, pais e escola ainda tem muitas barreiras para desenvolver esse programa.

Fonte: Dados da pesquisa.

4.4.2 Diários de campo

No momento das entrevistas, registramos as informações relevantes, bem como observações, impressões, receptividade e dificuldades, em um diário de campo da pesquisadora. Esses dados ajudaram a entender o contexto de trabalho dos partícipes; o ambiente de trabalho; as inquietações referentes ao planejamento, aos recursos e à relação educação e saúde.

Para Kroeff, Gavillon e Ramm (2020), o diário de campo é uma ferramenta de intervenção, pois provoca reflexões no pesquisador sobre a pesquisa realizada e, dessa maneira, evidencia a tomada de decisão a respeito do planejamento, do desenvolvimento e da análise. Os registros permitem o acompanhamento do

⁶ Refere-se ao planejamento do PSE na escola.

pesquisador em relação ao que é estudado. Araújo *et al.* (2013) salientam que o uso dos registros em diário de campo não é apenas para registrar estratégias metodológicas para o processo investigativo, outrossim, compõe o modo de compreensão do estudo e suas inter-relações.

4.4.3 Oficinas formativas

O cenário de pandemia da Covid-19 provocou mudanças no projeto inicial desta pesquisa, as oficinas iriam ser realizadas apenas com o município de Teresina, por ter grande densidade populacional. A distância existente entre a capital e os outros municípios ficaria inviável para a pesquisadora percorrer as dez cidades novamente para realizá-las, ou esses profissionais nutricionistas se deslocarem até Teresina para participar dos encontros presenciais.

Diante das circunstâncias pandêmicas, a realização das oficinas formativas aconteceu por meio das plataformas digitais, o que possibilitou estender o convite aos 19 partícipes nutricionistas. Pensamos essas oficinas para atender a um dos objetivos propostos nesta pesquisa, que é a discussão das práticas educativas.

Em decorrência da pandemia, para que as oficinas pudessem ocorrer, já que era uma das estratégias de obtenção de dados por meio da pesquisa-formação, recorreremos à plataforma Google Meet, solução que permite reuniões, encontros *online* pelo computador ou por dispositivos móveis. Nesse caso, materializa uma adequação ao momento, ou seja, tática necessária para realização da estratégia principal.

Sendo assim, o convite da oficina formativa foi aberto para todos os partícipes que compuseram a primeira etapa, que foram as entrevistas. No entanto, apenas dois participantes, dentre esses municípios pesquisados, puderam participar. Alguns nutricionistas justificaram a não participação pelo fato de estarem à frente de ações de enfrentamento à Covid-19; já outros, não enviaram justificativa.

Destacamos a participação de estudante de Nutrição nas oficinas, tendo em vista que o curso de extensão atende ao público externo e interno da UFPI. No entanto, para análise de dados, é apresentado apenas o que diz respeito aos profissionais que realizam práticas educativas no PSE e que participaram das entrevistas. Dessa forma, as oficinas formativas ocorreram em conformidade com a metodologia proposta por Ferreira (2001), e serão descritas a seguir.

No primeiro encontro, denominado de motivador, realizamos a discussão de indicadores das necessidades formativas, articulando educação e promoção da saúde para explicitação da relação teoria e prática. No segundo encontro, denominado sistematização, trabalhamos as vivências e experiências da prática educativa no PSE e sua relação com a promoção da saúde e a nutrição, a fim de pensar o planejado e o realizado da prática educativa.

No terceiro encontro, cabe destacar que a autora o denominava como momento avaliativo, no entanto, para adequar ao objeto de estudo, passou a ser encontro de discussão, no qual foi realizada reflexão crítica para possibilitar a discussão da prática educativa. Acrescentamos mais um encontro para a socialização das atividades desenvolvidas durante as oficinas. Com base nisso, adequamos quatro encontros formativos, e denominamos a última oficina de compartilhamento como socialização das atividades desenvolvidas.

Para entender o enredo dessa oficina, optamos por mencionar, a priori, os partícipes que fizeram parte desses encontros. Para garantir o anonimato, as partícipes utilizaram nomes fictícios – Margarida e Rosa –, profissionais de Nutrição que realizavam práticas educativas no PSE.

a) Primeira oficina formativa

A primeira oficina formativa ocorreu no dia 02 de julho de 2020, em ambiente virtual. Iniciamos com a negociação das interações nas mediações com as plataformas digitais. Esclarecemos aos partícipes que poderiam contribuir sobre o desenrolar da oficina, nos quesitos momentos de falas, exposição de ideias, horários, negociações de encontros seguintes, entre outros.

Em seguida, houve apresentação dos partícipes, para conhecê-los, no tocante a sua formação e trabalho. Logo após, apresentamos uma epígrafe de Freire (2019b) para iniciar o encontro motivador: “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. [...] O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu” (FREIRE, 2019b, p. 109).

Essa reflexão era para que os partícipes compreendessem que oficina é uma discussão compartilhada, logo, não é um monólogo. Portanto, o diálogo era fundamental para que, ao mesmo tempo em que produzíamos mais dados para a

pesquisa, estaríamos fazendo a formação. Assim, à medida que foi acontecendo o diálogo nesse encontro formativo, os partícipes foram interagindo.

Logo após, explicamos os motivos da oficina formativa, bem como os conceitos do PSE; prática educativa; o nutricionista como educador; e a relação Educação e Saúde. Apresentamos uma nuvem de palavras, construída no *software Iramuteq*, e gerada a partir dos dados das entrevistas e passaram a ser os indicadores formativos utilizados para o planejamento das oficinas. Concluímos a primeira oficina com as possibilidades criadas, que poderiam gerar frutos no desenvolvimento reflexivo das partícipes no que diz respeito à realização de suas práticas educativas relacionadas às estratégias de nutrição.

Como atividade, para esse primeiro dia, enviamos por e-mail um texto⁷ sobre prática educativa e qual sua relação com as práticas docente e pedagógica no contexto do PSE, para discussão no encontro seguinte.

b) Segunda oficina formativa

Realizamos a segunda oficina formativa no dia 03 de julho de 2020, em ambiente virtual, plataforma Google Meet. Iniciamos com o resumo da oficina anterior e, posteriormente, para começarmos o momento de sistematização, ou seja, desencadearmos nos partícipes situações que criassem a possibilidade para a discussão da prática educativa.

Apresentamos mais uma citação de Freire (2019a, p. 40): “[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.” A partir dessa provocação, iniciamos a discussão sobre prática, a começar pela compreensão de prática educativa, a partir da leitura do texto sugerida no encontro anterior.

Prosseguimos com a discussão do texto sobre “Prática educativa e sua face pedagógica com o Programa Saúde na Escola”. Perguntamos às partícipes sobre as impressões do texto, que tinha como pergunta norteadora: o que é a prática educativa e qual sua relação com a prática docente e pedagógica no contexto do PSE?

⁷ Título do texto: Prática educativa e sua face pedagógica com o Programa Saúde na Escola, produzido por Bandeira e Pereira (2020) - Submetido para publicação.

Esse diálogo foi provocativo, sendo que a intenção era de desestabilizar as crenças dos partícipes para criar as possibilidades de discussão, visto que, ao buscarmos a essência, a compreensão dos fatos, podemos estabelecer relação entre as práticas educativas como forma de prevenção, promoção e atenção à saúde e as estratégias de nutrição. Desse modo, a mediação da reflexão contribui para que essa relação seja mais melhor compreendida.

c) Terceira oficina formativa

A terceira oficina formativa ocorreu dia 09 de julho de 2020 e foi denominada de momento de discussão, com a finalidade de criar as condições para reflexão crítica e possibilitar o diálogo com a prática educativa. Durante todos os encontros, criamos essas possibilidades, pois, nas oficinas, relembramos situações vividas no contexto da prática de cada profissional e mobilizamos o pensar e o agir mais consciente, desvinculando da perspectiva tradicional do ensino em saúde e mediando para diálogo mais reflexivo e crítico.

Retomamos, mais uma vez, os indicadores de necessidades formativas para a elaboração desta oficina. Solicitamos às partícipes que evocassem as semelhanças e diferenças das práticas educativa docente e pedagógica. Observamos a necessidade que essas partícipes têm para compreender que a prática educativa acontece nos mais diversos espaços, e, dependendo de como é pensada e executada, podemos atribuir caráter pedagógico ou não.

Apresentamos as categorias estratégia e tática, palavras comumente utilizadas, notadamente na saúde, termos que muitas vezes são considerados como sinônimos, como se não houvesse diferença. No entanto, conforme descrita por Sánchez Vázquez (2007), estratégia é o objeto central de luta, e, para qualquer mudança de rumo, às vezes, precisamos utilizar alguma tática para chegar ao objetivo principal desejado.

Outro aspecto empregado para discussão nesse encontro formativo foi a apresentação de imagens para que os partícipes relacionassem com as perspectivas de prática educativa tradicional e dialógica. As relações foram produzidas, e os partícipes ficaram a pensar sobre o modo como realizam suas práticas educativas, se baseadas no ensino tradicional e conservador, permeados pela transmissão do

conhecimento (concepções hegemônicas); ou no ensino dialógico (reflexivo), baseadas na produção do conhecimento (concepções contra-hegemônicas).

Encerramos a oficina com as perspectivas pedagógicas relacionadas às estratégias (atividades de educação nutricional), tanto na visão tradicional, em que a relação é verticalizada, ou seja, o nutricionista, no momento da prática educativa, é autoritário, apenas transmite o conhecimento ao buscar a mudança de comportamento alimentar; quanto na visão da educação nutricional crítica ou progressista, na qual o nutricionista parte da construção do conhecimento, ao levar seus espectadores (por exemplo, os escolares), à reflexão sobre o comportamento alimentar, explicitado por Menezes, Morgado e Maldonado (2019).

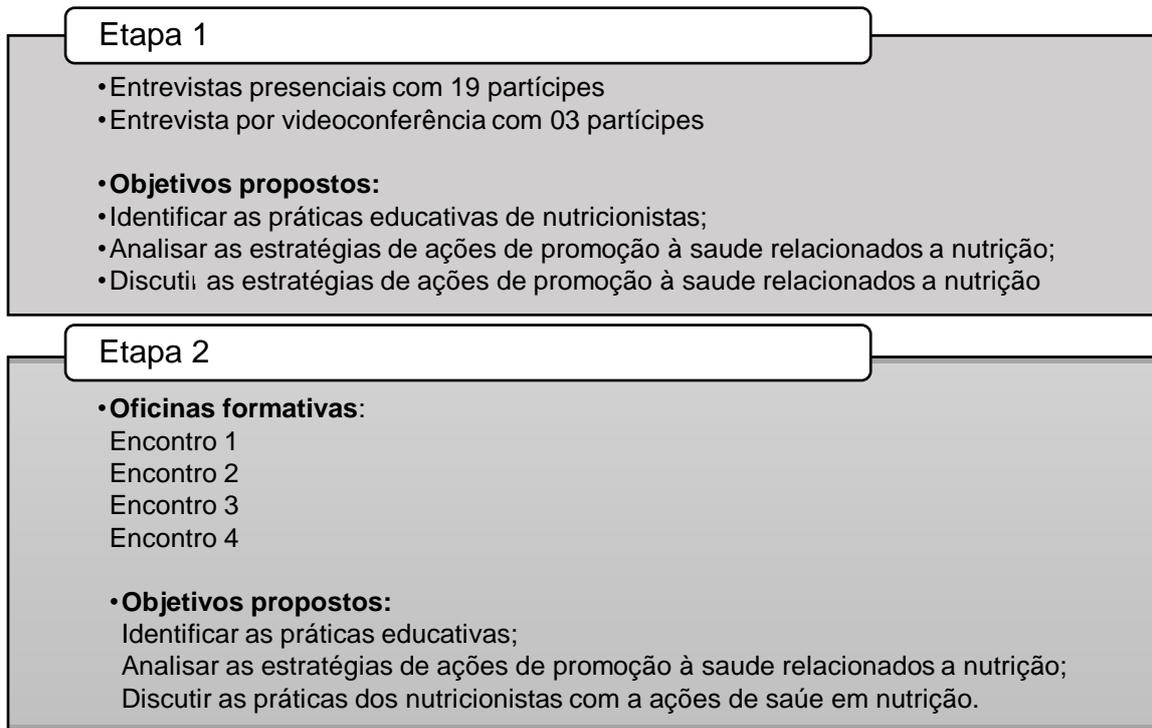
Pedimos aos partícipes que pensassem nas atividades que desenvolviam e apresentassem uma atividade de planejamento de ação educativa para o momento de compartilhamento de atividades na quarta, e última, oficina formativa.

d) Quarto encontro da oficina formativa

A quarta oficina ocorreu no dia 13 de julho de 2020, denominada de momento de compartilhamento, foi a oportunidade para que os partícipes apresentassem os momentos vivenciados durante a oficina. Iniciamos o encontro com uma epígrafe de Freire (2019a, p. 47): “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou construção”. A intenção foi de que, a partir das oficinas formativas, fossem criadas possibilidades aos partícipes para mobilização do pensamento, quiçá, da ação.

Retomamos a discussão sobre prática educativa e fundamento pedagógico, e planejamento das práticas – sistematização do processo educativo. Abordamos também as estratégias e táticas. Ao final, as participes socializaram o planejamento de práticas educativas produzidas por eles, a partir das condições criadas com as oficinas formativas, com base na transformação para o diálogo, pautadas em ações de cunho pedagógico. As etapas da pesquisa estão sintetizadas no Fluxograma 1.

Fluxograma 1 – Descrição das etapas da pesquisa e sua relação com os objetivos.
Teresina – PI, 2020



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

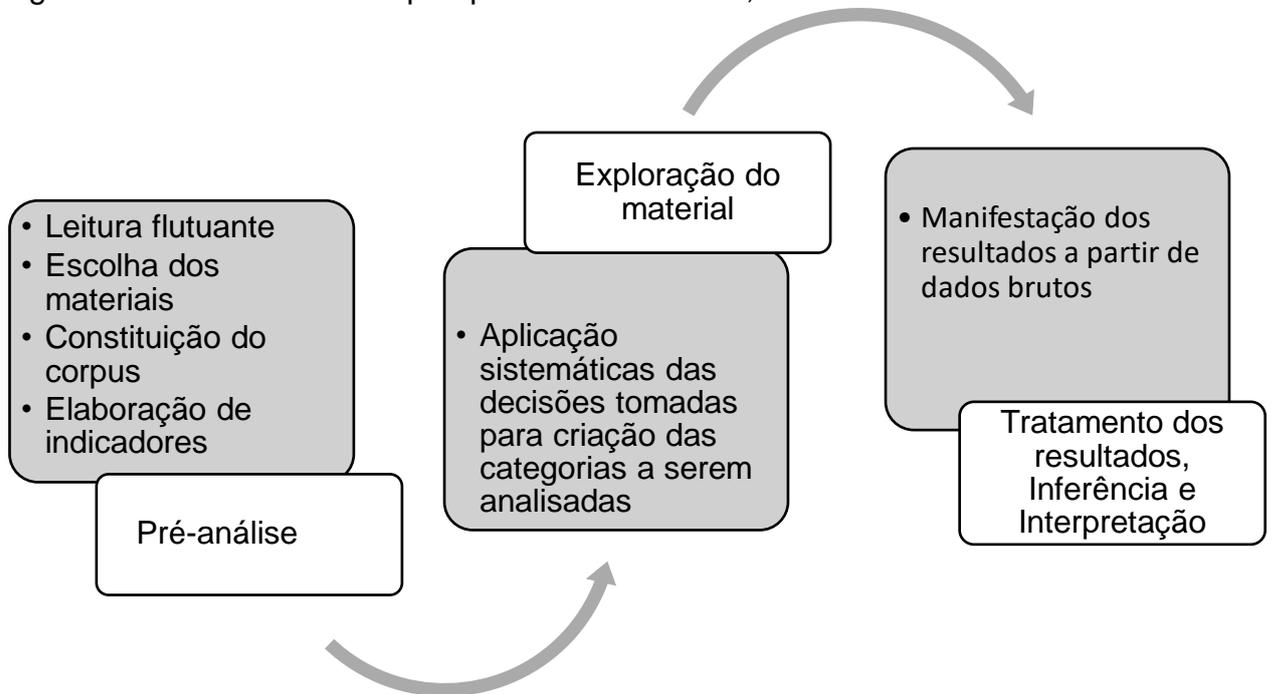
4.5 Análise dos dados

Para esta pesquisa, adotamos a análise de conteúdo, proposta por Bardin (1977, p. 29), pois “[...] pode ser um recurso útil para compreender além dos significados”. Para a autora, a leitura profunda de documentos, mensagens podem nos trazer significações suscetíveis na descrição do que antes não tínhamos a compreensão. Notadamente, as manifestações do comportamento humano podem expressar indicadores para compreendermos as práticas educativas e os componentes do seu contexto histórico e cultural (FRANCO, 2005).

De acordo com a teoria de Bardin (1977) sobre análise de conteúdo, entendemos que é um conjunto de técnicas de análises da empiria – inferências. Se tomarmos como o parâmetro o sentido dicionarizado, inferir significa raciocínio concluído. Há o estabelecimento da compreensão e da interpretação de manifestações linguísticas, que, para Franco (2005, p. 30), é fundamentada na tradição “hermenêutica”.

Por meio da análise de conteúdo, elencamos as etapas que compõem esse método e delineado o procedimento metodológico para produção desta investigação. As etapas de delineamento de análise, são descritas por Bardin (2011) conforme a Figura 2:

Figura 2 – Delineamento de pesquisa. Teresina – PI, 2020



Fonte: Elaboração da própria autora, a partir de Bardin (2011).

Construímos a produção da análise em três etapas, segundo descrito por Bardin (2011) e referenciado por Franco (2005), conforme serão descritas a seguir.

Na primeira, fizemos a pré-análise, que consiste na sistematização de ideias, escolha dos documentos, formulação das hipóteses e elaboração dos indicadores para a interpretação dos dados, por meio da leitura flutuante desses, atendendo aos critérios de exaustividade, representatividade e homogeneidade.

A segunda etapa do processo de análise de conteúdo se constituiu na exploração do material e na aplicação sistemática das decisões tomadas, para criação das categorias a serem analisadas. Para tal, organizamos as entrevistas em unidades de registro, que são as ideias centrais, a menor parte do conteúdo, que pode ser uma palavra, um tema. Posteriormente, a partir das unidades de registro, construímos a parte mais ampla do conteúdo a ser analisado que foram as unidades de contexto.

Logo após, chegamos à última etapa: tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Essa fase consiste em resultados significativos (MENDES; MISKULIN, 2017), a partir de dados brutos. Mostra o conteúdo, o sentido que lhe é atribuído a partir das inferências, baseando no aporte teórico de composição para análise dos dados (CÂMARA, 2013).

Segundo Franco (2005, p. 57): “[...] a categorização é uma operação de classificação de elementos construtivos de um conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos.” Neste estudo, denominamos de eixo temático.

Para elaborar os eixos temáticos, dois critérios puderam ser utilizados; tanto os ditos “a priori” quanto os “não definidos a priori”. O primeiro consiste em indicadores pré-determinados, conforme manifestação do objeto de estudo, e o segundo surge a partir da empiria produzida no caso desta pesquisa, os trechos das entrevistas e das relações com as oficinas e do aprofundamento com o conteúdo de objeto de estudo. (FRANCO, 2005, p. 59).

Utilizamos as duas formas, elencamos um eixo “a priori”, e os demais eixos surgiram a partir dos dados da pesquisa para compor as análises e a discussão das práticas educativas. Para Bardin (2011), os eixos temáticos devem seguir requisitos, tais como: exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade, fidelidade e produtividade.

Utilizamos o *software IRAMUTEQ® (Interface de R pour analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires)*, especificamente a nuvem de palavras, e, a análise de similitude, para organizarmos a distribuição dos vocábulos. Esse *software* trata dados essencialmente linguísticos, sendo utilizado também como análise textual relacional, que colabora para a exposição de processamentos de dados qualitativos. Gratuito, ancorado no *software* R e possui linguagem *python*, que visualiza distintas análises de texto (CAMARGO; JUSTO, 2013). Salientamos que o *software* não é um método, mas um instrumento que auxilia no rigor metodológico da pesquisa científica.

A seguir, apresentamos o plano de análise organizado durante o processamento dos dados, para composição dos resultados e discussões desta dissertação.

4.5.1 Plano geral de análise dos dados

Partimos do pressuposto de que essa proposta vai nortear as relações produzidas na análise e na interpretação dos dados. A relação parte da lógica dialética, que, segundo Afanasiev (1968), é um método de desenvolvimento, conhecimento e transformação da realidade. Dessa maneira, para analisarmos e discutirmos as práticas educativas, surgiram questionamentos, a partir dos objetivos específicos, pois a análise gira em torno deles, conforme o Quadro 4:

Quadro 4 – Questionamentos baseados nos objetivos específicos do estudo. Teresina - PI, 2020

Questões	O que se pretende:
1. Quais perspectivas de práticas educativas de nutricionistas predominaram nas estratégias de nutrição?	Conhecimento das perspectivas que predominaram nas estratégias de nutrição.
2. Que relações produzidas nas oficinas com as nutricionistas possibilitaram a discussão das práticas educativas?	Compreensão das relações produzidas nas oficinas, a partir da discussão sobre práticas educativas.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Desse modo, buscamos envolver o aporte teórico e metodológico para estabelecer a relação das práticas educativas de nutricionistas no PSE com as estratégias de nutrição. No referencial teórico, apresentamos os objetivos do PSE que evidenciam a promoção, prevenção e relação de saúde e educação para enfrentamento das vulnerabilidades, mediante articulação do SUS à rede de educação. Há necessidade de engajamento entre essas duas unidades para as práticas educativas em nutrição.

Assim, partindo desse pressuposto, compreendemos que se configura o objetivo macro desse Programa, como forma de construção para a promoção da saúde, pois estabelece “relação” notadamente com o movimento das oficinas formativas, pois, à medida que são apresentados os indicadores de necessidades, extraídos das entrevistas, esses conduzem ao diálogo e à reflexão dos partícipes nas

oficinas, principalmente quando se relacionam às práticas educativas de nutricionistas com as estratégias de nutrição. Conforme Prado Junior (1973, p. 36), “[...] a totalidade das condições para elaborar o conhecimento parte da descoberta”. Portanto, o conhecimento parte do diálogo, das interações e das ligações.

Nesse movimento de devir, de possibilitar a elaboração de reflexão sobre práticas educativas, não se dissociam práticas educativas de nutricionistas das estratégias de nutrição. Destarte, a relação se permeia com a proposta do Programa, pois, para que ações ocorram conforme preconizadas, há necessidade de intersectorialidade entre Saúde e Educação.

Ao realizar as entrevistas e as oficinas, produzimos o diálogo para análise dessa relação, destarte a importância do envolvimento dos profissionais de nutrição para esses momentos de discussão e reflexão. Destacamos o apoio em Sánchez Vázquez (2007), para compreendermos e analisarmos a relação entre estratégia e tática.

A primeira é considerada um mecanismo de objetivo central para atingir uma determinada finalidade. A segunda existe para realizar a estratégia, visto que, em meio às práticas educativas e, dependendo da metodologia a ser utilizada no decorrer do caminho, o apoio nas “táticas” pode mediar a realização das “estratégias” e produzir práticas educativas condizentes com o proposto no momento ou nas circunstâncias determinadas.

Para seleção dos dados de análise, lemos e relemos as entrevistas e o movimento produzido nas oficinas, seguindo os critérios propostos por Bardin (1977) e respeitando os princípios da exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência, e também da objetividade e subjetividade.

A partir das necessidades manifestadas nas entrevistas, que se apresentaram nos indicadores, elencamos pontos-chaves, discutidos no processo de análise, tais como: exigência do coletivo, autonomia, hierarquia, planejamento, trabalho em equipe, necessidade escolar, tempo/espaço e intersectorialidade.

Assim, para analisarmos os dados e respondermos à pergunta norteadora, utilizamos as concepções pedagógicas denominadas de acadêmica, técnica, prática e dialógica. Estas, inclusive, consideradas como categorias de interpretação. Usamos estratégia e tática como categorias de análise, conforme referido no Quadro 5, a seguir.

Quadro 5 – Perspectivas educativas e os atributos relacionados à prática educativa no contexto do PSE. Teresina-PI, 2020

Perspectivas educativas		Atributos
Acadêmica (tradicional)	CATEGORIAS DE INTERPRETAÇÃO	Reprodução do conhecimento Individualista
Técnica		Instrumental (mecanicista)
Prática		Prática pela prática
Dialógica		Construção de caminhos reflexivos Interação e diálogo Transformador da realidade
CATEGORIAS DE ANÁLISE: Estratégia e Tática		

Fonte: Elaborado pela autora, baseado em Pérez Gómez (1998), Behrens (2010) e Sánchez Vázquez (2007).

Com base no referencial teórico-metodológico e nos indicadores de necessidades formativas mencionados no Quadro 3, e a partir dos pares dialéticos relação e ligação, definidos como categorias teóricas por Cheptulim (2004), apreendemos as relações produzidas nas oficinas entre práticas educativas de nutricionistas e as ações de saúde e nutrição, que possibilitaram a discussão.

Para sistematização, apresentamos no Quadro 6, os eixos temáticos e os seus atributos correspondentes: práticas educativas no contexto do PSE, planejamento de ações, necessidades pontuais de promoção da saúde para atender as escolas e intersetorialidade.

Quadro 6 – Eixos temáticos e atributos orientadores da organização analítica. Teresina – PI, 2020

Eixos temáticos	Atributos
Práticas educativas no contexto do PSE	Repasse de informações; ensino; medidas preventivas; ações de promoção e prevenção; intervenção.
Planejamento de ações	Diagnóstico situacional; tempo e recursos; exigência do coletivo; hierarquia.
Necessidades pontuais de promoção da saúde para atender as escolas	Atendimento às condições de saúde.
Intersetorialidade	Ações programadas.

Fonte: Dados da pesquisa.

Discutimos as relações que os partícipes manifestaram no mundo real e, assim, para alcançar profundidade do conhecimento no campo da pesquisa científica (VIEIRA PINTO, 1979). A análise e a interpretação das entrevistas e oficinas formativas, produzidas a partir dos relatos dos partícipes, subsidiaram essa dissertação para discutir a relação das práticas educativas de nutricionistas com as estratégias de nutrição.

Nesse sentido, definimos como eixo temático, a priori, a prática educativa, que surgiu a partir da teoria que embasou este estudo. No entanto, no decorrer do processo de análise, outros eixos foram gerados, tais como: planejamento de ações; necessidades pontuais de promoção da saúde e intersetorialidade.

4.6 Aspectos Éticos

Desenvolvemos a pesquisa respeitando os princípios éticos estabelecidos pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde Nº 466/2012. As Secretarias Municipais de Saúde dos municípios pesquisados autorizaram a realização do estudo com os nutricionistas, que realizavam ações no Programa Saúde na Escola (ANEXO B).

Informamos aos partícipes sobre os objetivos, riscos e benefícios da pesquisa. Estes tiveram garantidos o anonimato e sigilo das informações colhidas, de modo que não fossem identificados, e informados de que, a qualquer momento, poderiam não querer mais participar da pesquisa, o que aconteceu na segunda etapa, pois, diante da pandemia (Sars-cov-2), os profissionais nutricionistas, ao comporem o quadro de trabalho essencial, foram descolados para novas funções, como foi o caso de uma participante que passou a assumir função de gerente de UBS, entre outras funções que exigiram dedicação exclusiva deles.

Na primeira etapa da pesquisa, considerando os aspectos éticos, os partícipes foram identificados como Nutri 1, sucessivamente, até Nutri 22. Também como não há identificação sobre se foram entrevistados presencialmente ou virtualmente. Quanto à denominação nas oficinas, foram usados nomes fictícios. O TCLE foi assinado pelas participantes (Apêndice B e C).

O estudo apresentou riscos de constrangimento das informações no momento da entrevista. No entanto, para diminuir esses riscos, respeitamos os princípios e as normas éticas. A pesquisadora prestou assistência necessária, ao perceber qualquer desconforto, com a melhor forma de abordagem durante a entrevista. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Piauí, com o Parecer de N. 3.563.782 de 09 de setembro de 2019.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, são apresentados os resultados e a discussão dos dados da pesquisa, obtidos por meio das entrevistas e das oficinas formativas. Os partícipes são caracterizados quanto ao sexo, à formação continuada e ao tempo de trabalho que desenvolvem ações no PSE.

São apresentados os seguintes eixos temáticos: **práticas educativas no contexto do PSE**, analisando-a na realidade dos partícipes; **planejamento de ações**, em que são considerados o diagnóstico situacional, o tempo e os recursos; **necessidades pontuais de promoção da saúde para atender as escolas**, evidenciando o atendimento às condições de saúde no sentido escolar e para além deste; por último, a **intersectorialidade**, apontada nos relatos quanto à relação educação e saúde.

Ressaltamos que, das 22 entrevistas realizadas, foram manifestados indicadores de necessidades para as oficinas formativas. Apesar de as entrevistas terem sido utilizadas para expressar esses indicadores, selecionamos os trechos para análise considerando a materialidade das informações pertinentes e relevantes para o objetivo da pesquisa. Destacamos que essas entrevistas também estão sendo representadas por meio da nuvem de palavras (Figura 3) e da análise de similitude (Figura 4), proporcionando ao leitor entendimento dos resultados.

Delineamos os trechos relacionados para análise dos dados conforme a necessidade do objeto de estudo, portanto, pode ocorrer rotatividade dos partícipes, ou seja, os que são apresentados no primeiro eixo temático podem ou não aparecer nos eixos subsequentes. Destacamos algumas palavras em negrito por serem representativas do foco deste estudo.

Para as oficinas formativas, utilizamos trechos relacionados a cada eixo temático específico, que ressaltam o movimento construído no decorrer dos encontros formativos. Ressaltamos que o propósito não é fazer uma análise do Programa, mas analisar práticas educativas dentro de um contexto sócio, histórico e cultural, além das estratégias que são desenvolvidas por esses profissionais de nutrição.

5.1 Caracterização dos partícipes da pesquisa

Na entrevista, constatamos o predomínio do sexo feminino (86,36%): 19. Com relação à formação continuada, a maior parte dos entrevistados (81,81%), 18, tinham de uma a três pós-graduações, na sua maioria na área clínica e saúde da família. Uma partícipe com pós-graduação em andamento, outra com mestrado e dois que não possuíam nenhuma pós-graduação.

Quanto ao tempo de trabalho no PSE, variou de 4 meses a 12 anos. Referente ao tipo de vínculo que esses partícipes tinham com os municípios, 68,19% (15) eram concursados e 31,81% (7) tinham vínculo em forma de contrato temporário.

5.2 Práticas educativas no contexto do PSE

De modo geral, as práticas educativas no ambiente da saúde são denominadas de educação popular em saúde ou educação em saúde. Portanto, a reflexão, a construção de saberes e o diálogo constituem aspectos necessários para provocar conflitos e buscar as relações pertinentes com a prática educativa no contexto do PSE.

Essa afirmativa destaca a importância de buscar a relação mais dialógica com as práticas educativas. Estas são executadas por profissionais de saúde nos mais diversos contextos, em especial o da saúde na escola. Falar de práticas educativas requer que seja feita alusão às práticas de educação em saúde, no intuito de promoção, prevenção e atenção à saúde.

Dessa maneira, apresentamos três trechos das entrevistas, desenvolvidas de modo individual, pronunciadas pelos Nutri 4, 10 e 11. Destacamos que a seleção dos trechos escolhidos, nesta análise, representa a totalidade, pois sustentam a interpretação.

Prática educativa, pra mim, é uma forma de você poder **orientar** as pessoas, ajudá-las acerca de algum assunto, não necessariamente que seja da área, que sou nutricionista. Mas alguns assuntos, assim, de relevância social, ou relevância na saúde, na epidemiologia. Assim, dessa forma aí, que entendo. (Nutri 4 - entrevista).

É tudo aquilo, que vai **levar informação** a algum outro público, né, que a gente possa **repassar informações**, que até então eles não têm acesso, né. Em relação ao PSE, na parte de nutrição, a gente sempre tenta levar para os alunos a parte de alimentação saudável, assim, o básico. (Nutri 10 - entrevista).

Prática educativa seria uma **intervenção**, né?! Primeiro faria uma avaliação, perceberia a **necessidade** da mudança, né. Havendo necessidade, normalmente, na nossa área tem [risos], necessidade, e a gente vai dar essa **orientação**. (Nutri 11 - entrevista).

A seguir, são apresentados quatro trechos do primeiro dia de oficina formativa (02/07/2020), com intenção de discutir as práticas educativas proferidas por Rosa e Margarida. Para buscarmos a compreensão de práticas educativas, iniciamos com a indagação para as partícipes: “O que você entende por saúde?”

Hoje, né, assim, de um certo tempo pra cá, eu já tenho uma **visão bem diferente**, né, porque é uma coisa, que a gente vê muito. Então, eu acho, que é o ponto principal é que saúde não é mais somente ausência de doenças, né, como a gente vê muitos conceitos, mas eu acho que vai muito além disso, porque envolve muito mais, essa questão hoje é psicológica, né, questão de convivência. Então, eu acho, que o **conceito de saúde** cada dia vai se ampliando mais né, porque, antes, a gente tinha uma visão de que saúde era só ausência de alguma patologia, alguma doença, né. E, hoje, por mais que você não tenha alguma doença, alguma patologia ou coisa do tipo, mas se você não vive em harmonia com família, a sociedade e entre outras coisas você também não tem saúde. (Rosa).

Eu acredito que, através dos alimentos, é **informar** a população como cuidar da sua saúde. É como cuidar da saúde! (Margarida).

Logo após, perguntamos às partícipes da oficina formativa, por meio de formulário no Google Forms: Para você, qual a compreensão de prática educativa que está sendo expressada na nuvem de palavras? Acrescentaria mais algum termo a essa nuvem? Rosa e Margarida ressaltam:

A prática educativa tem o intuito de **promover** essa interação do educador com o educando, promovendo uma **troca de conhecimento** mútuo. O termo, que acrescentaria é interação (Rosa).

Intervenção; Repassar; Didática (Margarida).

Os três relatos anteriores, apresentados por Nutri 4, 10 e 11, da entrevista, e os quatro da oficina formativa, de Rosa e Margarida, referem-se à prática educativa no PSE como forma de orientação, de condução ou repasse de informações, de interação diante das necessidades. Há convergências nos relatos das partícipes nutricionistas em relacionar prática educativa com orientação, repasse e intervenção.

Dessa forma, os nutricionistas, ao realizarem as práticas educativas no PSE, têm como base a promoção, a prevenção e a atenção à saúde, que remetem às possibilidades de construir ações educativas que tragam benefícios para a sociedade.

Partindo do pressuposto de que a promoção da saúde é objetivo principal do PSE, constitui tarefa básica da nutrição, consolidada no conhecimento da realidade, portanto, elaborar formas de luta, táticas adequadas ao movimento do real.

Entendemos que as práticas educativas na saúde, em especial no PSE, objeto deste estudo, não se limitam à mera transmissão de informações, saberes e experiências, como ocorre com a perspectiva tradicional e técnica. Práticas educativas como promoção da saúde devem ser de intervenção de forma a criar elo entre o saber técnico do profissional que está executando, com o conhecimento já existente dos escolares. Portanto, há necessidade de superação da mera transmissão de conhecimento, a fim de que práticas educativas se tornem possibilidades de promoção da saúde na vida dos escolares.

Freire (2019a), ao focalizar a compreensão das práticas educativas, enfatiza a exigência do rigor metódico, da pesquisa, da criticidade e de que o ensino não é apenas transferência do conhecimento, pois implica o entendimento da realidade, o comprometimento e o diálogo. Os relatos de Nutri 4, 10 e 11, e os de Margarida e Rosa, denotam perspectivas acadêmica e técnica, esta, especificamente, no trecho da Nutri 10, marcados com a visão de que a transmissão de informação e o conhecimento técnico sobre alimentação e nutrição fazem parte do que é a prática educativa para esses partícipes.

Morin (2003) expressa que a primeira finalidade do ensino é o saber, e este deve ser visto como aptidão geral, além de permitir a organização do pensamento, para que possa ser resolutivo ao tratar dos problemas. Faz sentido relacionar com as práticas educativas no PSE, porque não é apenas levar conhecimento técnico aos escolares, mas proporcionar o diálogo, para que esses possam exercer livre arbítrio.

No momento em que abordamos a compreensão de saúde relacionando-as às práticas educativas, o discurso da partícipe Rosa evidencia que, de modo geral, não se limita à ausência de alguma patologia, notadamente exige conviver em harmonia com familiares e sociedade. Assim, ao buscar o diálogo, entendemos, que, quando o profissional reflete sobre seus conceitos, sobre qual posicionamento tem acerca determinado assunto, passa a conceber novas possibilidades. Desse modo, ao realizarem as práticas educativas podem fortalecer a capacidade das pessoas para novas escolhas (ALVES; AERTS, 2011).

Com base nos relatos apresentados por Rosa e Margarida, observamos que as partícipes reiteraram a compreensão de prática educativa como repasse de

informação, mas também de intervenção, acrescentando a promoção e a troca de conhecimento mútuo. Conforme Freire (2019a), a educação reproduz o movimento dialético e histórico, inerente às condições materiais do ser humano.

Nesse sentido, as práticas educativas, além de promoverem trocas de conhecimento, exigem a promoção da saúde, portanto, ao serem relacionadas às concepções pedagógicas, são associadas à necessidade de desenvolver práticas educativas contra-hegemônicas que permitam o envolvimento do contexto histórico, social e cultural dos partícipes. Dessa maneira, embora a perspectiva acadêmica se faça presente na prática educativa desses partícipes, há necessidade de refletir criticamente para mudar da realidade, propiciar o diálogo e produzir práticas educativas dialógicas.

Freire (2019b, p. 226-227), ao abordar sobre a teoria da ação dialógica, expressa que “[...] um indivíduo não se sobrepõe a um objeto, e sim, no encontro de indivíduos há transformação”. Práticas educativas podem ser transformadoras da realidade de escolares, por meio do diálogo apreendido pela discussão compartilhada.

Dando continuidade à contextualização de práticas educativas no contexto do PSE, uma das partícipes, que executa ações no Programa, destacou, na primeira oficina formativa, acerca da sua participação no programa:

Não participei, né, mas, em pouco tempo já presenciei na parte lá da assistência essa situação não diretamente ligada à nutrição, mas, essa situação, né, de tratar um determinado assunto ali naquele grupo de convivência e, depois de um certo tempo, fazer esse mesmo processo com a família, né, para que ficasse todo mundo no mesmo, né, no mesmo círculo de entendimento. (Rosa).

Sobre a materialidade desses trechos de fala da partícipe Rosa, inferimos que há evidência da negação, que pode ser realçada na contradição, no que concerne à participação no PSE, pois, ora fala que não executa as ações, ora parece ser conhecedora. Após esse comentário, provocamos a partícipe com a seguinte pergunta: em algum momento, no PSE, em conversa com algum enfermeiro, você se sentiu provocada, por exemplo, para chamar a família, para um possível planejamento ou para alguma ação?

Já, na **última ação** que eu fiz, ficou até esse questionamento, que a **gente** podia, depois, tá **vendo** em **outro momento**, depois que devolvesse **outra atividade**. Se a **gente fazia né, repassar** essas **informações** também para os **pais**, né. Falar um pouco dessa importância, já que a gente tava falando de alimentação adequada na infância, que a gente falasse um pouco a respeito disso para os pais também. (Rosa).

Em um estudo de Soares *et al.* (2016), realizado com enfermeiras da ESF sobre o PSE, foi constatado que, no município onde elas trabalhavam, apesar de o Programa ter sido implementado, não houve formação para sistematização das ações, algumas delas já vinham determinadas pela Secretaria de Saúde. Trata-se de uma realidade muito presente em várias cidades, não só com enfermeiros, mas outros profissionais, como nutricionistas, no tocante à formação para lidar com ações do PSE. A consequência disso é a dificuldade na tomada de decisões para que as ações sejam implementadas de forma correta.

Para Afanasiev (1968), as contradições são elementos para o desenvolvimento. Assim, embora a partícipe tenha esse sentimento de negar o envolvimento, as contradições são inerentes à realidade e, à medida que Rosa vai sendo provocada na oficina sobre o trabalho no PSE, evidencia sua participação. Dessa maneira, a partir do entendimento sobre os relatos, os nutricionistas, que em seu processo de formação não tiveram oportunidade de conhecer alguns dos programas intersetoriais, como o PSE, podem não correlacionar como é o funcionamento na prática.

Às vezes, o profissional desconhece o campo de prática profissional, notadamente quando inseridos nos programas intersetoriais, a exemplo do PSE, sem formação adequada para o atendimento das necessidades educativas, quais as atribuições, os objetivos, dentre outros. Nesse sentido, Brasil *et al.* (2017) encontraram resultados semelhantes em seu estudo, e afirmam que há desconhecimento do programa tanto por gestores da educação quanto da saúde e, com isso, há distanciamento das ações, além de não contemplarem os fundamentos da promoção da saúde.

O movimento das oficinas formativas, para gerar discussão sobre práticas educativas com as partícipes e produzir a relação esperada, possibilita a transformação sobre a realidade. Dessa forma, uma ação educativa tem intencionalidade e aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais que fazem parte desse contexto (BRAGA; SEVERINO, 2013). As partícipes evidenciaram a aproximação entre o caráter pedagógico e a contribuição para sua prática educativa,

com base na discussão realizada nas oficinas, como comprovam os discursos de Margarida e Rosa no último encontro da oficina:

É [...] deu para trazer um pouco assim dessa questão do planejamento, de manter a **consciência ativa** durante todo esse processo de **desenvolvimento das atividades do PSE**, né, da **prática educativa** que desenvolvemos, dessa **intencionalidade**, do porquê fazer, pra quem fazer, o público, né. De trazer esses elementos para a nossa prática, né, de tê-los bem explícitos, né, bem destacados. Saber porque estamos desenvolvendo, o que estamos desenvolvendo, se tá adequado ao nosso público ou não, se é realmente essa metodologia. É isso... pensei dessa forma. (Margarida).

Então, eu acho que envolve muito, **vai muito além do que só repassar conhecimento de forma eficiente e ter um resultado**. (Rosa).

O ensino baseado apenas na prática, segundo Pérez Gómez (1998), sem o apoio da teoria e da investigação pode ser reproduzidor da realidade empírica. As duas partícipes, ao reconhecerem a necessidade do planejamento, da intencionalidade, da consciência ativa, do como e do porquê fazer, conforme refere Margarida, reconhecido também por Rosa – ao admitir que a prática educativa no PSE ultrapassa o simples repasse e o resultado do conhecimento, de mudança da prática – tornam-se reflexivas sobre o que desenvolvem.

Estudos demonstram que o uso de oficinas como metodologia para educação permanente tende a ser proposta de ensino e aprendizagem destinada aos profissionais de saúde, com base em suas realidades (MAZON *et al.*, 2017; CASEMIRO; FONSECA; SECCO, 2014). Dessa forma, identificar, analisar e discutir as práticas que desenvolvem, favorece que percebam a realidade do contexto em que trabalham.

A partir das análises de interpretação, inferimos que as partícipes Margarida e Rosa passaram a refletir, com atributos de perspectivas dialógicas, sobre as ações que irão desenvolver, a partir da experiência gerada nas oficinas, foram estratégias para possibilitar o envolvimento delas com as práticas educativas de nutricionistas, conforme expressado nos relatos anteriores. Assim, ao reconhecerem a necessidade de analisar as práticas educativas, deixam de ser meramente reproduzidoras do tradicional. Westbrook (2010) evidencia a experiência educativa para depreender o que antes não era percebido e deixa evidente que as relações sociais de todos que partilham são educativas.

Durante as entrevistas, buscamos o saber dos nutricionistas sobre a mobilização das Secretarias, tanto da Educação quanto da Saúde, para a realização das práticas educativas em relação à promoção da saúde em nutrição:

É feito um **cronograma**, né. A gente sabe que tem um **cronograma** do PSE, e, aí, nossa coordenadora, ela **repassa**. A gente fica bem à vontade para escolher uma data que se encaixe também com algumas datas da escola, porque não adianta pra gente falar de nutrição na adolescência, por exemplo, no momento de falar sobre alguma coisa de infância. (Nutri 3 - entrevista)

É como eu falei, é feito o **cronograma**, né? Aí, os enfermeiros, eles **repassam** pra gente. Tanto a enfermeira como a coordenadora do PSE. [...] (Nutri 7 - entrevista)

Assim, **não existem bem uma mobilização**, existem critérios que a gente sabe que o PSE, na primeira infância, nas creches a **gente tem que fazer** avaliação antropométrica uma vez no ano e na outra faixa duas vezes no ano. Então, o único critério realmente é esse: avaliação antropométrica. (Nutri 9 - entrevista)

Aí na verdade, **são mobilizados por mim mesma** [risos], pelo próprio profissional de saúde ou eles vêm até mim. (Nutri 10 - entrevista)

Nos relatos, é abordado que é feito cronograma para as ações, mas fica evidente que é apenas “repassado”, como se fosse algo “engessado”, no ponto para ser executado, de acordo com os Nutri 3 e 7. Não tem construção dialogada para realização dessas práticas educativas, característica marcante da perspectiva técnica. De acordo com o diário da pesquisadora, a Nutri 7 evidenciou que, para realização das práticas de nutrição, às vezes, são considerados apenas os princípios da formação, e, com base nisso, há o repasse do conhecimento básico aos escolares.

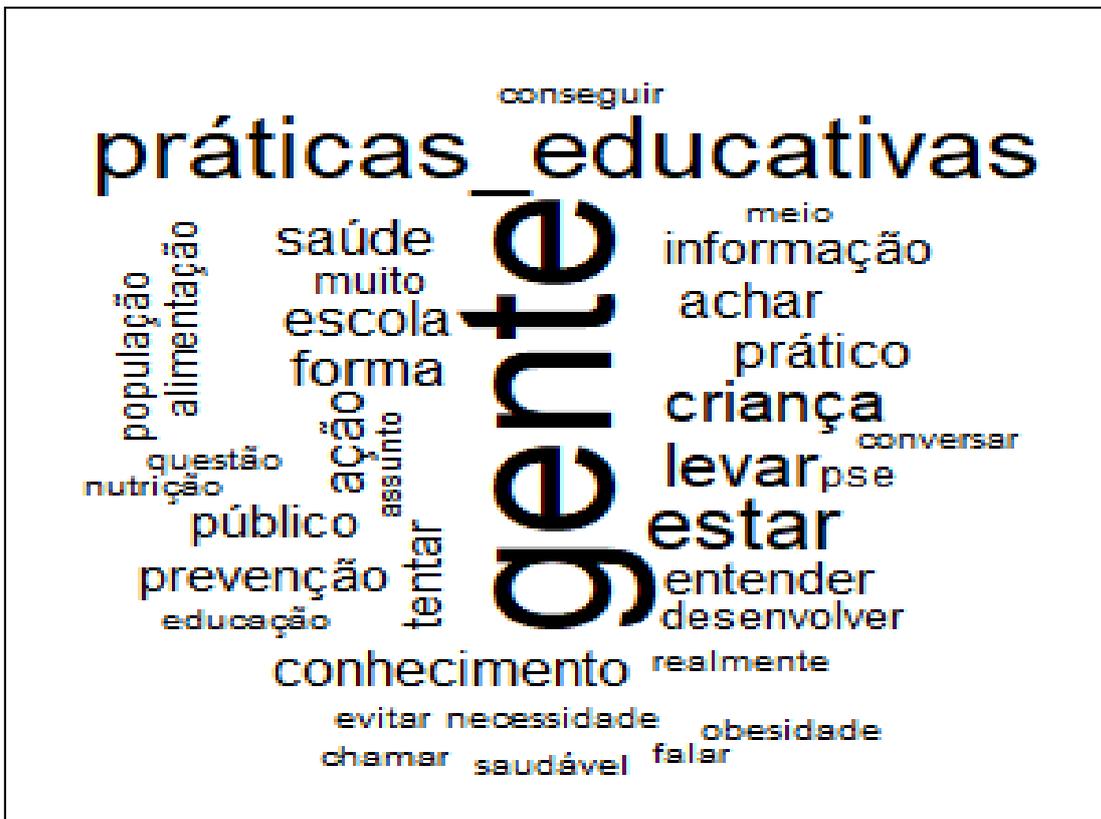
Em outros momentos, os próprios nutricionistas são os que fazem a mobilização para que sejam realizadas as ações de práticas educativas. Evidenciamos que cada prática educativa exige estratégia e tática adequadas, e, para que essas ocorram, devem estar relacionadas aos objetivos do Programa e às peculiaridades do contexto em que serão realizadas.

De acordo com Sousa (2014), em relação às Secretarias de Educação e de Saúde, temos que avaliar que cada uma delas tem suas especificidades. Nesse sentido, o processo de decisão deve ser construído em consonância com as orientações de cada setor, permitindo diferentes pontos de vista e conhecimento das necessidades.

Para consolidação dos dados manifestados nas entrevistas (primeira etapa) de todos os partícipes, apresentamos a nuvem de palavras (Figura 3) e a análise de

similitude (Figura 4), após análise textual no *software* Iramuteq – para este, utilizamos apenas as entrevistas e estas estão representadas, na sua essência, como indicadores produzidos para as oficinas formativas, com o intuito de discussão das práticas educativas.

Figura 3 – Nuvem de palavras referente à pergunta “o que você entende por práticas educativas? Teresina – PI, 2020



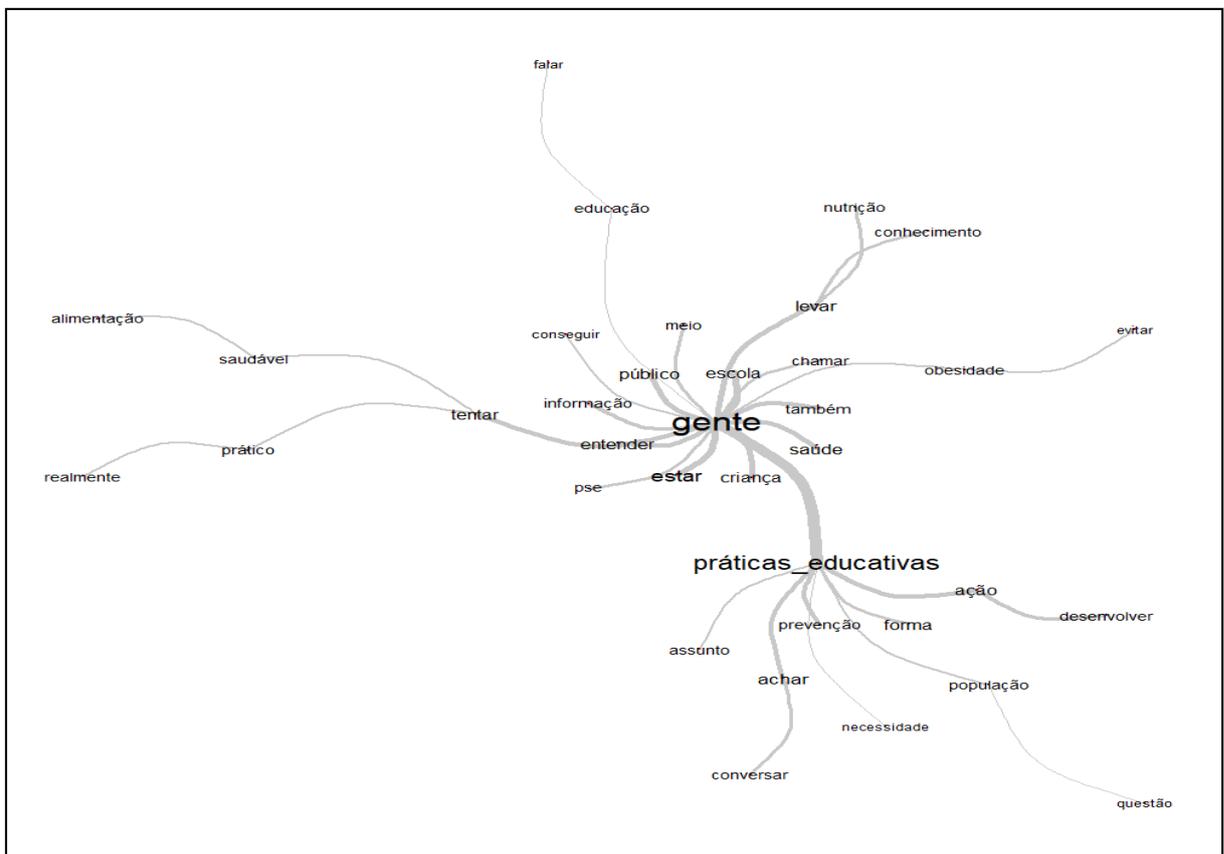
Fonte: Dados da pesquisa com o uso do *software* Iramuteq, 2020.

A nuvem de palavras traz representações do que os nutricionistas entendem por práticas educativas, demonstrando consonância com os trechos escritos. Evidenciamos que foram evocados os seguintes termos: “práticas educativas”, “gente⁸”, “informação”, prevenção”, “promoção”, “desenvolver”, conforme apresentado na Figura 3. O termo lexical “gente”, que aparece na parte central da figura, mostra os nutricionistas como protagonistas das práticas educativas relacionadas à nutrição. Os referidos termos são palavras-chave do *corpus* analisado.

⁸ O termo “gente” refere-se aos próprios profissionais.

Quanto à análise de similitude (Figura 4), a representação gráfica permitiu analisar a relação entre as palavras, ou seja, a conexidade existente nas ramificações entre o que foi demonstrado na análise dos dados. Observa-se que há duas palavras que mais se destacam: “gente” e “práticas educativas”, a partir do qual se ramificam outras. O vocábulo “gente” apresenta forte ligação com os seguintes termos: “saúde”, “escola”, “criança”, “público” e “informação”. Isso significa que os nutricionistas compreendem a relação de proximidade da saúde e dos atributos pertencentes ao PSE com o público, que são os escolares (crianças).

Figura 4 – Análise de similitude referente ao eixo “práticas educativas no contexto do PSE”. Teresina – PI, 2020



Fonte: Dados da pesquisa com o uso do *software* Iramuteq, 2020.

No entanto, o vocábulo “gente” vai perdendo ligação com a palavra “educação”, ao ficar mais distante. Isso denota o protagonismo do nutricionista que realiza essas práticas educativas, por estarem mais próximos do termo “práticas educativas”. Este, por sua vez, compõe centralidade entre “ação”, “desenvolver”, “prevenção”, “forma”, “conversar”, “assunto” e “necessidade”, representando o modo como é vista a prática

educativa pelos partícipes. Dessa forma, inferimos que os partícipes, ao expressarem “gente”, estão intrinsecamente relacionando às práticas educativas.

5.3 Planejamento de ações

O planejamento favorece a realização, pois, adequar os objetivos ao que se quer realizar cria a possibilidade de que esses sejam alcançados. A Política Nacional de Promoção da Saúde tem como diretriz o planejamento, de acordo com o contexto dos territórios, com a finalidade de construir espaços saudáveis como garantia de direitos sociais (BRASIL, 2018b). Machado *et al.*, (2016) destacam que a falta de planejamento em ações no PSE pode levar ao comprometimento de políticas públicas em âmbitos assistenciais, educacionais e de saúde.

O roteiro das entrevistas guiou para o entendimento sobre o planejamento das ações, a partir das seguintes questões: o que é necessário para planejar as ações de promoção da saúde em nutrição? Há contato com outros profissionais para que haja planejamento das ações de promoção da saúde em nutrição? Caso seja feita interlocução para o planejamento das ações de promoção da saúde em nutrição, quem são esses atores?

Dessa forma, outro eixo que surgiu a partir dos dados, conforme as questões anteriores, foi o **planejamento de ações**, que considera a análise de indicadores, o diagnóstico situacional, o tempo e os recursos, conforme os três relatos dos Nutri 2, 8 e 11, da entrevista na primeira etapa da pesquisa.

Eu acho que a primeira coisa realmente é você vê os **indicadores**, né? Aqui, a gente tá trabalhando isso, a gente já vai começar a trabalhar isso. O gestor já pediu pra gente trabalhar a questão da obesidade infantil. Então, primeiro, a gente tem que ver os **indicadores**, como é que estão os **indicadores**. É necessário que a gente faça a identificação do **diagnóstico situacional da população**, né, qual o público que está necessitando das ações de educação em saúde, das ações, né, das **intervenções**, principalmente de nutricionistas com relação às ações de promoção da saúde. Então, eu acho que o primeiro é isso. (Nutri 2 - entrevista)

Primeiro é **tempo**, né. A gente precisa do **tempo** pra poder se **planejar**. Nosso cronograma, que a gente faz mensalmente aqui, leva em consideração esses planejamentos, tem as atividades, as ações, mas sempre tem o **tempo** pra **planejar**. (Nutri 8 - entrevista)

Às vezes, **a gente pensa em um monte de coisa**, mas, aí, na hora que você vai pôr em prática, você vê que não tem como. Aí, você tem que procurar, né, **formas mais econômicas**, mas que chamem atenção do aluno, que

prendam a atenção dele, pra que a gente atinja o objetivo. (Nutri 11 - entrevista)

Os enunciados dos Nutri 2, 8 e 11 demarcam a análise dos indicadores de necessidades, manifestados no diagnóstico situacional, no tempo e nos recursos como essenciais para o planejamento das ações do PSE. Dessa forma, com o diagnóstico situacional da escola ou da comunidade, é possível contar com um repertório geral (estratégias) considerando os indicadores do próprio PSE, assim como da realidade onde as ações acontecem – essas causalidades do contexto exigem flexibilidade de táticas. Outro componente importante refere-se aos recursos necessários à execução das práticas educativas afirmado pela Nutri 11, que são necessárias formas econômicas, e que chamem a atenção dos escolares.

Dessa maneira, para produzir ações que contemplem os objetivos do PSE, as perspectivas de práticas educativas de nutricionistas que tenham aproximação com as perspectivas dialógicas ajudam na transformação, não apenas desses profissionais, mas acabam refletindo nos escolares. Nesse sentido, Sánchez Vázquez (1998) ressalta a importância de tática adequada, caso não seja possível a realização da estratégia correta, ou seja, meios para que essas práticas educativas sejam efetivadas.

A Nutri 2 demonstrou preocupação com o diagnóstico situacional para a realização das práticas educativas. Portanto, é preciso haver planejamento, de acordo com a necessidade, não somente daquela determina escola, mas da comunidade, até porque os escolares podem ser multiplicadores das informações, difundindo-as na sociedade.

Nessa lógica, apesar da intenção de planejamento, da escolha das estratégias para serem realizadas, podem surgir lacunas para realização das ações de nutrição, como falta de materiais ou de recursos humanos. Assim, há necessidade de angariar recursos, não necessariamente financeiros, mas materiais didáticos, lúdicos, datashow e outros para a realização das práticas educativas do PSE.

A concepção pedagógica apropriada é capaz de promover a relação entre as estratégias e as táticas, visto que, além de escolher um método adequado, é importante detalhar o que será preciso no momento das ações (MENEZES; MORGADO; MALDONADO, 2019). Dessa maneira, a partir do posicionamento que o nutricionista tiver diante das práticas educativas, cabe evidenciar a relação com as perspectivas educativas que regem o seu trabalho. A Nutri 8 evidencia a falta de

materiais em seu ambiente de trabalho, havendo a necessidade de investimento da própria profissional, caso queira incrementar a sua prática educativa: “[...] porque a gente não tem, não tem EVA⁹, não tem cartolina, não tem nada. **Se a gente quiser trabalhar com esses materiais, a gente tem que comprar**, infelizmente.” (Nutri 8 - entrevista)

Dentro desse eixo de planejamento de ações, com base em recursos didáticos necessários para produzir as práticas educativas, podem implicar metodologias utilizadas por esses partícipes – os modos *operandi* – e os objetivos. Segundo Sánchez Vázquez (2007), atribui-se à palavra estratégia o sentido essencial de luta. Em se tratando do PSE, trata-se do foco principal para realização da prática educativa.

Práticas educativas são as ações de promoção da saúde, de que maneira vai ser atingido determinado objetivo norteador considerando as singularidades e as táticas das determinações sociais. As táticas são formas para realizar a estratégia, para dar novo rumo ao movimento da realidade. Da indagação dos partícipes acerca das estratégias utilizadas para realizar as práticas educativas, diante de perspectivas educacionais relacionadas à saúde, em cada contexto, apresentamos dois trechos da entrevista com a Nutri 10:

Sempre **a gente trabalha com palestras** e avaliação antropométrica. A gente utiliza sempre nas nossas atividades [...]. (Nutri 10 - entrevista).

[...] Então, toda essa **parte de instrumentos e ingredientes**, enfim, **dependendo da atividade** que a gente vai realizar, a gente tem que falar antes com o nosso superior, né, a Secretaria de Saúde. (Nutri10 - entrevista).

O uso de palestras parece sobrepôr a outras formas de metodologias para executar as práticas educativas, sendo assim, reiterativas, conforme revela Nutri 10. De modo geral, as palestras, na perspectiva tradicional, é frequente nas práticas educativas, inclusive com características da perspectiva técnica, tendo como solução imediata treinar o escolar para mudança de comportamento alimentar, a partir da prática educativa, pautada no instrumental. Desse modo, só o conhecimento técnico não é suficiente para lidar com ações no campo de prática (FRANCO; BOOG, 2007).

Para Behrens (2011), o ensino acadêmico (tradicional) permite que as práticas educativas sejam de forma sequencial, sem envolver outros contextos, segue apenas uma lógica. Houve predomínio da perspectiva acadêmica, manifestada pela partícipe

⁹ Espuma sintética - acetato-vinilo de etileno

Nutri 10, que é caracterizada pela transmissão de conteúdos, apoiada na teoria, estável. Está associado às raízes do modelo biomédico, voltado para recuperação de agravos, ao invés de ser focado na promoção da saúde.

Essas ideias corroboram o estudo de Almeida *et al.*, (2018), que detectaram a estratégia de palestras realizadas por nutricionistas para trabalhar educação nutricional em 72,5% das ações. O uso comum de palestras em atividades de educação nutricional como única forma de trabalhar práticas educativas talvez seja reflexo do ensino tradicional, bem como a ideia da posse do conhecimento (FAQUETI *et al.*, 2019).

Por outro lado, o profissional que se envolve com o problema de uma determinada ação para modificar o contexto, mesmo que haja situações controversas para mudança de realidade, insere-se na perspectiva prática (PÉREZ GÓMEZ, 1998).

[...] A gente **sempre procura trazer uma metodologia** que **desperte a atenção** do adolescente e da criança [...] (Nutri 2 - entrevista).

[...] **Quando o público é maior**, adolescentes, até mesmo adultos, né, que tem pessoas acima de dezoito anos, eu já **faço mais direcionado, explicando, direcionando a alimentação saudável**. (Nutri 5 - entrevista).

As partícipes Nutri 2 e 5 reconhecem a necessidade de análise de suas práticas, ao mencionarem que procuram metodologias para chamar a atenção dos escolares, além de considerarem a faixa etária, para que possam ser construídas metodologias conforme a idade do escolar. Isso porque não cabe a realização da prática educativa apenas com intenção de gerar números e quantidade de ações, mas a importância que é dada, para que se atinja o objetivo proposto.

A prática cotidiana reflete sobre as práticas educativas. Assim, o profissional de nutrição, a partir de seu planejamento, busca metodologias de acordo com a realidade do escolar, de forma que tenha interação entre os participantes e possa transformar aquela realidade, conforme apresentado no discurso a seguir:

Então, **dependendo do tamanho do público, da faixa etária, a gente faz jogos de tudo, de tabuleiro**, que não seja de uma forma cansativa, que não seja de uma forma só expositiva, que seja só a gente, a gente falando, né, e **também buscar interação**, né, pra que não fique muito chato, né? (Nutri 8 - entrevista).

Essa visão parece permear a construção para caminhos reflexivos. Nessa direção, ao revelar o aspecto social, considerando a realidade local e do escolar no

PSE, o profissional de nutrição traz atributos de perspectiva dialógica, que, ao conduzir à reflexão crítica, conforme aborda Nutri 8, orienta sobre o modo como deve ser a prática educativa. Um vínculo que articula o desenvolvimento dessas práticas educativas é ter agendas compatíveis para todos os profissionais envolvidos nas ações (FONTELENE *et al.*, 2017), o que também pode ser uma estratégia para ajudar no planejamento de ações, e que, a partir desse engajamento, pode haver mudança na construção dessas práticas.

Os trechos de Nutri 4, 19 e 10, extraídos das entrevistas realizadas, trazem a exigência do coletivo e certa hierarquia no que diz respeito aos profissionais nutricionistas dependerem de seus superiores para executar alguma prática educativa. Ao mesmo tempo, consideram a importância da participação de todos os que fazem a ESF.

Assim, eu acho muito importante a **participação** da equipe toda, né, da Estratégia de Saúde da Família. Porque se for só nutricionista, não dava para atingir os objetivos. Uma maneira prática é o **envolvimento** de todos os profissionais da Estratégia de Saúde da Família. (Nutri 4 - entrevista).

Aí, sempre antes da gente ir em cada escola, a gente senta com equipe e já vai **planejando** o que vai ser tratado naquela escola. Como sempre é voltado para **alimentação saudável**, mas, **dependendo**, por exemplo, se a gente já fez uma **triagem ali** e viu que tem um déficit de anemia, a gente já vai voltando com algumas **estratégias** para aquele publicozinho. Se alguma escola deu um número maior de sobrepeso, obesidade a gente vai tratar em cima, vai ver uma meta, uma **estratégia** já em cima daquele público para a gente alcançar melhor escola a gente vê uma **metodologia** antes para poder aplicar naquela escola. Geralmente é isso. (Nutri 19 - entrevista).

É necessário a gente saber a disponibilidade não só minha, né, do profissional de nutrição, mas também de todos os profissionais que geralmente me acompanham, né? Tem o coordenador do PSE, que sempre vai, então, **coordenar todas as ações** de todos os profissionais. A gente precisa também da **disponibilidade** dele, precisa da questão dos **instrumentos** que a gente necessita, que, aí, a gente tem que realmente planejar com antecedência, porque, aí, tem que agendar com a **Secretaria de Saúde** a disponibilidade se for precisar de um datashow, se for precisar de um som, se for precisar de alimentos. Então, toda essa parte de instrumentos e ingredientes, enfim, **dependendo da atividade que a gente vai realizar** a gente tem que falar antes com o **nosso superior**, né, a Secretaria de Saúde. (Nutri 10 - entrevista).

No decorrer das oficinas, houve a discussão sobre planejamento para realização das práticas educativas, mencionado pelas partícipes Margarida e Rosa. Os trechos relacionados evidenciam como o movimento das oficinas geraram nas duas partícipes incentivo para realizar as práticas educativas, além de criar

possibilidades de reflexão sobre o planejamento, a intencionalidade e o motivo de planejar, conforme destacam os trechos, no terceiro e último dia de encontro, cujos pontos centrais de discussão eram os indicadores de planejamento de ações e o compartilhamento do que foi vivenciado na oficina.

Quando a gente vai fazer todo aquele processo de **planejamento**, a gente, né, tem que estar **embasado na teoria**, nas questões científicas, mas, assim, a gente se depara com vários tipos de público. Então, a gente tem que tá apto e preparado para isso, levando justamente pra essa realidade. (Rosa).

Baseada assim, **em princípios, planejamento**, eu acho que isso vai **garantir**, né, **maior efetividade nas ações**. (Rosa).

Eu espero que a **gente** seja cada vez mais incentivado e receba mais recursos, mas receba de modo geral, para desenvolver essas atividades, no sentido de transporte, de materiais, enfim, de **recursos de maneira geral**. Porque se a gente tá bem amparado, a gente **desenvolve** aquilo com bastante **satisfação**. (Margarida).

[...] o que nós falamos agora há pouco, a questão do **planejamento**, da **sistematização**, da **intencionalidade**, que é comum às outras práticas, né. O **planejamento bem feito, por que, para que, para quem**, essa parte do planejamento é o cunho **pedagógico** da nossa prática.

[...] porque a gente sempre **já faz esse planejamento**, né. Só que a gente **não tem esse conhecimento** dessas ferramentas, **da prática pedagógica**. Eu **não sabia desses conceitos antes dessa oficina**, né, de como trabalhar, dessa da intencionalidade, do planejamento, dessas características. Então, na minha prática, **eu pretendo desenvolver** um pouco mais esse meu **lado pedagógico** e somar a minha prática educativa, dessa forma.

Os relatos demarcam a discussão produzida durante as oficinas em relação à execução das práticas educativas. No enunciado de cada partícipe, é dado ênfase ao movimento de reflexão sobre a prática. Fica evidente que o diálogo se torna uma forma de abordar e gerar discussão sobre processos de trabalho. Margarida evidencia que, embora faça o planejamento, não tem conhecimento das ferramentas pedagógicas. Dentro desse contexto, problematizar situação para gerar conflitos pode levar o profissional a perceber essa necessidade.

Dessa forma, ao fazer com que os indivíduos pensem dentro da totalidade, preferencialmente seu contexto, a tendência é de estimular o debate de ideias e a interpretação, sendo assim, a possibilidade de superação de suas experiências prévias (CARVALHO; TEODORO 2019). Coadunamos o pensamento de Bandeira (2016, p. 100): “[...] quanto mais refletirmos sobre o contexto em que vivemos, mais estaremos conscientes, comprometidos e em condições de fazer intervenções na realidade”.

Nesse sentido, pensar em novas estratégias e táticas para o desenvolvimento das ações aproxima essas práticas educativas das perspectivas dialógicas, pois a mudança de direção permite que as práticas reiterativas presentes nas concepções hegemônicas sejam descontinuadas, visto que não incidem para promover saúde.

Magalhães (2016) ressalta que o campo da promoção da saúde constitui espaço para desenvolvimento de instrumentos metodológicos com o objetivo de expandir o conhecimento sobre os processos de saúde, causas de adoecimento e aspectos de vulnerabilização social.

No que diz respeito aos recursos didáticos, alguns nutricionistas relataram que precisam dispor destes se quiserem utilizar em suas práticas educativas. Em um estudo de Sousa, Esperidião e Medina (2017) foram relatadas algumas dificuldades quanto à realização de práticas educativas, como a falta de recursos financeiros, materiais e tempo para planejamento das atividades de PSE. Relacionada aos nutricionistas, a orientação é a utilização de materiais educativos para o trabalho de temas nas ações de avaliação nutricional, destacando que o planejamento seja feito dentro do ambiente escolar (BRASIL, 2009).

Para sintetizar esse segundo eixo temático, é apresentada a nuvem de palavras e a análise de similitude (Figura 5 e 6, respectivamente) relacionadas ao planejamento de ações. Essas figuras tornam a compreensão dos dados sintetizados, contextualizando as palavras mais ditas pelos partícipes, assim como a relação existente entre elas.

Figura 5 – Nuvem de palavras referente a eixo “planejamento”. Teresina – PI, 2020



Fonte: Dados da pesquisa com uso do *software* Iramuteq.

De forma hierarquizada, quanto maior o termo aparecer na imagem, evidencia o grau de frequência com que foram mencionados. Na nuvem de palavras, novamente o vocábulo “gente” aparece com notoriedade em meios aos termos, pois, como dissemos anteriormente, referem-se aos partícipes (nutricionistas).

Além de outras palavras que aparecem, como “ação”, “material”, “slide”, “recurso”, “vídeo”, “alimento”, “atividade”, “metodologia”, “avaliação”, “forma”, “fantoche”, “pirâmide”, “alimentação saudável”, “panfleto”, “dinâmica”, “gravura”, “planejamento”, “indicador”, “obesidade”, “enfermeiro”, “estratégia”, “balança”, “faixa etária”, “desnutrição”, “conversa”. Esses termos reforçam o que é utilizado no

relação escola e profissionais da saúde ainda encontram dificuldades para planejar as ações educativas no PSE. Alguns recursos didáticos também se encontram distantes dos nutricionistas, o que mantém similaridade como a nuvem de palavras, ao serem reveladas a falta de materiais e a necessidade de o profissional levar caso queria utilizar em determinada prática.

5.4 Necessidades pontuais de promoção da saúde para atender às escolas

Abordar necessidades nos remete ao envolvimento dos setores saúde e educação para realização de ações de práticas educativas. Diante do contexto dos dados empíricos produzidos, constatamos necessidades caracterizadas como pontuais, pois, reveladas pelo diário da pesquisadora, referem-se ao atendimento às condições de saúde dos escolares, de acordo com as urgências que são demandadas em cada circunstância das ações do PSE, seja levada pela escola aos profissionais ou não.

O Decreto nº 6.286 do PSE prevê que as equipes de saúde da família visitem as escolas que participam do programa periodicamente, para que sejam identificadas as necessidades de saúde (BRASIL, 2007a). Portanto, de acordo com o contexto local, as ações de promoção da saúde devem ser realizadas mediante o diagnóstico, aspecto esse pontuado no eixo planejamento de ações.

Nos relatos das entrevistas com os partícipes Nutri 2, 6, 10 e 15, assim como das oficinas formativas com Margarida e Rosa, são apresentadas situações em que as ações dos profissionais nutricionistas são facultadas para o atendimento das necessidades da escola, das Secretarias de Saúde e de Educação e do nutricionista.

A gente sempre tem essa **parceria** de tá **desenvolvendo** alguma **ação**, não só quando realmente a escola necessita, quando a diretora vê como também a gente desenvolve duas, três vezes no ano, alguma ação em relação à promoção da alimentação saudável. [...] (Nutri 2 - entrevista).

Na verdade, eu nem sei porque é assim, a gente é que leva até a escola, **a escola nem chega até a gente** pra dizer quais são as **necessidades** dela, entendeu? Então, **a gente** que **chega lá** e, muitas vezes, de acordo a necessidade que **a gente vê**, é que a gente vai planejando outras atividades. (Nutri 10 - entrevista).

Eu vejo que a gente, com essas **ações**, atende a da **escola**, mas atende **toda população**, porque a gente **repassa informação**, né? A gente fala, por exemplo, para a criança, a gente fala: "olha, quando chegar em casa **repassa**

para os papais fazerem uma **estratégia** na alimentação”. A gente explica pra eles também, entendeu? (Nutri 6 - entrevista).

O **interesse** da Secretaria é que seja realizado o PSE pra que a gente alimente o sistema e sejam gerados **números**, pronto! O interesse é só isso. Inclusive eu acho que a falha é que não tenha **continuidade das ações**. Que uma **ação educativa pontual**, ela não tem muito resolutividade, ela tem que ter aquela continuidade. (Nutri 15 - entrevista).

De acordo com os dados apresentados, as partícipes demonstram que o desenvolvimento das ações de promoção da saúde implica contextos determinados, tais como: escola, secretaria, diretores de escola, escolares e população. Também trazem benefícios não apenas para a unidade escolar, mas também para a comunidade. Conforme revelados pelos trechos acima, o que é “repassado” nas práticas educativas pelos nutricionistas é levado pelos escolares às suas casas.

Souza (2012) comenta que os aspectos referentes à alimentação e à nutrição não devem ser tratados com práticas pontuais e individuais, mas deve haver a construção participativa entre escola, profissionais e família. Nesse sentido, práticas educativas condizentes com as perspectivas dialógicas, a partir dos diálogos entre os profissionais nutricionistas e a comunidade escolar, as necessidades de ações seriam contempladas, conforme as estratégias planejadas pelas Secretarias e pelos profissionais. A visão da Nutri 15, de certo modo, converge com as perspectivas dialógicas ao perceber que ações pontuais não atingem a necessidade dos escolares.

Nessa direção, ações pontuais sem articulação entre os setores tornam-se frágeis, comprometendo as possibilidades de intersetorialidade e a perspectiva de prática dialógica das práticas educativas do PSE. Veras (2017) realizou estudo, em São Benedito-CE, com profissionais de educação e saúde para analisar processo de formação sobre características do PSE e observou que as ações são realizadas somente quando os profissionais de saúde vão até a escola. Além disso, nem sempre há continuidade, mostrando a ausência de integração entre educação e saúde.

No discurso da Nutri 6 é apresentada a importância da efetividade das práticas educativas, tanto para os escolares, quanto para a família e a população serem beneficiados. Outro dado relatado foi a questão de que as práticas educativas seriam apenas para gerar números, para as produções, que mensalmente têm que ser informados ao Ministério da Saúde, conforme comenta a Nutri 15. Tal constatação deixa evidente a insatisfação quanto à descontinuidade, pois as práticas educativas,

ao serem realizadas de forma pontuais para atender necessidades imediatas acabam não sendo resolutivas.

Outro aspecto destacado pela Nutri 10, são as escolas que não levam as necessidades de realização de alguma prática educativa aos profissionais. Somente quando o profissional chega no ambiente escolar é que visualiza essa necessidade e redireciona seu planejamento. Dessa forma, fere um dos princípios das ações de educação nutricional, quanto ao planejamento, à avaliação e ao monitoramento de ações, apresentados no Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas: processos que têm a participação de todos os envolvidos tendem a provocar melhores resultados (BRASIL, 2012b).

As observações dos partícipes fazem alusão às ações de práticas educativas de promoção à saúde relacionadas à nutrição, cujo propósito é ação e reflexão de forma que atendam não apenas aos escolares, mas que a sociedade também seja beneficiada. Behrens (2010) pontua que o ensino baseado na realidade social leva tanto o educador quanto a quem é educado a refletir sobre o meio em que vivem. Assim, as necessidades exigem atenção especial dos profissionais.

Nas oficinas, as necessidades foram manifestadas:

Eu acho que nós temos a **necessidade de levar um pouco de conhecimento aos educandos, ao público escolar**. Levar ferramentas, que possam agregar, desenvolver algum conhecimento neles, né. E a quem eu estou atendendo com essas ações, né? Estamos atendendo a esse público, a esse público pré-escolar, escola, né? E, ao mesmo tempo, eu acho que, de forma indireta, estamos atendendo também aos pais, né, porque de alguma forma esses escolares, eles repassam algo que absorveram para os familiares também. Então, nós estamos atendendo também de forma indireta os familiares. (Margarida).

Na minha opinião e na minha realidade, eu acho, que, assim: é a questão de promover, né, de promoção. [...] **promover hábitos adequados** e eu acho que isso não só para o público, que a gente tava direcionando, mas, eu acho, que a intenção é justamente essa; ao público e do público a outras pessoas. Que, no caso, seria **a família**, a questão da **sociedade**, mesmo. (Rosa).

Quanto à alimentação e à nutrição, as partícipes Margarida e Rosa revelam a necessidade de levar aos escolares o conhecimento por meio de estratégias que possam beneficiar também os pais e a comunidade.

Uma das queixas principais é a escassez de profissionais de nutrição para dar conta de todas as atividades que devem ser realizadas mais de uma vez no mês nos ambientes escolares. As Nutri 20 e 21 afirmam que são numerosas as ações para

serem realizadas, no entanto, a quantidade de nutricionista é insuficiente para atender à demanda, geralmente são apenas uma ou duas profissionais para dar conta de todas as atividades de educação nutricional no município, conforme relevam os partícipes:

Porque também a **gente não tem “perna” de tanto profissional pra fazer continuamente**. Por isso, que quando a gente identifica, a gente traz pra dentro da Atenção Básica, né? Aí, envolve os pais, envolve a questão da alimentação escolar na escola, aí, a gente busca tudo. (Nutri 20).

[...] **É um número muito grande de atividade** que a gente tem que desenvolver. Geralmente não dá tempo pra gente voltar para fazer um trabalho continuado. (Nutri 21).

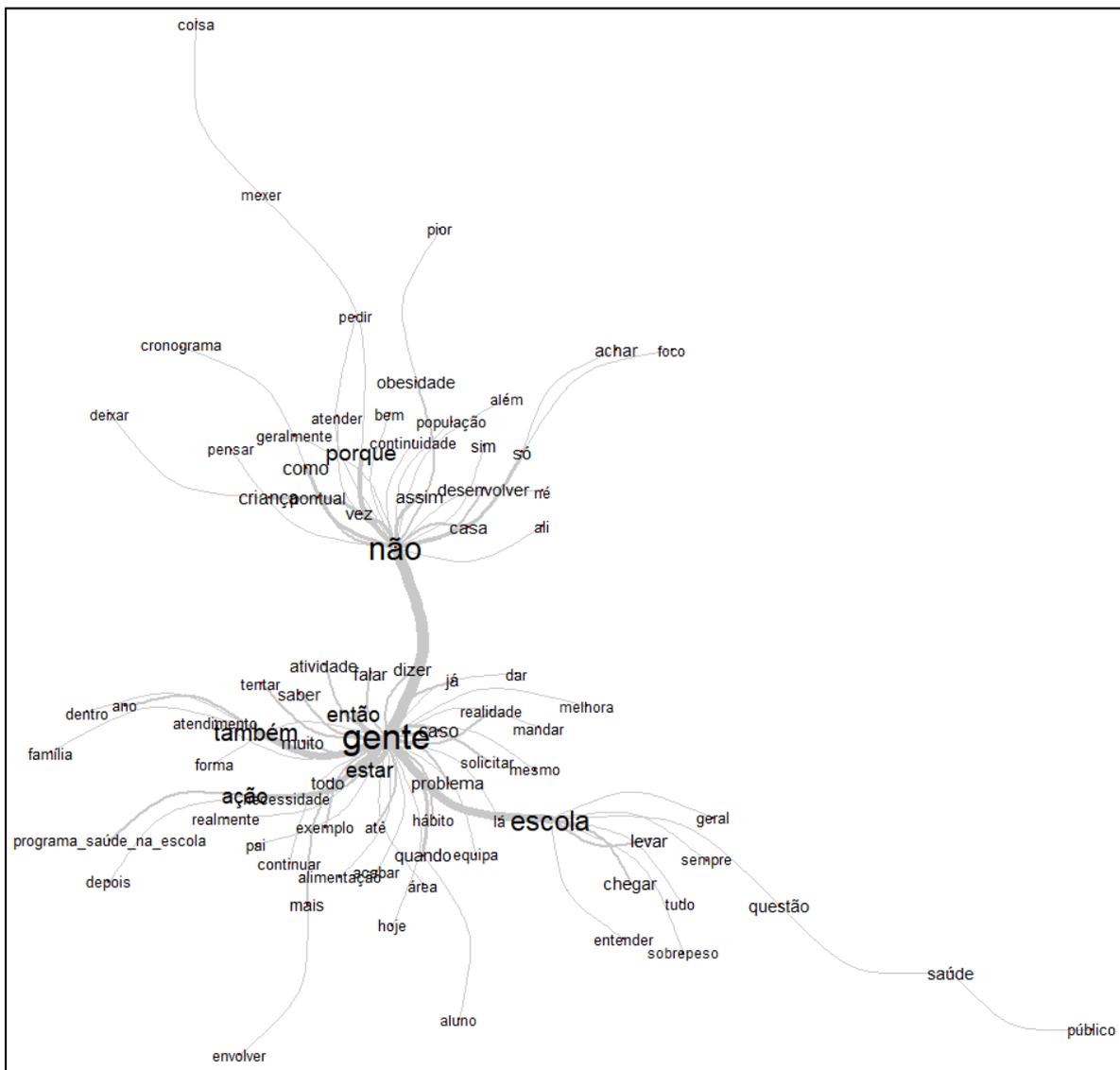
Dessa forma, as necessidades manifestadas pelos nutricionistas dizem respeito à carência de profissionais para desenvolverem ações contínuas que se contrapõem ao quantitativo das atividades a serem desenvolvidas. Diante desse fato, os profissionais recorrem à tática de envolver essas necessidades nos atendimentos das unidades básicas, com a família, com o nutricionista da educação, que é responsável pela alimentação escolar, para tentar sanar essa lacuna. Carvalho (2015) relatou, em seu estudo, que, ao observar o planejamento de ações de saúde nas escolas, os profissionais, além de terem autonomia, devem levar em consideração as necessidades tanto escolares como da comunidade local.

A questão dessas necessidades pontuais nos levam a pensar na relação com a estratégia PSE – onde as ações acontecem e que exigem a compreensão de como serão desenvolvidas essas práticas educativas. Vários fatores devem ser levados em consideração: a reflexão crítica de cada profissional para utilizar uma metodologia adequada; propor ações de acordo com o contexto do trabalho; sistematizar o planejamento para que atendam a essas necessidades. Também é primordial a atenção mais específica dos gestores para que se possa articular novos rumos tanto na questão do número de profissionais quanto no planejamento das atividades.

Conforme pontuamos no eixo “planejamento de ações”, algumas perspectivas, sejam elas acadêmica, técnica, prática e dialógica, irão depender da relação com a formação e a concepção de prática educativa de PSE de cada profissional que vai executar a ação. Dessa maneira, a relação das necessidades pontuais com perspectivas educativas adquire caráter tradicional ao ser realizada apenas para cumprir o que é determinado.

Quanto à relação das palavras na análise de similitude (Figura 8), fica evidente a descontinuidade das ações nas escolas, em que a ramificação que tem como núcleo o termo “gente” apresenta forte ligação com o vocábulo “não”, que, por sua vez, está ligado às palavras “continuidade”, “desenvolver”, “atender”, denotando que os profissionais estão mais próximos das ações e das escolas. Essas co-ocorrências mantêm similaridade com os trechos analisados.

Figura 8 – Análise de similitude referente à categoria “necessidades pontuais de promoção da saúde”. Teresina – PI, 2020



Fonte: Dados da pesquisa com uso do *software* Iramuteq.

Marinho *et al.* (2018) analisaram o processo de formação dos profissionais de saúde e educação do PSE e constataram que os profissionais apontaram incerteza

sobre o que diz respeito à continuidade de ações no PSE, porque, se a execução das práticas educativas não tiverem continuidade, e forem realizadas apenas esporadicamente, não atenderão à necessidade da escola ou da comunidade, podendo revelar-se ineficazes.

Autoavaliações sobre os processos de trabalho são necessárias, pois, a partir disso, com mudança de visão sobre a continuidade das ações para atendimentos das necessidades escolares, poderá se pensar em perspectivas dialógicas, e assim, ter aprendizagem significativa e contínua.

5.5 Intersetorialidade

A articulação entre Saúde e Educação nas práticas educativas do PSE refletem a intersectorialidade necessária para os desafios de implementação das estratégias de promoção da saúde (CAVALCANTI; LUCENA; LUCENA, 2015). Além de ser um dos princípios que fundamenta o programa, essa articulação ajuda no compartilhamento de saberes relacionados à alimentação e à nutrição.

Silva (2019) pontua que, ao assimilar o conceito de saúde e educação, e de práticas educativas com visão intersectorial de promoção da saúde, os profissionais estariam aptos para programas intersectoriais e atingiriam o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos da comunidade escolar.

A relação entre saúde e educação, descritas na literatura, ressaltam fragilidades, como a sobrecarga de trabalho dos profissionais de saúde, a falta de comunicação entre os setores, além da ausência de monitoramento das ações (FARIAS *et al.*, 2016; VIEIRA; BELISÁRIO, 2018). Nos achados deste estudo, conforme expusemos no eixo “Necessidades pontuais de promoção da saúde para atender as escolas”, Nutri 20 ressalta que a quantidade de profissionais nutricionistas é insuficiente para realizar ações de carácter contínuo.

Os setores educação e saúde têm agendas distintas, podendo dificultar a realização das ações em conjunto. Segundo Farias *et al.*, (2016), para a colaboração entre educação e saúde necessita haver negociação para o enfrentamento de inconformidades desses dois setores, que tenham vínculos a paradigmas de modelo biomédico. Conseqüentemente, se não há envolvimento entre as instâncias educação e saúde, impede o monitoramento das ações.

Os temas de saúde fazem parte do cotidiano do escolar. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para saúde trazem temas que podem aproximar esses setores, valorizando a cidadania, o meio sociocultural e a reflexão sobre o autocuidado. Portanto, temas como alimentação e nutrição entram no universo escolar, seja por meio dos temas transversais, como também pelos programas PSE e PNAE.

Para que isso aconteça, o desenvolvimento de capacitação de recursos humanos é uma necessidade, visto que a política do PSE requer ações intersetoriais. Dessa maneira, a relevância da prática educativa, mediada pela discussão, pelo diálogo de forma interdisciplinar, agrega à prática educativa a realidade presente no cotidiano, para que as ações sejam desvinculadas de práticas meramente hegemônicas (CAVALCANTE, LUCENA; LUCENA, 2015). Os quatro trechos extraídos das entrevistas individuais dos Nutri 14, 15 e 21, e da segunda oficina formativa, expressa por Margarida, pontuam sobre a intersetorialidade:

Tem assim, **teoricamente**, mas acredito, que, na prática, **não** existe, **não**, esse planejamento. A meu ver, é muito **distante as duas Secretarias, não** têm essa interligação, não. Principalmente o PSE, **o PSE só os profissionais da saúde é que atuam**, pelo menos desde quando eu estou aqui, esses três anos, não vi nenhum profissional da educação atuar no PSE. (Nutri 14 - entrevista).

Pra ser sincera, assim, a gente, enquanto nutricionista, a gente é que se vira nos trinta. A gente vê, que, a gente sente muito, que as Secretarias, elas deixam muito a desejar, elas nos deixam muito soltas, enquanto **falta de equipamentos**, enquanto falta **de apoio** mesmo, de **conhecimento**, assim, do que é de nossa competência, do que não é de nossa competência [...] **E aqui no nosso município, ele tem ficado basicamente na responsabilidade da Secretaria de Saúde** e ele é visto pelos demais profissionais como se fosse uma responsabilidade do nutricionista. (Nutri 15 - entrevista).

Até na **teoria** tem, né? [risos] Mas a gente percebe que, quando a gente desenvolve alguma atividade no PSE, **fica muito a cargo só da Saúde**. A saúde reclama, **a educação reclama**. (Nutri 21 - entrevista).

Os professores, **toda a equipe escolar**. E é importante essa **intersetorialidade** no intuito de levar os profissionais, para dentro desse ambiente. Levar a saúde, para dentro desse ambiente, onde eles já estão aprendendo, onde eles já estão recebendo a formação. E aí, levar a **formação em saúde, a educação alimentar e nutricional** para dentro desse ambiente escolar. Não que outros ambientes não possam haver atividades educativas, mas, para esse público, o ambiente escolar, acredito que seja o ambiente mais adequado. (Margarida).

Sobre a intersetorialidade, esses relatos revelam lacunas entre as Secretarias de Educação e Saúde, quando nos referimos ao PSE, principalmente porque apresentam negação quanto ao planejamento intersetorial. Os partícipes pontuam, ainda, que a existência da parceria entre as duas instâncias só acontece de forma teórica, mas no momento de realização das práticas educativas, essas ficam sob responsabilidade apenas dos profissionais da saúde.

No relato da Nutri 14, ela salienta que o planejamento é apenas de forma teórica e que, na prática, é inexistente. É apresentada, pela Nutri 15, a falta de equipamentos, de apoio e o desconhecimento do que é de competência do profissional ou não na realização das ações do PSE.

Nesse sentido, a relação educação e saúde só existe nos discursos oficiais, mas na realidade escolar, apenas os nutricionistas da saúde se envolveriam nas práticas educativas do PSE quanto à promoção de alimentação e nutrição. Com isso, inferimos que há dificuldade no diálogo, na preparação de estratégias compartilhadas entre as duas Secretarias.

Essa falta de envolvimento entre os setores pode acarretar em práticas educativas isoladas, apenas para cumprir o trabalho. Tal realidade denota abordagem de forma individual e não necessariamente coletiva, fragilizando a promoção do cuidado, o que pode implicar em práticas baseadas em perspectivas acadêmicas ou técnicas, dependendo da estratégia ou da tática utilizada para realização das práticas educativas. Uma alternativa para intersetorialidade seria os dois setores encontrarem, de maneira integrada, formas de trabalho em conjunto. Desse modo, estariam próximas às perspectivas dialógicas e, assim, a contribuição seria tanto para os escolares, escola e comunidade quanto para os nutricionistas envolvidos.

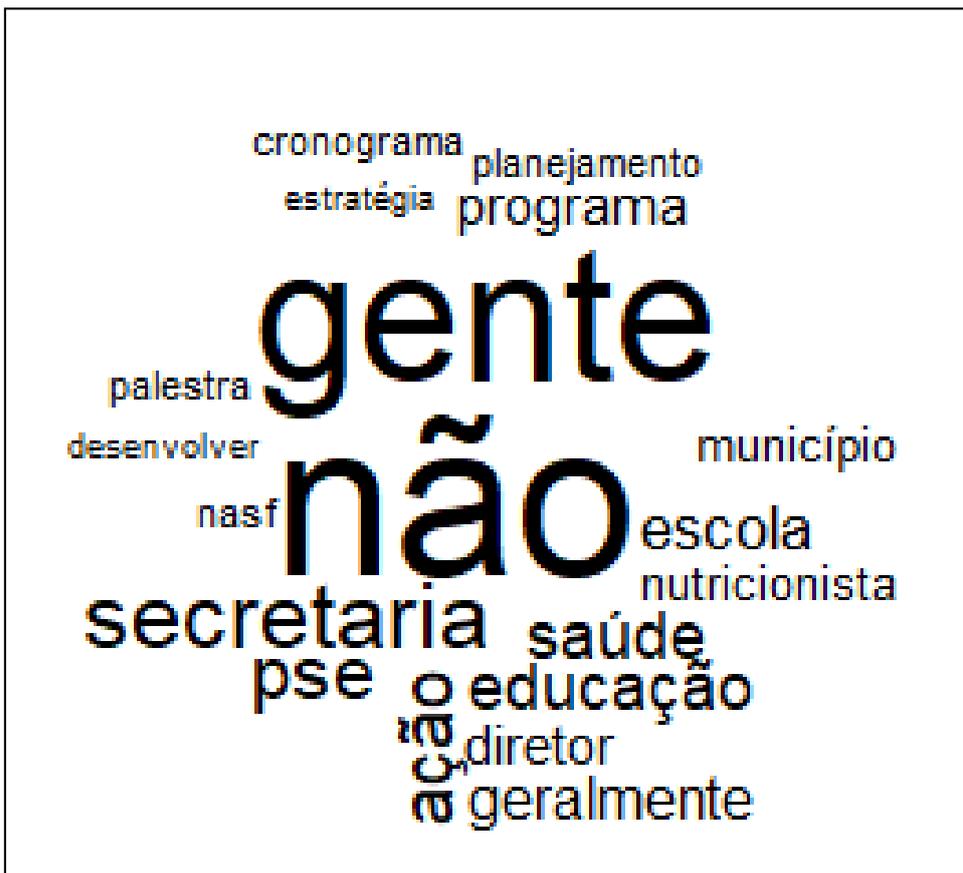
Uma das formas de postura em relação à intersetorialidade, seria o uso de capacitações sobre o PSE, que colaboram para mudança das práticas educativas de profissionais tanto da saúde como da educação, e seriam essenciais para aprimorar as ações do Programa (VERAS; FERREIRA; LOURINHO, 2020).

No movimento criado para discussão das práticas educativas na segunda oficina formativa, a partícipe Margarida ressaltou a importância de envolver todos os profissionais para realização das práticas educativas e, dessa forma, atender às necessidades das escolas, da comunidade, uma vez que a promoção da saúde exige atenção e diálogo.

A relação intersetorial permite o fortalecimento das políticas públicas de saúde, logo o engajamento entre os setores educação e saúde e a participação da comunidade não deve ser apenas atribuída a um setor específico (SILVA, 2019). Responsabilizar o setor saúde pela direção das práticas educativas do PSE pode ser indicativo de uma visão distorcida e fragmentada, pois as ações precisam ultrapassar os setores (SOUSA; ESPERIDIÃO; MEDINA, 2017). A interação entre saúde e educação, seja na escola ou em ambientes dos serviços de saúde, compõe caminho imprescindível para a melhoria e a conquista de qualidade de vida (CARVALHO, 2015).

Para consolidar os dados do último eixo temático, é apresentada a nuvem de palavras (Figura 9), que exhibe os vocábulos mais ditos pelos 22 partícipes na entrevista, ressaltando a coerência com os discursos apresentados, por meio dos termos: “planejamento”, “não”, “secretaria”, “saúde”, “educação”, “escola”, “PSE”, “nutricionista”.

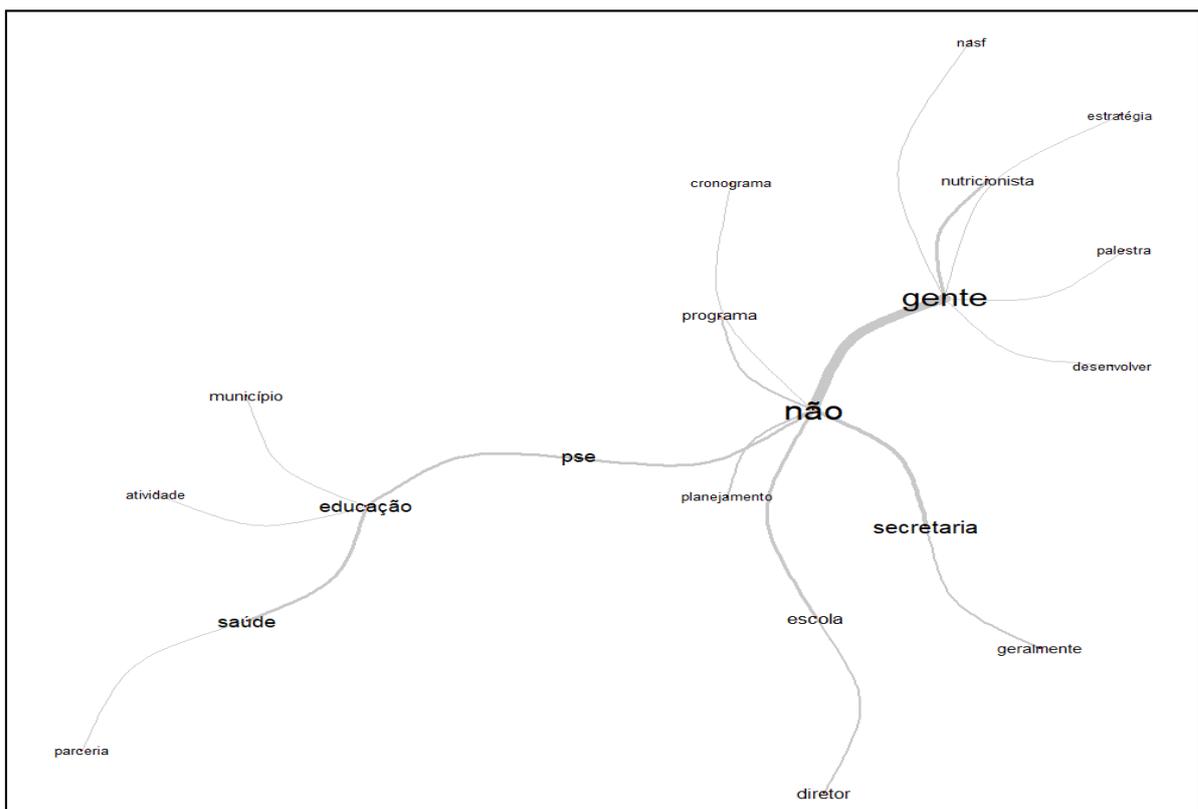
Figura 9 – Nuvem de palavras referente a categoria “intersetorialidade”. Teresina – PI, 2020



Fonte: Dados da pesquisa com uso do *software* Iramuteq.

Quanto à análise de similitude (Figura 10), as ocorrências demonstram que os partícipes, representados pela palavra “gente”, ligam-se aos termos “nutricionista”, “nasf”, “estratégia”, “palestra”; e “desenvolver” tem conexão com a palavra “não”, significando deficiência da relação educação e saúde. O termo “parceria” também denota a estreita relação educação e saúde quanto ao PSE, por estarem distantes do termo “gente”.

Figura 10 – Análise de similitude referente ao eixo “intersectorialidade”. Teresina – PI, 2020



Fonte: Dados da pesquisa com uso do *software* Iramuteq.

Ao analisarmos a relação das práticas educativas de nutricionistas com as estratégias de nutrição, é necessário considerar a totalidade do contexto: a participação dos atores envolvidos, tanto da educação quanto da saúde; os recursos, sejam eles humanos ou materiais; as necessidades de cada escola e da comunidade local bem como a sensibilidade dos envolvidos, para juntos construir uma promoção da saúde conforme os objetivos do PSE.

Destacamos alguns aspectos limitantes para este estudo, notadamente no que se refere ao fato de as oficinas formativas terem sido transpostas do formato

presencial para o virtual, pois a maioria dos profissionais que participaram da entrevista não se fizeram presentes nas oficinas (o que pode não contemplar o todo em relação ao objeto de estudo), e essas, quando realizadas presencialmente, poderiam ter nos permitido a observação das inquietações, dos olhares, das expressões faciais. A interação face a face tornaria enriquecedor os momentos de encontros, apesar de a adequação das oficinas ao ambiente virtual dar abertura a novas possibilidades nos processos de formação para o trabalho.

Quanto aos pontos positivos, inferimos que, para as partícipes das oficinas, , foi possível interpretar o que refletiram sobre sua prática, com a ideia de que ações no PSE realizadas de forma pontual não atendem às necessidades fundamentais do programa, especificamente, conforme reiteram as partícipes Nutri 15 e 20, pelo fato de não apresentar continuidade, e, com isso, não atingir o objetivo principal do PSE que é contribuir para formação integral dos escolares por meio da promoção, prevenção e atenção à saúde.

Diante do exposto, os profissionais recorrem às estratégias gerais do PSE, assim como, por causalidades externas, criam suas táticas. Ocorre que as estratégias e as táticas locais se potencializam quando as relações predominantes são dialógicas.

6 CONCLUSÃO

O estudo objetivou analisar a relação das práticas educativas de nutricionistas do PSE com as estratégias de nutrição, assim como a discussão sobre elas. No decorrer desta pesquisa foram evidenciadas as práticas educativas na interface educação e saúde, relacionando-as também com as perspectivas educativas. Abordar o PSE requer que façamos alusão às estratégias, pois é uma política intersetorial da Saúde e da Educação, com propósito de promoção, prevenção e atenção à saúde.

A partir da materialidade, os dados apontaram realidades que devem ser consideradas: exigência do coletivo, autonomia, hierarquia, planejamento, trabalho em equipe, necessidade escolar, tempo/espço e intersetorialidade. Nos eixos temáticos, a pesquisa identificou e analisou as estratégias utilizadas pelos nutricionistas, que, de modo geral, são pontuais, ou seja, acontecem esporadicamente e pautadas no ensino tradicional, em forma de palestras, folderes, por exemplo, situados apenas na transmissão do conhecimento. Verificamos que a prática educativa é entendida como repasse, intervenção e orientação sendo fundamental que ocorra o planejamento para a concretização das práticas educativas.

Além disso, evidenciamos o distanciamento entre os profissionais de saúde e os de educação na realização das práticas educativas no contexto do PSE. Tais ações ficam mais a cargo dos profissionais da saúde e não há relação predominante para o planejamento de ações mais dialogadas. É necessário o estabelecimento de parcerias, de modo que, por meio do PSE, como política intersetorial, sejam construídos vínculos entre os setores envolvidos, pois a intersetorialidade é um grande desafio.

Nesse sentido, tanto a escola como os serviços de saúde são atribuídos para conquista da qualidade de vida. O conhecimento das perspectivas pedagógicas – como tradicional, técnica, prática e dialógica – contribui para ampliar a compreensão sobre as escolhas teórico-metodológicas, quiçá, superar as limitações de práticas higienistas nas práticas educativas. Visto que, o entendimento de prática educativa está intrinsicamente relacionado com a formação do profissional.

No percurso investigativo, buscamos as relações produzidas por práticas educativas de nutricionistas do PSE e estratégias de nutrição, que nos remetem ao que é prática educativa, que acontece em todos os lugares, cuja satisfação e cujas alegrias devem ser enriquecedoras para sua produção; e, quanto às estratégias de

nutrição, essas devem ser evidenciadas em relação à metodologia utilizada para realizar tais práticas. Assim, no contexto do PSE, deve ser prioridade a implementação de práticas educativas significativas dos profissionais de saúde, de forma a instigar os escolares a serem mais críticos.

Nesse sentido, a relação prática educativa, nutrição e PSE possibilita compreender dificuldades no campo de trabalho, como, por exemplo, a qualidade de formação em educação em saúde, exigência de recursos necessários ao desenvolvimento de ações e a necessidade de engajamento de outras redes de assistência envolvidos.

No movimento da pesquisa, que teve como diferencial o uso das oficinas pedagógicas para discussão das práticas educativas criou possibilidades para os partícipes refletirem sobre o modo como vêm desenvolvendo as ações, e como é o funcionamento do Programa Saúde na Escola, contribuindo para que as práticas educativas do PSE sejam mais próximas do objetivo do programa, com propósito pedagógico.

Assim, nas interações produzidas no decorrer das oficinas, observamos a notoriedade das discussões, apesar do número reduzido de partícipes. Apesar de não garantir a mudança de posicionamento perante a forma de trabalho, cabe considerar que a semente foi plantada, à luz da realidade, das possibilidades e das necessidades. Concluímos que a formação continuada para esses profissionais pode favorecer o fortalecimento de trabalho articulado entre os setores educação e saúde.

Nesta investigação, enfatizamos a importância de haver mais profissionais nutricionistas envolvidos em práticas educativas e, assim, contemplar as ações de promoção, prevenção e atenção na saúde pública. A contribuição deste estudo é empoderar os profissionais, especialmente os nutricionistas, para o debate de temas relacionados à saúde na escola. Dessa maneira, a compreensão apreendida é de que se deve oportunizar investigações sobre práticas educativas no contexto do PSE, notadamente com possibilidade de pesquisar e formar relacionadas à alimentação e à nutrição, para que as interfaces da realidade local sejam evidenciadas.

Para pesquisas futuras, sugerimos abranger os locais de estudo, para ampliar a quantidade de profissionais envolvidos e representar a totalidade, além da possibilidade de realização de oficinas em diversos municípios, nas quais não apenas os nutricionistas participem, mas os gestores também, para dar visibilidade ao trabalho desses profissionais, que são importantes para a saúde pública de qualidade,

com propósitos dialógicos para a superação das práticas. Desse modo, sugere-se essa metodologia para estudos futuros. Seus resultados podem contribuir para a melhoria de prática em relação às ações do PSE em contexto piauiense.

REFERÊNCIAS

AFANASIEV, V. **Fundamentos de filosofia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. 430p.

ALMEIDA, G. M.; SILVA, S. U.; SOARES, G. B.; GREGÓRIO, N. P.; SOUSA, L. M.; MONEGO, E. T. Educação Alimentar e Nutricional no exercício profissional do nutricionista atuante no Programa Nacional de Alimentação Escolar: um panorama brasileiro. **Demetra**. v. 13, n. 4, p. 851-873, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/36604/27251>. Acesso em: 08 mar. 2021.

ALVES, K. P. S. JAIME, P. C. A política nacional de alimentação e nutrição e seu diálogo com a política nacional de segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.19, n.11, p.4331-4340, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v19n11/1413-8123-csc-19-11-4331.pdf>. Acesso em: 21 maio 2019.

ALVES, G. G.; AERTS, D. As práticas educativas em saúde e a Estratégia Saúde da Família. **Ciências & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 319-325, jan. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000100034&lng=en&nrm=iso.. Acesso em: 02 Jan. 2021.

AZEVEDO, A. B. D.; PEZZATO, L. M.; MENDES, R. Formação interdisciplinar em saúde e práticas coletivas. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 113, p. 647-657, abr./jun. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-11042017000200647&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 28 abr. 2019.

ARAÚJO, L. F. S.; DOLINA, J. V.; PETEAN, E.; MUSQUIM, C. A.; BELLATO, R.; LUCIETTO, G. C. Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, Vitória, v.15, n. 3, p. 53-61, jul/set. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/rbps/article/download/6326/4660/14272>. Acesso em: 11 mar. 2021

BRAGA, L. F.; SEVERINO, A. J. Projeto político-pedagógico: saberes na intencionalidade político-democrática dos sujeitos dialógicos. **Estação Científica (UNIFAP)**, Macapá, v. 3, n. 2, p. 51-61, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/1296/leliov3n2.pdf>. Acesso em 02 jan. 2021.

BANDEIRA, H. M. M.; IBIAPINA, I. M. L. M. Prática educativa: entre o essencialismo e a práxis. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 23, n. 42, p. 107-117, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/1031>. Acesso em: 30 mai. 2019.

BANDEIRA, H.M.M; SOARES, A. M.F.; CARVALHO, W.R.L. **Prática e formação: relação necessária**. Prática e formação profissional: enfoques críticos. São Paulo:

Garcia Edizioni, 2019. 525p. Disponível em:
https://www.dropbox.com/s/zdbdvqv1e75sigq/Livro%20ARFISE%202002_PR%C3%81TICA%20E%20FORMA%C3%87%C3%83O%20PROFISSIONAL.pdf?dl=0. Acesso em 10 set. 2019

BANDEIRA, H. M. M. **Diário pedagógico: o uno e o múltiplo das reflexões docentes**. 1 ed. Curitiba: CRV, 2016. 210 p.

BANDEIRA, H. M. M. **Necessidades de quê? Desejos, diagnoses, discrepâncias e devires de professores iniciantes**. Curitiba: CRV, 2021. 108 p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 229 p.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007. 117 p.

BARRETO NETO, A. C.; ANDRADE, M. I. S.; LIMA, V. L. M.; DINIZ, A. S. Peso corporal e escores de consumo alimentar em adolescentes no nordeste brasileiro. **Revista paulista de pediatria**, v.33, n.3, p.318-325, 2015. Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-05822015000300318&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 10 out. 2019.

BEHRENS, M. A. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. 4 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

BORTOLINI, G. A.; OLIVEIRA, T. F. V.; SILVA, S. A.; SANTIN, R. C.; MEDEIROS, O. L.; SPANIOL, A. M.; PIRES, A. C. L.; ALVES, M. F. M.; FALLER, L. A. Ações de alimentação e nutrição na atenção primária à saúde no Brasil. *Revista Panamericana Salud Pública* v. 44, 2020. Disponível em:
<https://scielosp.org/article/rpsp/2020.v44/e39/>. Acesso: 19 mar. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CES Nº 5, DE 7 de novembro de 2001**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES05.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. Programa Nacional de Saúde do Escolar amplia atendimento. **Portal Mec**, Brasília, 27 de jul. de 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/3700-sp-2112180756>. Acesso: 02 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. (2007a). Disponível em:
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/dec_6286_05122007.pdf. Acesso em: 17 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde. **Escolas promotoras de saúde: experiência no Brasil**. Brasília, v. 6, 2007b. 304 p. Disponível em:
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/escolas_promotoras_saude_experiencias_brasil_p1.pdf. Acesso em: 18 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde na escola**. Brasília, 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_24.pdf. Acesso: 17 mar. 2019.

BRASIL. **Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html. Acesso em: 17 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Instrutivo PSE**. Brasília, 2011b. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/legislacao/passo_a_passo_pse.pdf. Acesso em: 07 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Passo a passo PSE: Programa Saúde na Escola: tecendo caminhos da intersetorialidade**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011c. 46 p Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/passo_a_passo_programa_saude_escola.pdf. Acesso em: 25 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Glossário temático: promoção da saúde** /Brasília: Ministério da Saúde, 2012a. 48 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario_promocao_saude_1ed.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. – Brasília, DF. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012b. 68 p. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/marco_EAN.pdf. Acesso em: 11 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica** / Departamento de Atenção Básica. – Brasília, 2012c. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017.** Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (2017a). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 17 mar. 2019.

BRASIL. **Portaria interministerial Nº 1.055, de 25 de abril de 2017.** Redefine as regras e os critérios para adesão ao Programa Saúde na Escola - PSE por estados, Distrito Federal e municípios e dispõe sobre o respectivo incentivo financeiro para custeio de ações. (2017 b) Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/pri1055_26_04_2017.html. Acesso em: 26 set. 2020.

BRASIL. **Portaria nº 2.706, de 18 de outubro de 2017.** Lista os Municípios que finalizaram a adesão ao Programa Saúde na Escola para o ciclo 2017/2018 e os habilita ao recebimento do teto de recursos financeiros pactuados em Termo de Compromisso e repassa recursos financeiros para Municípios prioritários para ações de prevenção da obesidade infantil com escolares. Brasília, 2017c. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2706_20_10_2017.html. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde:** PNPS: Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude.pdf. Acesso em: 31 nov. 2020.

BRASIL. **Portaria nº 2.264, de 30 de agosto de 2019.** Define Municípios com adesão aos Programas Saúde na Escola (PSE) e Crescer Saudável para o ciclo 2019/2020, os habilita ao recebimento do teto de recursos financeiros pactuados em Termo de Compromisso e dá outras providências. Brasília, 2019a. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.264-de-30-de-agosto-de-2019-215326621>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. Ministério das Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Programa Crescer Saudável. **Instrutivo 2019/2020.** Brasília, 2019b. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/pse/instrutivo_crescer_saudavel_2019_2020.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. **Nota técnica Nº 3/2020-DESF/SAPS/MS.** Ministério da Saúde Secretaria de Atenção Primária à Saúde Departamento de Saúde da Família. Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) e Programa Previne Brasil. (2020a). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/NT_NASF-AB_Previne_Brasil.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho deliberativo. **Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020.** Dispõe sobre o

atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, 2020b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-6-de-8-de-maio-de-2020-256309972>. Acesso em: 23 ago. 2020.

BRASIL. **Portaria Nº 356, de 11 de março de 2020**. Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). Brasília, 2020c. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-356-de-11-de-marco-de-2020-247538346>. Acesso: 23 ago. 2020.

BRASIL. Ministério das Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Indicadores e padrões de avaliação - PSE ciclo 2019/2020**. Brasília, 2020d. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/pse/documento_orientador_2019-20.pdf. Acesso em: 05 jan. 2021.

BRASIL, E. G. M.; SILVA, R. M.; SILVA, M. R. F.; RODRIGUES, D. P.; QUEIROZ, M. V. O. Promoção da saúde de adolescentes e Programa Saúde na Escola: complexidade na articulação saúde e educação. **Revista da escola de enfermagem da USP**, São Paulo, v. 51, e03276, dez. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342017000100454&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 out. 2020.

BUSS, P. M.; HARTZ, Z. M. A.; PINTO, L. F.; ROCHA, C. M. F. Promoção da saúde e qualidade de vida: uma perspectiva histórica ao longo dos últimos 40 anos (1980-2020). **Ciências & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 12, p. 4723-4735, dec. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020001204723&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 Mar. 2021.

CÂMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais, Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 179-191, jul./dez. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1983-82202013000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 set. 2020.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em psicologia**. v.21, n.2, p. 513-518, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200016&lng=pt&nrm=iso. Acesso: 07 ago. 2020.

CAMOZZI, A. B. Q.; MONEGO, E. T.; MENEZES, I. H. C. F.; SILVA, P. O. Promoção da Alimentação Saudável na Escola: realidade ou utopia? **Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.23, n.1, p. 32-7, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-462X2015000100032&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 18 dez. 2019.

CARVALHO, F. F. B. A saúde vai à escola: a promoção da saúde em práticas pedagógicas. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.25, n. 4, p. 1207-1227, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312015000401207&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 17 mar. 2019.

CARVALHO, W. M. E. S.; TEODORO, M. D. A. Educação para os profissionais de saúde: a experiência da Escola de Aperfeiçoamento do SUS no Distrito Federal, Brasil. **Ciências & Saúde Coletiva**, vol.24, n.6, p.2193-2201, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019000602193&lng=en&nrm=iso Acesso em: 27 mar. 2021.

CARRAPATO, P.; CORREIA, P.; GARCIA, B. Determinante da saúde no Brasil: a procura da equidade na saúde. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 676-689, set. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902017000300676&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 06 mar. 2021.

CASEMIRO, J. P.; FONSECA, A. B. C.; MACHADO, E. C. S.; PERES, S. C. Impasses, desafios e as interfaces da educação alimentar e nutricional como processo de participação popular. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.13, n.2, p.493-514, maio/ago. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462015000200493&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 09 abr. 2019

CASEMIRO, J. P.; FONSECA, A. B. C.; SECCO, F. V. M. Promover saúde na escola: reflexões a partir de uma revisão sobre saúde escolar na América Latina. **Ciências & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 829-840, mar. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000300829&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 jan. 2021.

CAVALCANTI, P. B.; LUCENA, C. M. F.; LUCENA, P. L. C. Programa Saúde na Escola: interpelações sobre ações de educação e saúde no Brasil. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 387 - 402, ago./dez. 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/21728>. Acesso em: 17 nov. 2020.

CHEPTULIN, A. **A dialética materialista**: categorias da dialética. Tradução Leda Rita Cintra Ferraz, 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2004. 354 p.

CHRISTMANN, M.; PAVÃO, S. M. O. A saúde do escolar cuidada por práticas governamentais: reflexos para a aprendizagem. **Revista de educação da PUC-Campinas**, Campinas, v. 20, n.3, p.265-277, set./dez. 2015. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/2803>. Acesso em: 21 maio 2019.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS – CFN. Resolução CFN nº 600, de 25 de fevereiro de 2018. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, indica parâmetros numéricos mínimos de referência, por área de atuação, para a efetividade dos serviços prestados à sociedade e dá outras providências. Diário Oficial da União. 28 maio 2018. Seção 1, nº 98, p. 68.

Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/Res_600_2018.htm. Acesso: 10 jan. 2020.

COUTO, A. N.; KLEINPAUL, W. V.; BORFE, L.; VARGAS, S. C.; POHL, H. H. KRUG, S. B. F. O ambiente escolar e as ações de promoção da saúde. **Cinergis**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n.4, p. 378-383, out./dez., 2016. Supl.1. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/cinergis/article/view/8150/5362>. Acesso em: 04 mar. 2021

COSTA, M. C.; SAMPAIO, E. V.; ZANIRATI, V. F.; LOPES, A. C. S.; SANTOS, L. C. Experiência lúdica de promoção de alimentação saudável no ambiente escolar: satisfação e aprendizado dos estudantes. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 40, n.1, p. 38-50, 2016. Disponível em: http://www.unirio.br/cecane/arquivos/experiencia_ludica_promocao.pdf. Acesso em: 21 maio 2019.

CRUZ, P. J. S. C. **Educação popular e práticas sociais**: ação, processo formativo e construção do conhecimento. In: ARAÚJO, R. S.; CRUZ, P. J. S. C. (Org.) João Pessoa: Editora do CCTA, 2018. 298 p.

FALKENBERG, M. B.; MENDES, T. P. L.; MORAES, E. P.; SOUZA, E. M. Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v.19, n. 3, p. 847-852, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000300847&lng=en&nrm=iso. ISSN 1413-8123. Acesso em: 14 mar. 2021.

FAQUETI, A.; FAGUNDES, A.; SOAR, C.; LORENZI, K. S.; SILVEIRA, N.; CURTARELLI, V. D.; NEVES, J.; ZANLOURENSI, C. B.; PORRUA, P. **Segurança alimentar e nutricional com enfoque na intersectorialidade** [recurso eletrônico] / Universidade Federal de Santa Catarina, Núcleo Telessaúde Santa Catarina; Dados eletrônicos. Florianópolis: CCS/UFSC, 2019. 199 p. Disponível em: https://cecanesc.paginas.ufsc.br/files/2019/07/Nutri%C3%A7%C3%A3o_Completa-Final.pdf. Acesso em: 28 nov. 2020.

FARIAS, I. C. V.; FRANCO DE SA, R. M. P.; FIGUEIREDO, N.; MENEZES FILHO, A. Análise da Intersectorialidade no Programa Saúde na Escola. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 40, n.2, p. 261-267, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022016000200261&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 nov. 2020.

FERREIRA, M. S. O que é oficina pedagógica: recurso mediador da atividade de aprender. In: RIBEIRO, M. M. G.; FERREIRA, M. S. (Org.). Oficina pedagógica: uma estratégia de ensino-aprendizagem. Natal: EDUFRRN, 2001. 138p.

FERREIRA, V. F.; ROCHA, G. O. R. D.; LOPES, M. M. B.; SANTOS, M. S. D.; MIRANDA, S. A. D. Educação em saúde e cidadania: revisão integrativa. **Trabalho, Educação e Saúde**, vol.12, n.2, p. 363-378, maio/ago. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462014000200009&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 30 maio 2019.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONTENELE, R. M.; SOUSA, A. I.; RASCHE, A. S.; SOUZA, M. H. N.; MEDEIROS, D. C. Construção e validação participativa do modelo lógico do Programa Saúde na Escola. | Rio de Janeiro, v. 41, n. especial, p. 167-179, mar., 2017.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 2 ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

FRANCO, A. C.; BOOG, M. C. F. Relação teoria-prática no ensino de educação nutricional. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.20, n. 6, p. 643-655, nov./dez. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732007000600007. Acesso em: 20 ago. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 58. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019a. 143 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 71. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019b. 256 p.

FROIS, S. F. B. DOURADO, L. M. PINHO, L. Promoção da alimentação saudável entre profissionais de saúde na atenção primária. **Revista Brasileira de Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 29, n. 4, p.621-626, out./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/5689>. Acesso em: 21 maio 2019.

GAZZINELLI, M. F.; SOUZA, V.; FONSECA, R. M.G. S.; FERNANDES, M. M.; CARNEIRO, A. C. L. L.; GODINHO, L. K. Práticas educativas grupais na atenção básica: padrões de interação entre profissionais, usuários e conhecimento. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 49, n. 2, p. 0284-0291, 2015. Disponível: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342015000200284&script=sci_arttext&tlng=pt . Acesso em: 07 mar. 2021

JACÓE, N. B.; AQUINO, N. M. D.; PEREIRA, S. C. L.; SOUZA, E. S. D.; SOUZA, F. C. D.; SANTANA, M. S.; MARÇAL, M. M.; ROCHA, M. J.; NASCIMENTO, Á. R. D.; MAIA, D. K. A.; COSTA, M. C. M. D. RIBEIRO, V. C. M. O olhar dos profissionais de uma Unidade Básica de Saúde sobre a implantação do Programa Saúde na Escola. **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 24, p. S43-S48. supl. 1, 2014. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-718735>. Acesso em: 17 jun. 2019.

JANINI, J.P.; BESSLER, D.; VARGAS, A. B. de. Educação em saúde e promoção da saúde: impacto na qualidade de vida do idoso. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 105, p.480-490, abr./jun. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-11042015000200480&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 21 maio 2019.

KROTH, K. B. Educação alimentar e nutricional para crianças, adolescentes e familiares em uma escola pública de Salvador, Bahia. - **Revista da Associação Brasileira de Nutrição**. São Paulo, ano 9, n. 2, p. 3-8, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://www.rasbran.com.br/rasbran/article/view/779>. Acesso em: 30 maio 2019.

- KROEFF, R. F. S.; GAVILLON, P. Q.; RAMM, L. V. Diário de Campo e a Relação do(a) Pesquisador(a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 464-480, ago. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/52579/34238> . Acesso em: 11 mar. 2021.
- LOPES, I. E.; NOGUEIRA, J. A. D. ROCHA, D. G. Eixos de ação do Programa Saúde na Escola e Promoção da Saúde: revisão integrativa. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 118, p. 773-789, jul./set. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-11042018000300773&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 03 mar. 2020.
- MACEDO, I. C.; AQUINO, R. C. O “marco de referência de educação alimentar e nutricional para políticas públicas” no Brasil no contexto do atendimento nutricional. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 13, n. 1, p. 21-35, maio, 2018. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/28663>>. Acesso em: 04 mar. 2021.
- MACHADO, M. F. A. S.; GUBERT, F. A.; Meyer, A. P. G. F. V.; SAMPAIO, Y. P. C. C.; DIAS, M. S. A.; ALMEIDA, A. M. B.; MORAIS, A. P. P.; SILVA, A. C.; CAMPOS, J. S.; CHAGAS, M. I. O.; CHAVES, E. S. Programa saúde na escola: estratégia promotora de saúde na atenção básica no Brasil. **Journal of Human Growth and Development**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 307-312, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822015000300009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 28 nov. 2020.
- MACHADO, W. D.; OLIVEIRA, K. M. C. P.; CUNHA, C. G; ARAÚJO JÚNIOR, D. G. SILVINO, R. H. S; DIAS, M. S. A. Programa Saúde na Escola: um olhar sobre a avaliação dos componentes. **SANARE**, Sobral, v.15 n.01, p. 62-68, jan./jun., 2016. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/929>. Acesso em: 09 jan. 2021.
- MAGALHAES, R. Avaliação da Política Nacional de Promoção da Saúde: perspectivas e desafios. **Ciências & Saúde Coletiva**, v.21, n.6, p.1767-1776, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232016000601767&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 02 jun. 2020.
- MARINHO, M. N. A. S. B.; VIEIRA, N. F. C.; FERREIRA, H. S.; PEQUENO, A. M. C.; SOUSA, I. C.; PEREIRA, A. P.; ARAÚJO, A. F.; MACHADO, M. F. A. S. Programa saúde na escola: dos processos formativos aos cenários de práticas. **Journal of Human Growth and Development**, v.28, n. 2, p.175-182, 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/jhqd/article/view/147219>. Acesso em: 06 out. 2019
- MAZON, L. M., WOHEL, A., ANTUNES, E., CASSIAS, S. S. DE, ENGEL, A., & GUIMARAES, H. N. C. L. Utilizando metodologias ativas para a educação permanente em saúde para qualificação do Programa Saúde na Escola. **Saúde E Meio Ambiente: Revista Interdisciplinar**, v.6, n.3, p. 9-12, 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/sma/article/view/1674>. Acesso: 31 jan. 2021.

- MELO, L. P.; OLIVEIRA, A. L. O. Viver Através de Projetos de Saúde: práticas de educação em saúde no Brasil. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 961-980, jul./set. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-62362017005004101&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 07 jun. 2019.
- MEDEIROS, E.R.; PINTO, E.S.G.; PAIVA, A. C. S.; NASCIMENTO, C. P. A.; REBOUÇAS, D. G. C.; SILVA, S. Y. B. Facilidades e dificuldades na implantação do Programa Saúde na Escola em um município do nordeste do Brasil. **Revista Cuidarte**, v.9, n. 2, p. 2127-34, 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2216-09732018000202127&lng=es&nrm=is&tlng=pt. Acesso em: 06 out. 2019
- MENDES, R. M.; MISKULIN, R. G. S. A análise de conteúdo como uma metodologia. **Cadernos de Pesquisa**, v.47 n.165 p.1044-1066 jul./set. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0100-15742017000300013&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 set. 2020.
- MENDONÇA, F. D. F.; NUNES, E. D. F. P. D. A. Atividades participativas em grupos de educação em saúde para doentes crônicos. **Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n.2, p. 200-204, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-462X2014000200200&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 02 fev. 2020.
- MENEZES, M. F.G; MORGADO, C. M. C; MALDONADO, L. A. (org.). **Diálogos e práticas em educação alimentar e nutricional**. Rio de Janeiro: Rubio, 2019. 210 p.
- MINAYO, M. C. S. (org.) **Pesquisa social**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002, 80 p.
- MIRANDA, D. N.; MARCH, C.; KOIFMAN, L. Educação e saúde na escola e a contrarreforma do ensino médio: resistir para não retroceder. **Trabalho, Educação e Saúde**, v.17, n.2, e0020736, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462019000200401&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 jan. 2021.
- MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução Eloá Jacobina. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 128p.
- OLIVEIRA, S. R. G. D.; WENDHAUSEN, Á. L. P. (Re)significando a educação em saúde: dificuldades e possibilidades da estratégia saúde da família. **Trabalho Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.129-147, jan./abr. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462014000100008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 27 maio 2019.
- PEREIRA, F. G. F.; CAETANO, J. A.; MOREIRA, J. F.; ATAÍDE, M. B. C. D. Práticas educativas em saúde na formação de acadêmicos de enfermagem. **Cogitare Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. 332-7, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/39767>. Acesso em: 27 maio 2019.
- PÉREZ GÓMEZ, A. I. In: SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ PÉREZ A.I. **Comprender e transformar o ensino**. 4. ed, Porto Alegre: ArtMed, 1998. p. 353 -379

PRADO JUNIOR, C. Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista. **Discurso**, v. 4, n. 4, p. 41-78, 1973. Disponível em: <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/autores/Prado%20Jr.%20Caio/Teoria%20Marxista%20do%20Conhecimento%20e%20M%C3%A9todo%20Dial%C3%A9tico%20Materialista%20-%20Caio%20Prado%20Jr.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.

RABELLO, L. S. **Promoção da saúde**: a construção social de um conceito em perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010. 228 p.

RAMOS, F. E. A. L. O.; LACERDA, A. B. M.; SOARES, V. M. N.; WILLIG, M. H. Atividade de grupo como estratégia de educação em saúde auditiva de trabalhadores de um serviço de manutenção hospitalar.

Audiology - Communication Research, v. 22, e1809, 2017. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2317-64312017000100319&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 30 maio 2019.

RAPHAELLI, C. O.; PASSOS, L. D. F.; COUTO, S. F.; HELBIG, E.; MADRUGA, S. W. Adesão e aceitabilidade de cardápios da alimentação escolar do ensino fundamental de escolas de zona rural. **Brazilian Journal of Food Technology**, Campinas, v. 20, e2016112, 2017. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-67232017000100406&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 01 jun. 2019

REIS, F. M. S.; BRANCO, R. R. O. C.; CONCEIÇÃO, A.M.; TRAJANO, L. P. B.; VIEIRA, J. F. P. N.; FERREIRA, P. R. B.; ARAÚJO, É. J. F. Incidência de hemoglobinas variantes em neonatos assistidos por um laboratório de saúde pública. **Einstein**, São Paulo, v. 16, n. 2, p.1-7, 2018. Disponível em:

<https://journal.einstein.br/pt-br/article/incidencia-de-hemoglobinas-variantes-em-neonatos-assistidos-por-um-laboratorio-de-saude-publica/>. Acesso em: 16 mar. 2019.

RICHARSDON, R. J. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3. ed. 13 reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, S.M. R.; JESUS, M. C. P.; PEYROTON, L. S.; LINHARES, F. S. Prática educativa em uma escola de educação infantil: relato de experiência.

Revista de enfermagem UFPE on line, Recife, v.9, n.2, p.768-72, fev. 2015.

Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/10397/11160>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expresso Popular, 2007. 488 p.

SÁ, M. C.; MIRANDA, L.; DINIZ, D. S.; SAVI, E. S. A.; TEIXEIRA, E. S.; FONSECA, M. L. G. **Oficinas clínicas do cuidado**: efeitos da narratividade sobre o trabalho em saúde. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2019. 156 p.

SAVIANI, D. Teorias pedagógicas contra - hegemônicas no Brasil. **Revista do centro de educação e letras da unioeste** - Campus de Foz do Iguaçu v. 10, n. 2,

2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4465>. Acesso em: 07 mar. 2021.

SILVA-ARIOLI, I. G.; SCHNEIDER, D. R.; BARBOSA, T. M.; DA ROS, M. A. Promoção e Educação em Saúde: Uma Análise Epistemológica, **Psicologia: ciência e profissão**, v. 33, n. 3, p.672-687, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932013000300012&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 27 maio 2019.

SILVA, K. L.; MATOS, J. A. V.; FRANÇA, B. D. A construção da educação permanente no processo de trabalho em saúde no estado de Minas Gerais. *Escola Anna Nery*, v. 21, n. 4, e20170060, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ean/v21n4/pt_1414-8145-ean-2177-9465-EAN-2017-0060.pdf. Acesso em: 04 mar. 2021.

SILVA, S. U.; MONEGO, E. T.; SOUSA, L. M.; ALMEIDA, G. M. As ações de educação alimentar e nutricional e o nutricionista no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.23, n.8, p.2671-2681, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000802671. Acesso em: 15 abr. 2019.

SILVA, C.M.C. Educação em Saúde: uma reflexão histórica de suas práticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, dez. 2007. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/educacao-em-saude-uma-reflexao-historica-de-suas-praticas/1532?id=1532>. Acesso em: 26 jun. 2020.

SILVA, C. S. **Saúde na escola**: intersectorialidade e promoção da saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019a.

SILVA, M. R. I.; ALMEIDA, A. P.; MACHADO, J. C.; SILVA, L. S.; CARDOSO, J. A. F.; COSTA, G. D.; COTTA, R. M. M. Processo de Acreditação das Escolas Promotoras de Saúde em âmbito mundial: revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 2, p. 475-486, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019000200475#B8 Acesso em: 22 mar. 2021.

SOARES, C. J.; SANTOS, P. H.S.; NERY, A. A. MARTINS FILHO, I. E.; VILELA, A. B. A. Percepção de enfermeiras da estratégia de saúde da família sobre o Programa Saúde na Escola. **Revista de enfermagem UFPE on line**, Recife, v. 10, n.12, p. 4487-93, dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/11514/13397>. Acesso: 30 out. 2020.

SOUSA, M. C.; ESPERIDIÃO, M. A.; MEDINA, M. G. A intersectorialidade no Programa Saúde na Escola: avaliação do processo político-gerencial e das práticas de trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.22, n. 6, p.1781-1790, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v22n6/1413-8123-csc-22-06-1781.pdf>. Acesso: 01 nov. 2019.

SOUSA, M. C. **Saúde na escola**: analisando os caminhos da intersectorialidade. Dissertação (Mestrado em saúde comunitária) - Universidade Federal da Bahia,

Instituto de Saúde Coletiva, Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Salvador, p.101. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16334>. Acesso: 27 nov. 2020.

SOUZA, N. P.; LIRA, P. I. C.; ANDRADE, L. A. S. S.; CABRAL, P. C.; CARVALHO, T.; OLIVEIRA, J. S. O programa saúde na escola e as ações de alimentação e nutrição: uma análise exploratória. **Revista Atenção Primária à Saúde**, v. 18, n.3, p. 360 – 367, jul./set. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/15555>. Acesso: 18 nov. 2020.

SOUZA, N. P. **Avaliação das ações de saúde e nutrição na perspectiva do programa Saúde na Escola**. Recife, 2012. 125f.: Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CCS. Nutrição, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11789>. Acesso em: 28 nov. 2020.

TAVARES, M. F. L.; ROCHA, R. M.; BITTAR, C. M. L.; PETERSEN, C. B.; ANDRADE, M. A promoção da saúde no ensino profissional: desafios na Saúde e a necessidade de alcançar outros setores. **Ciências & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 6, jun. 2016. Disponível em: <https://scielosp.org/article/csc/2016.v21n6/1799-1808/pt/>. Acesso em: 04 mar. 2021.

VERAS, K.; FERREIRA, H.; LOURINHO, L. Formação de diretores escolares para o programa saúde na escola: uma pesquisa-ação. **Educação & Formação**, v. 5, n. 2, p. 195-215, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/898/2491>. Acesso: 26 jan. 2021.

VERAS, K.C.B.B. **Formação de profissionais para o programa saúde na escola: uma pesquisa – ação**. Dissertação (Mestrado Profissional Ensino na Saúde) - Centro de ciências da saúde, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, p. 144, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5580069. Acesso: 23 dez. 2020.

VIEIRA, L. S.; BELISARIO, S. A. Intersetorialidade na promoção da saúde escolar: um estudo do Programa Saúde na Escola. **Saúde debate** [online], v. 42, n. spe4 p.120-133, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042018000800120&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 nov. 2020.

VIEIRA, L. S.; SAPORETTI, G. M.; BELISARIO, S. A. Programa saúde na escola: marcos jurídicos e institucionais. **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 26, supl 8, p. S381-S387, 2016. Disponível em: <http://www.rmmg.org/exportar-pdf/2183/v26s8a72.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Ciência e existência**: problemas filosóficos da pesquisa científica. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 537 p.

WESTBROOK, R. B. **John Dewey**. Anísio Teixeira, José Eustáquio Romão, Verone Lane Rodrigues (org.) Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 136 p.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2016.

APÊNDICE A – Questões norteadora para entrevista

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE E COMUNIDADE
**PRÁTICAS EDUCATIVAS DOS NUTRICIONISTAS NO PROGRAMA SAÚDE NA
ESCOLA: RELAÇÃO NECESSÁRIA COM A NUTRIÇÃO**

Nº _____ DATA ____/____/____

- 1) Além do bacharelado em nutrição descreva sua formação continuada e sua formação em serviço.
- 2) Desde quando você desenvolve ações no PSE? Qual a forma de ingresso?
- 3) O que você entende por prática educativa?
- 4) Descreva ou relate a metodologia utilizada para realizar as ações do PSE.
- 5) Descreva sua prática educativa em relação às ações de promoção da saúde em nutrição.
- 6) O planejamento é uma condição necessária para o ser humano. Partindo desse entendimento, o que é necessário para planejar as ações de promoção da saúde em nutrição?
- 7) Mencione se há contato com outros profissionais para que haja planejamento das ações de promoção da saúde em nutrição.
- 8) Caso seja feita interlocução para o planejamento das ações de promoção da saúde em nutrição, quem são esses atores?
- 9) Como os profissionais são mobilizados pelas secretarias para realização das ações de promoção da saúde em nutrição?
- 10) As secretarias tem estratégias para o desenvolvimentos das ações de promoção da saúde em nutrição serem de forma colaborativa?
- 11) As ações de promoção da saúde em nutrição são apenas para atender as necessidades pontuais das escolas?
- 12) Essas ações de promoção da saúde em nutrição acontecem quantas vezes em determinadas escola? Porque?
- 13) Qual a participação da escola e da comunidade no planejamento das ações de promoção da saúde em nutrição?

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido – exclusivo para Teresina



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: Práticas educativas dos profissionais no programa saúde na escola em relação à nutrição

Pesquisadores responsáveis: Hilda Maria Martins Bandeira/ Izabela Cristina Pereira

Instituição/Departamento: Programa de Pós-Graduação em Saúde e Comunidade da UFPI

E-mail para contato: hildabandeira@ufpi.edu.br

Telefone para contato: (86) 99925-2526

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), visa assegurar seus direitos como participante e você poderá manter uma cópia do mesmo, caso assim deseje, e outra cópia ficará com a pesquisadora. Todas as cópias dos termos serão rubricadas tanto pela pesquisadora como por você participante. Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de indicar sua concordância, você poderá esclarecê-las com a pesquisadora. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Essa pesquisa tem como objetivo analisar a relação das práticas educativas dos profissionais no Programa Saúde na Escola com a promoção da saúde e a nutrição. As práticas educativas dos profissionais no Programa Saúde na Escola, corroboram para uma vivência de como as ações de promoção da saúde e nutrição são trabalhadas à nível de programa, justificando o importância da pesquisa. A finalidade do estudo surgiu do interesse da pesquisadora em entender como vinham sendo trabalhadas ações do PSE com relação a promoção da saúde e nutrição.

Sua participação na pesquisa será ser entrevistado(a) por meios de questões semiestruturadas que versarão sobre dados investigados no estudo em que os temas gerais das perguntas são: formação continuada, ações do Programa Saúde na Escola, planejamento de ações, participação das escolas, cuja duração será em torno de 20 minutos. Além da entrevista você participará de três oficinas pedagógicas (1º momento motivador; 2º - o momento sistematização; 3º - o momento avaliativo) com duração de uma a duas horas cada oficina.

A pesquisa não oferecerá riscos a sua integridade física, pode ocorrer algum tipo constrangimento no momento da entrevista, para diminuir esses riscos além de serem respeitados os princípios e normas éticas, as pesquisadoras prestarão assistência necessária ao perceberem quaisquer desconforto podendo ocorrer também com a melhor forma de abordagem durante a entrevista. Será garantido o anonimato dos dados e à qualquer momento poderá solicitar não querer mais participar da pesquisa. Os benefícios da pesquisa tem como diferencial além da abordagem qualitativa a realização de oficinas pedagógicas com caráter formativo, como instrumento para criar possibilidades de desenvolvimento pessoal e profissional para você participante além de os resultados da pesquisa poderão contribuir para a melhoria de sua prática em relação às ações do Programa Saúde na Escola.

Os resultados obtidos no estudo serão utilizados para fins científicos (divulgação em revistas e em eventos científicos) e os pesquisadores se comprometem em manter o sigilo e identidade anônima, em que não se possam identificar sua participação a partir das informações que fornecer, como estabelecem as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº. 466/2012 e 510/2016 que tratam de normas regulamentadoras de pesquisas que envolvem seres humanos.

Você não terá nenhum custo com a pesquisa, e caso aja por qualquer motivo, asseguramos que você será devidamente ressarcido. Não haverá nenhum tipo de pagamento por sua participação, ela é voluntária. No entanto, há garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Para qualquer outra informação, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – UFPI, que acompanha e analisa as pesquisas científicas que envolvem seres humanos, no Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga, Teresina –PI, telefone (86) 3237-2332, e-mail cep.ufpi@ufpi.br. Horário de Atendimento ao Público, segunda a sexta, manhã: 08h00 às 12h00 e a tarde: 14h00

às 18h00. Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável: Hilda Maria Martins Bandeira. Telefone para contato: (86) 99925-2526. E-mail: hildabandeira@ufpi.edu.br

Ciente e de acordo com o que fui anteriormente exposto, eu _____, aceito participar desta pesquisa, assino este consentimento em duas vias, rubrico as outras páginas e fico com a posse de uma delas.

Data ____/____/_____

Assinatura do participante

CPF do participante

Pesquisador Responsável

APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido – outros municípios



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: Práticas educativas dos profissionais no programa saúde na escola em relação à nutrição

Pesquisador responsável: Hilda Maria Martins Bandeira/ / Izabela Cristina Pereira

Instituição/Departamento: Programa de Pós-Graduação em Saúde e Comunidade da UFPI

E-mail para contato: hildabandeira@ufpi.edu.br

Telefone para contato: (86) 99925-2526

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), visa assegurar seus direitos como participante e você poderá manter uma cópia do mesmo, caso assim deseje, e outra cópia ficará com a pesquisadora. Todas as cópias dos termos serão rubricadas tanto pela pesquisadora como por você participante. Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de indicar sua concordância, você poderá esclarecê-las com a pesquisadora. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Essa pesquisa tem como objetivo analisar a relação das práticas educativas dos profissionais no Programa Saúde na Escola com a promoção da saúde e a nutrição. As práticas educativas dos profissionais no Programa Saúde na Escola, corroboram para uma vivência de como as ações de promoção da saúde e nutrição são trabalhadas à nível de programa, justificando o importância da pesquisa. A

finalidade do estudo surgiu do interesse da pesquisadora em entender como vinham sendo trabalhadas ações do PSE com relação a promoção da saúde e nutrição.

Sua participação na pesquisa será ser entrevistado (a) por meios de questões semiestruturadas que versarão sobre dados investigados no estudo em que os temas gerais das perguntas são: formação continuada, ações do Programa Saúde na Escola, planejamento de ações, participação das escolas, cuja duração será em torno de 20 minutos.

A pesquisa não oferecerá riscos a sua integridade física, pode ocorrer algum tipo constrangimento no momento da entrevista, para diminuir esses riscos além de serem respeitados os princípios e normas éticas, as pesquisadoras prestarão assistência necessária ao perceberem quaisquer desconforto podendo ocorrer também com a melhor forma de abordagem durante a entrevista. Será garantido o anonimato dos dados e à qualquer momento poderá solicitar não querer mais participar da pesquisa. Os benefícios da pesquisa tem como diferencial além da abordagem qualitativa a realização de oficinas pedagógicas com caráter formativo, como instrumento para criar possibilidades de desenvolvimento pessoal e profissional para você participante além de os resultados da pesquisa poderão contribuir para a melhoria de sua prática em relação às ações do Programa Saúde na Escola.

Os resultados obtidos no estudo serão utilizados para fins científicos (divulgação em revistas e em eventos científicos) e os pesquisadores se comprometem em manter o sigilo e identidade anônima, em que não se possam identificar sua participação a partir das informações que fornecer, como estabelecem as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº. 466/2012 e 510/2016 que tratam de normas regulamentadoras de pesquisas que envolvem seres humanos.

Você não terá nenhum custo com a pesquisa, e caso aja por qualquer motivo, asseguramos que você será devidamente ressarcido. Não haverá nenhum tipo de pagamento por sua participação, ela é voluntária. No entanto, há garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Para qualquer outra informação, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – UFPI, que acompanha e analisa as pesquisas científicas que envolvem seres humanos, no Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga, Teresina –PI, telefone (86) 3237-2332, e-mail cep.ufpi@ufpi.br. Horário de Atendimento ao Público, segunda a sexta, manhã: 08h00 às 12h00 e a tarde: 14h00

às 18h00. Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável: Hilda Maria Martins Bandeira. Telefone para contato: (86) 99925-2526. E-mail: hildabandeira@ufpi.edu.br

Ciente e de acordo com o que fui anteriormente exposto, eu _____, aceito participar desta pesquisa, assino este consentimento em duas vias, rubrico as outras páginas e fico com a posse de uma delas.

Data ____/____/_____

Assinatura do participante

CPF do participante

Pesquisador Responsável

ANEXO A - Parecer consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Práticas educativas dos profissionais no Programa Saúde na Escola em relação à nutrição

Pesquisador: Hilda Maria Martins Bandeira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 18197819.3.0000.5214

Instituição Proponente: Universidade Federal do Piauí - UFPI

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.563.782

Apresentação do Projeto:

Segundo os autores, a Educação e saúde desde do século XIX vem passando por uma série de questionamentos. Relacionar prática educativa dos profissionais no Programa Saúde na Escola (PSE) com a promoção de saúde e nutrição exige justificar a compreensão de prática educativa, pois nos textos acadêmicos o termo prática educativa é utilizado como se o significado fosse tão consensual que não necessitasse explicitá-lo. Prática educativa é multidimensional tendo como modalidades: a prática pedagógica, a prática docente e a práxis.

Objetivo: analisar a relação das práticas educativas dos profissionais no Programa Saúde na Escola com a promoção da saúde e a nutrição. Métodos: Estudo descritivo de abordagem qualitativa realizado por meio de entrevista com profissionais de nutrição que realizam ações educativas no Programa Saúde na Escola nos 11 municípios sedes das regionais de saúde do estado do Piauí. Será utilizado um roteiro com questões que irão nortear a entrevista. Serão feitas oficinas pedagógicas no município de maior densidade populacional e pólo de saúde, para criar realidade de estratégias para o trabalho coletivo. Quanto à análise qualitativa será segundo às teorias de Bardin através da análise de conteúdo. Também será utilizado o software Nvivo 12 Pro Student, que colabora para a exposição de processamentos de dados qualitativos. O projeto adotará os princípios éticos da resolução Nº 466/2012. A pesquisa será realizada em 10 municípios sede de cada região de saúde do estado do Piauí, contemplando os seguintes municípios: Piripiri (Cocais), Campo Maior (Carnaubais), Teresina (Entre Rios), Valença (Vale do Sambito), Picos (Vale do rio

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella,
Bairro: Ininga **CEP:** 64.049-550
UF: PI **Município:** TERESINA
Telefone: (86)3237-2332 **Fax:** (86)3237-2332 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br



Continuação do Parecer: 3.563.782

guaribas), Oeiras (Vale do Canindé), Floriano (Vale dos rios Piauí e Itaueiras), Uruçuí (Tabuleiros do Alto Parnaíba), Bom Jesus (Chapada das Maganbeiras) e São Raimundo Nonato (Serra da Capivara). Foram selecionados com base em critérios como: tomar a pesquisa mais ampla; ter uma visão sobre municípios sede de regionais de saúde de como as ações de nutrição no Programa Saúde na Escola em relação à nutrição são desenvolvidas. Apenas 1 município sede das onze regionais de saúde não entrará no estudo por não ter respondido a autorização institucional da pesquisa. Quanto ao local para ser coletado os dados, poderá ser determinado pelo próprio profissional entrevistado ou pelo chefe imediato que autorizar a realização da pesquisa. A população do estudo será composta de

nutricionistas da saúde dos municípios pesquisados. A seleção da amostra dos sujeitos da pesquisa será com base nos critérios de inclusão. Para o município que irá ser feito as oficinas pedagógicas, conforme a coleta de dados citada posteriormente neste projeto, mesmo que o profissional de nutrição aceite participar da pesquisa, no momento das observações das ações in loco, há a necessidade do diretor e/ou gestor da unidade de ensino aceitar que a escola seja participante da pesquisa, para que a pesquisadora possa acompanhar as ações dos profissionais de nutrição. No entanto, o diretor e/ou gestor não será entrevistado, apenas autorizará o profissional de nutrição possa aceitar que a pesquisadora observe a ação. A produção de dados serão utilizadas questões que irão nortear uma entrevista semi-estruturada (Apêndice A) para identificarmos as práticas educativas realizadas pelos profissionais da nutrição, dentre outros questionamentos como:

objetivos do PSE, planejamento de ações, profissionais envolvidos, necessidades pontuais de realização das ações nas escolas, participação da comunidade escolar, etc. A coleta de informação será realizada por único entrevistador, a pesquisadora do trabalho, para garantir confiabilidade e qualidade da coleta. As entrevistas serão realizadas em local reservado sem interferências de terceiros norteadas por questões semiestruturadas.

Serão gravadas com auxílio de gravador digital. Posteriormente serão transcritas para formulário específico pela pesquisadora e após as anotações será entregue ao participante para leitura e vistoria. Haverá contato prévio por meio de telefone e/ou e-mail com os participantes para ajustar data, local e horário da entrevista. As informações relevantes no momento da entrevista, bem como observações, impressões, receptividade, dificuldades serão registradas em um diário de campo. Inicialmente será feito um teste piloto com a mesma categoria de profissionais de cidades diferente da pesquisada para conhecer a aplicabilidade e validação das perguntas que constituirá o roteiro das entrevistas. Quanto as oficinas pedagógicas irão ser

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella
Bairro: Ininga **CEP:** 64.049-550
UF: PI **Município:** TERESINA
Telefone: (86)3237-2332 **Fax:** (86)3237-2332 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br



Continuação do Parecer: 3.563.782

realizadas apenas no município de maior densidade populacional e pólo de saúde por questão de logística e limitações financeiras visto que há a necessidade dos participantes da pesquisa serem acompanhados in loco no momentos de ações de práticas educativas nas escolas. Os demais municípios apenas os profissionais serão entrevistados. As oficinas pedagógicas serão realizadas no próprio local de trabalho dos profissionais e contarão com três momentos conforme metodologia proposta por Ribeiro e Ferreira (2001): 1º o momento motivador (compreender as situações de aprendizagem, objetivo, finalidade, compreender as condições para a prática); 2º momento - sistematização (situações de aprendizagem desencadeadoras para o processo e internalização do aprendizado); 3º momento - avaliativo (apropriação de informações para possibilitar a organização, desorganização). Critério de Inclusão: • Profissionais de nutrição que estejam envolvidos nas ações dos Programa Saúde na Escola; • Profissionais que desenvolvem atividades de Educação alimentar e Nutricional e/ou Ações de Promoção da saúde no PSE antes do início da pesquisa; • Profissionais que aceitarem participar da pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a relação das práticas educativas dos profissionais no Programa Saúde na Escola com a promoção da saúde e a nutrição.

Objetivo Secundário:

- Identificar as práticas educativas realizadas pelos profissionais da nutrição por meio de entrevista;
- Analisar as estratégias das ações de promoção à saúde relacionados a nutrição;
- Desenvolver oficinas pedagógicas para reelaboração das práticas educativas dos profissionais em relação a promoção da saúde e a nutrição.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A pesquisa não oferecerá riscos a sua integridade física, pode ocorrer algum tipo constrangimento no momento da entrevista, para diminuir esses riscos além de serem respeitados os princípios e normas éticas, as pesquisadoras prestarão assistência necessária ao perceberem quaisquer desconforto podendo ocorrer também com a melhor forma de abordagem durante a entrevista. Será garantido o anonimato dos dados e à qualquer momento poderá solicitar não querer mais participar da pesquisa.

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella
Bairro: Ininga CEP: 64.049-550
UF: PI Município: TERESINA
Telefone: (86)3237-2332 Fax: (86)3237-2332 E-mail: cep.ufpi@ufpi.edu.br



Continuação do Parecer: 3.563.782

Benefícios:

Os benefícios da pesquisa tem como diferencial além da abordagem qualitativa a realização de oficinas pedagógicas com caráter formativo, como instrumento para criar possibilidades de desenvolvimento pessoal e profissional para você participante além de os resultados da pesquisa poderão contribuir para a melhoria de sua prática em relação às ações do Programa Saúde na Escola.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória foram anexados.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Conclusões:

As seguintes pendências foram analisadas:

1. Inserir a(s) forma(s) de contornar os riscos, pois o anonimato e a desistência são inerentes a toda e qualquer pesquisa, não sendo consideradas formas específicas para minimizar o risco desta pesquisa - Pendência sanada.
2. Esclarecer os benefícios desta pesquisa para os participantes - Pendência sanada.
3. Solicita-se que o cronograma de atividades seja atualizado, antes da nova submissão ao CEP - Atendido.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1383050.pdf	01/09/2019 13:29:03		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcleversao2.pdf	01/09/2019 13:28:37	Hilda Maria Martins Bandeira	Aceito
Projeto Detalhado	versao2projetoplataforma.pdf	01/09/2019	Hilda Maria Martins	Aceito

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella
Bairro: Ininga **CEP:** 64.049-550
UF: PI **Município:** TERESINA
Telefone: (86)3237-2332 **Fax:** (86)3237-2332 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br



Continuação do Parecer: 3.563.782

/ Brochura Investigador	versao2projetoπλαταforma.pdf	13:28:08	Bandeira	Aceito
Cronograma	cronogramadeatividadesversao2.pdf	01/09/2019 13:27:38	Hilda Maria Martins Bandeira	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	31/07/2019 13:51:05	Hilda Maria Martins Bandeira	Aceito
Outros	CurriculoLattesizabela.pdf	31/07/2019 13:48:35	Hilda Maria Martins Bandeira	Aceito
Outros	CurriculoHildaMariaMartinsBandeira.pdf	31/07/2019 13:47:31	Hilda Maria Martins Bandeira	Aceito
Outros	instrumentodecoletadedados.pdf	31/07/2019 13:44:44	Hilda Maria Martins Bandeira	Aceito
Outros	termodeconfiabilidade.pdf	31/07/2019 13:43:38	Hilda Maria Martins Bandeira	Aceito
Outros	autorizacoesinstitu.pdf	31/07/2019 13:42:58	Hilda Maria Martins Bandeira	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracaodepesqui.pdf	31/07/2019 13:39:42	Hilda Maria Martins Bandeira	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	31/07/2019 13:38:32	Hilda Maria Martins Bandeira	Aceito
Outros	Cartadeencaminhamento.pdf	31/07/2019 13:35:50	Hilda Maria Martins Bandeira	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

TERESINA, 09 de Setembro de 2019

Assinado por:
Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento
(Coordenador(a))

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella.
Bairro: Ininga CEP: 64 049-550
UF: PI Município: TERESINA
Telefone: (86)3237-2332 Fax: (86)3237-2332 E-mail: cep.ufpi@ufpi.edu.br

ANEXO B – Autorizações institucionais



Termo de Autorização Institucional

Eu, Ezilda Maria Portela de Oliveira Memória secretária de Saúde do município de Piri-piri autorizo a realização da pesquisa intitulada "Práticas educativas dos profissionais no Programa Saúde na Escola em relação à nutrição" os sujeitos do estudo serão os profissionais de nutrição que realizam ações no Programa Saúde na Escola sob a coordenação da pesquisadora Profa Drª Hilda Maria Martins Bandeira que tem por objetivo analisar a relação das práticas educativas dos profissionais no Programa Saúde na Escola com a promoção da saúde e a nutrição, a ser realizada por Izabela Cristina Pereira (mestranda), a ser iniciada após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFPI. Autorizo as pesquisadoras a utilizarem o espaço da Secretaria Municipal de Saúde para a realização de entrevista. Afirmo que não haverá qualquer implicação negativa aos profissionais que não queiram ou desistam de participar do estudo.

Piri-piri, 28 de Junho de 2019

Ezilda M. Portela de O. Memória Martins
Secretária Municipal de Saúde
(nome do responsável) 28/06/2019
CPF.: 132.483.203-15

Incluir carimbo da instituição e assinatura

02.601.314/0001-75
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua Rui Barbosa, 496
Centro - 64.260-000
Piri-piri - Piauí

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS
RUA EURÍPEDES MARTINS, S/N – CENTRO – VALENÇA DO PIAUÍ – PI
CNPJ: 01.586.717/0001-20 – FONES: - (89) 3465-2260, (89) 3465-1499
Site: www.prefeituradevalenca.hpg.com.br
e-mail: sms.valenca@firme.com.br



Termo de Autorização Institucional

Eu Adriano Lima Barbosa, Coordenador do Programa Saúde na Escola da Secretaria Municipal de Saúde de Valença do Piauí, autorizo a realização da pesquisa intitulada “Práticas educativas dos profissionais no Programa Saúde na Escola em relação à nutrição” os sujeitos do estudo serão os profissionais de nutrição que realizam ações no Programa Saúde na Escola sob a coordenação da pesquisadora Profª Drª Hilda Maria Martins Bandeira, que tem por objetivo analisar a relação das práticas educativas dos profissionais no Programa Saúde na Escola com a promoção da saúde e a nutrição, a ser realizada por Izabela Cristina Pereira (mestranda), a ser iniciada após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFPI. Autorizo as pesquisadoras a utilizarem o espaço da supracitada Secretaria para a realização de entrevista. Afirmando que não haverá qualquer implicação negativa aos profissionais que não queiram ou desistam de participar do estudo.

Valença do Piauí, 26 de junho de 2019.

Adriano Lima Barbosa
CPF: 022.887.743-14
Coordenador do PSE

Adriano Lima Barbosa
Coordenador do Programa Saúde na Escola



PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCUI
SECRETARIA DE SAÚDE



Termo de Autorização Institucional

Eu, NAIRA RAQUEL PEREIRA DE ARAÚJO secretário(a) da Secretaria Municipal de Saúde, autorizo a realização da pesquisa intitulada “**Práticas educativas dos profissionais no Programa Saúde na Escola em relação à nutrição**” os sujeitos do estudo serão os profissionais de nutrição que realizam ações no Programa Saúde na Escola sob a coordenação da pesquisadora Prof^a Dr^a Hilda Maria Martins Bandeira que tem por objetivo analisar a relação das práticas educativas dos profissionais no Programa Saúde na Escola com a promoção da saúde e a nutrição, a ser realizada por Izabela Cristina Pereira (mestranda), a ser iniciada após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFPI. Autorizo as pesquisadoras a utilizarem o espaço das equipes de estratégia saúde da família para a realização de entrevista. Afirmo que não haverá qualquer implicação negativa aos profissionais que não queiram ou desistam de participar do estudo.

Uruçuí-Piauí, 11 de julho de 2019.

Atenciosamente,

Naira Raquel Pereira de Araújo
Secretária Municipal de Saúde

Naira Raquel Pereira de Araújo
CPF: 028.778.553-09
Secretária Mun. de Saúde
Portaria nº 0377/2019



ESTADO DO PIAUÍ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO RAIMUNDO NONATO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
 CNPJ: 01.865.085/0001-33



Termo de Autorização Institucional

Eu, Jussival de Macedo Silva Júnior, Secretário Municipal de Saúde de São Raimundo Nonato, autorizo a realização da pesquisa intitulada **“Práticas educativas dos profissionais no Programa Saúde na Escola em relação à nutrição”** os sujeitos do estudo serão os profissionais de nutrição que realizam ações no Programa Saúde na Escola sob a coordenação da pesquisadora Profª Drª Hilda Maria Martins Bandeira que tem por objetivo analisar a relação das práticas educativas dos profissionais no Programa Saúde na Escola com a promoção da saúde e a nutrição, a ser realizada por Izabela Cristina Pereira (mestranda), a ser iniciada após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFPI. Autorizo as pesquisadoras a utilizarem o espaço do Auditório do Centro de Especialidades Odontológicas para a realização de entrevista. Afirmando que não haverá qualquer implicação negativa aos profissionais que não queiram ou desistam de participar do estudo.

São Raimundo Nonato – PI, 03 de Julho de 2019

Jussival de Macedo Silva Júnior
 (Secretário Municipal de Saúde)

Jussival de Macedo Silva Júnior
 Secretário Municipal de Saúde
 CPF 960.066.333-53
 Port. Nº 003/2017

End.: Praça Pe. Francisco Ferreira, n.º 1480 – Aldeia - CEP: 64770-000 – São Raimundo Nonato – PI Fone/Fax: (89) 3582-1806 - E-mail: saudesoraaimundo@hotmail.com



PICOS
PREFEITURA

Termo de Autorização Institucional

Eu, Waldemar Santos Júnior, secretário da Secretaria Municipal de Saúde do município de Picos-PI, autorizo a realização da pesquisa intitulada "**Práticas educativas dos profissionais no Programa Saúde na Escola em relação à nutrição**" os sujeitos do estudo serão os profissionais de nutrição que realizam ações no Programa Saúde na Escola sob a coo.denação da pesquisadora Profª Drª Hilda Maria Martins Bandeira que tem por objetivo analisar a relação das práticas educativas dos profissionais no Programa Saude na Escola com a promoção da saúde e a nutrição, a ser realizada por Izabela Cristina Pereira (mestranda), a ser iniciada após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFPI. Autorizo as pesquisadoras a utilizarem o espaço da Secretaria Municipal de Saúde de Picos para a realização de entrevista. Afirmo que não haverá qualquer implicação negativa aos profissionais que não queiram ou desistam de participar do estudo.

Picos-PI, 18 de junho de 2019


Waldemar Santos Júnior
Secretário Municipal de Saúde



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FLORIANO
ESTADO DO PIAUÍ
Secretaria Municipal de Saúde
Núcleo de Educação Permanente em Saúde



DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora **IZABELA CRISTINA PEREIRA** a desenvolver o Projeto de Pesquisa intitulado “Práticas educativas dos profissionais no programa saúde na escola em relação à nutrição”, que está sob a orientação da Professora Dra. Hilda Maria Martins Bandeira, do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Comunidade, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), cujo objetivo é analisar a relação das práticas educativas dos profissionais no Programa Saúde na Escola com a promoção da saúde e a nutrição, conforme cronograma previsto no projeto Setembro e Outubro de 2019.

Esta Instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente Projeto de Pesquisa, dispondo de infraestrutura necessária para a realização da mesma.

A aceitação está condicionada ao cumprimento das pesquisadoras aos requisitos das Resoluções CNS nº 466/12, CNS nº 510/16, CNS nº 580/18 comprometendo-se a utilizar os dados e materiais coletados, exclusivamente para os fins da pesquisa, bem como apresentar cópia do trabalho final com o parecer de um Comitê de Ética em Pesquisa ao Núcleo de Educação Permanente em Saúde de Floriano (NEPS/Floriano), desta Secretaria.

Floriano-PI, 19 de Junho de 2019.

Rose Danielle de Carvalho Batista

Rose Danielle de Carvalho Batista
 NEPS/SMS Floriano-PI

Rose Danielle de Carvalho Batista
 Psicóloga CRP21/00848
 NEPS/SMS
 Floriano-PI



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Termo de Autorização Institucional

Eu, MARCELO LUIZ MIRANDA PEREIRA, Secretário Municipal de Saúde de Campo Maior, autorizo a realização da pesquisa intitulada "**Práticas educativas dos profissionais no Programa Saúde na Escola em relação à nutrição**", os sujeitos do estudo serão os profissionais de nutrição que realizam ações no Programa Saúde na Escola sob a coordenação da pesquisadora Profª. Drª. Hilda Maria Martins Bandeira que tem por objetivo analisar a relação das práticas educativas dos profissionais no Programa Saúde na Escola com a promoção da saúde e nutrição, a ser realizada por Izabela Cristina Pereira (mestrando), a ser iniciada após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFPI. Autorizo as pesquisadoras a utilizarem o espaço na Secretaria Municipal de Saúde de Campo Maior para a realização de entrevista. Afirmando que não haverá qualquer implicação negativa aos profissionais que não queiram ou desistam de participar do estudo.

Campo Maior (PI), 25 de junho de 2019.


Marcelo Luiz Miranda Pereira

Secretário Municipal de Saúde

Marcelo Luiz Miranda Pereira
Secretaria Municipal de Saúde
Processo Nº 008/2019



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CNPJ: 00.749.690/0001-50
Rua Arsênio Santos, 792 - Centro - Tel. (089) 3662 2400
CEP: 64.900-000, Bom Jesus - PI

Termo de Autorização Institucional

Eu, Cledja Moreno Benvindo

secretária municipal de saúde de Bom Jesus, Piauí autorizo a realização da pesquisa intitulada "Práticas educativas dos profissionais no Programa Saúde na Escola em relação à nutrição" os sujeitos do estudo serão os profissionais de nutrição que realizam ações no Programa Saúde na Escola sob a coordenação da pesquisadora Prof^a Dr^a Hilda Maria Martins Bandeira que tem por objetivo analisar a relação das práticas educativas dos profissionais no Programa Saúde na Escola com a promoção da saúde e a nutrição, a ser realizada por Izabela Cristina Pereira (mestranda), a ser iniciada após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFPI. Autorizo as pesquisadoras a utilizarem o espaço da Secretaria Municipal de Saúde para a realização de entrevista. Afirmando que não haverá qualquer implicação negativa aos profissionais que não queiram ou desistam de participar do estudo.

Bom Jesus, PI 15 de Julho de 2019

Cledja Moreno Benvindo

Cledja Moreno Benvindo
Secretária Municipal de Saúde



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Av. Assuero Régio, 417 – Rodagem de Floriano – CEP: 64.500-000
 Oeiras-Piauí – CNPJ/MF nº 00.843.130/0001-17



TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, **AURIDENE MARIA DA SILVA MOREIRA DE FREITAS TAPETY**, Secretária de Saúde do município de Oeiras-PI, autorizo a realização da pesquisa intitulada **"Práticas educativas dos profissionais no Programa Saúde na Escola em relação à nutrição"** os sujeitos do estudo serão os profissionais de nutrição que realizam ações no Programa Saúde na Escola sob a coordenação da pesquisadora Profª Drª Hilda Maria Martins Bandeira que tem por objetivo analisar a relação das práticas educativas dos profissionais no Programa Saúde na Escola com a promoção da saúde e a nutrição, a ser realizada por Izabela Cristina Pereira (mestranda), a ser iniciada após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFPI. Autorizo as pesquisadoras a utilizarem o espaço do CS Dr. Paulo de Tarso, inscrito no CNES sob código nº 2443201, localizado à Av. Assuero Régio, S/Nº – Bairro Rodagem de Floriano, nesta cidade de Oeiras-PI, para a realização de entrevista. Afirmando que não haverá qualquer implicação negativa aos profissionais que não queiram ou desistam de participar do estudo.

Oeiras-PI, 25 de junho de 2019

Auridene M. da S. Moreira de Freitas Tapety

Auridene Maria da Silva Moreira de Freitas Tapety
 Secretária Municipal de Saúde
 Oeiras-PI

TEL: (89) 3462-2842
 Auridene Moreira Tapety
 Secretaria Municipal de Saúde

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Declaro estar ciente dos objetivos do Projeto de Pesquisa **"PRÁTICAS EDUCATIVAS DOS PROFISSIONAIS NO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA EM RELAÇÃO À NUTRIÇÃO"** e concordo em autorizar a execução da mesma nesta instituição. Esta Instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente Protocolo de Pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança.

Conforme Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, a pesquisa só terá início nesta instituição após apresentação do Parecer de Aprovação por um Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP). Autorizo às pesquisadoras: **HILDA MARIA MARTINS BANDEIRA E IZABELA CRISTINA PEREIRA** acesso às nutricionistas dos Núcleos Ampliados Saúde da Família para realização de entrevistas e participação em oficinas.

Teresina, 02 de julho de 2019.

Maria Lucí Esteves Santiago

Maria Lucí Esteves Santiago
Comissão de Ética em Pesquisa da
Fundação Municipal de Saúde

Maria Lucí E. Santiago
Apeladora / Membro Técnico
GAE / FMS
Matrícula 42587

